

Os Movimentos Culturais e o Novo
Precariado Produtivo
Ivana Bentes

Cultura, Arte e Cidade: desafios
para quem quer uma outra cidade
Aercio de Oliveira

Direitos Culturais e
Inclusões Digitais
Henrique Luiz Cukierman

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

Jun/Ago - 2006 Ano 29 - Nº 109 - R\$ 12,00

Novas Dinâmicas Culturais: políticas e redes



6

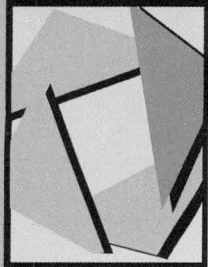
Marta Porto

Brasil em tempos de
cultura: cena política
e visibilidade

24

Entrevista

Ministro Gilberto Gil



Trienal 2005-2007

Os objetivos permanentes da FASE

Missão

A FASE é uma sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 1961. Sua missão é contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos.

Estratégia

A visão estratégica da FASE para o cumprimento de sua missão passa pela manutenção de quatro programas nacionais geridos por um coletivo de gestores, além de programas regionais espalhados por seis estados brasileiros. Seus programas nacionais são: Agroecologia e Direito à Segurança Alimentar, Direito à Cidade, Direito ao Trabalho e à Economia Popular e Solidária e Amazônia Sustentável e Democrática. Os seis escritórios regionais desenvolvem suas próprias ações, mas também se articulam com os programas nacionais. A FASE está presente nos estados do Pará, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Objetivos

Sob o marco estratégico descrito acima, a FASE se propõe os seguintes objetivos gerais: elaborar e difundir programas e plataformas para a construção de um novo projeto de sociedade fundado num modelo sustentável de desenvolvimento; promover avanços no controle social sobre a coisa pública, na justiça ambiental, na economia solidária, na renda básica cidadã, nas políticas afirmativas e na equidade de gênero; elaborar e difundir metodologias para exigir o cumprimento de direitos como forma de redução das desigualdades.

A FASE possui 4 Programas Nacionais: Programa Agroecologia e Direito à Segurança Alimentar; Programa Direito ao Trabalho e à Economia Popular e Solidária; Programa Amazônia Sustentável e Democrática e Programa Direito à Cidade. Acesse o nosso site www.fase.org.br para maiores informações sobre estes programas.

A FASE atua através de 6 Programas Regionais, a saber: Programa Regional Pernambuco; Programa Regional Pará; Programa Regional Mato Grosso; Programa Regional Bahia; Programa Regional Rio de Janeiro; Programa Regional Espírito Santo, por favor acesse o nosso site www.fase.org.br para mais informações.

Na **FASE Nacional** estão ainda o Núcleo de Relações Internacionais; o Núcleo de Comunicação, Publicações e Captação de Recursos; o Núcleo de Gênero; o Projeto Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; o Serviço de Análise e Assessoria a Projetos SAAP; Projeto Brasil Sustentável e Democrático; Projeto Comércio e Meio Ambiente; a Unidade de Planejamento e Aprendizagem Institucional e a Administração.

Sua colaboração é fundamental para a continuação destes projetos e ações.

Deposite a sua doação no Banco Bradesco, conta 95475-6, agência 227-5. Envie-nos uma mensagem dizendo o seu nome e endereço completos e o valor da doação ou envie um fax para (21) 2536-7379 com o comprovante do depósito e os seus dados e torne-se um amigo da FASE.

Participe da campanha **O Brasil tem Fome de Direitos**

Www.fase.org.br/artigo6

Conselho Deliberativo

Presidente

Márcia Pereira Leite

Vice Presidente

Leilah Landim Assumpção

1º Secretário

Revdo. Paulo Pena Schultz

2º Secretário

Décio Lima de Castro

3º Secretário

Leila Linhares Barsted

Suplentes:

Liszt Benjamin Vieira

Neide Esterci

Regina Leite Garcia

Virginia Fontes

Conselho Fiscal

Jorge Vicente Muñoz

Carlos Bernardo Vainer

Ricardo Gouveia Corrêa

Diretor Executivo

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretores de Áreas Temáticas e Programas

Maria Emilia Lisboa Pacheco

Orlando Alves dos Santos Jr.

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Fátima Vianna Mello



**Solidariedade
e Educação**



Editorial

O mais importante ao pensar numa discussão sobre cultura é que ela não é estática. Vive em constante mutação. E é importante lembrar que está profundamente ligada ao processo histórico de cada povo e, sendo assim, também faz parte das relações entre eles. Desta forma, as culturas constantemente passam por mudanças, seja a partir de forças internas, seja em consequência de contatos e conflitos externos, marcando o ser, o viver e o estar em sociedade. As possibilidades desta discussão são múltiplas. O homem produz cultura e é impulsionado por ela. É sempre fundamental entender os sentidos de uma realidade cultural para aqueles que a vivem.

Neste número, Proposta sugere o debate sobre os dilemas da cultura como campo de conflito na modernidade capitalista e a redefinição de novas dinâmicas e novos desafios para os sujeitos sociais na questão dos direitos. Neste momento em que o país atravessa uma onda de violência, quando a sociedade clama pelo direito à justiça, a terra, à moradia, à saúde, torna-se fundamental a discussão sobre a cultura na construção da cidadania. Movimentos sociais, academia e governos trabalham a questão cultural e o acesso à cultura como um caminho para novas possibilidades.

Hoje, mais que nunca em nosso país marcado pela desigualdade histórica, é imprescindível olhar o legado deixado para nossos jovens. Como pensar em políticas culturais diante de um quadro desanimador em que parte da juventude está entregue a situações cotidianas de conflitos, como o que recentemente nos levou o artista e agitador cultural da Baixada Fluminense Ítalo Lopes dos Passos, morto a tiros por policiais à paisana sem ser culpado de crime algum? Como disputar essas vidas com o narcotráfico, com as facções A, B, C, D, de "amigos inimigos" que proliferam nas favelas urbanas e em tantos outros pontos do país?

Este número de Proposta trata desse desafio. Uma reflexão para o Estado, para a sociedade civil organizada, intelectuais, educadores populares e para todos aqueles que atuam no campo dos direitos.



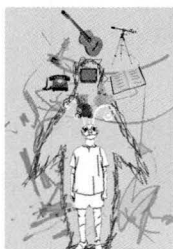
Sumário



6

Marta Porto

**Brasil em tempos de cultura:
cena política e visibilidade**



13

Regina Novaes

**Juventude e Cultura: dimensões e
perspectivas para políticas públicas**



18

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Cultura na modernidade-mundo



24

Entrevista

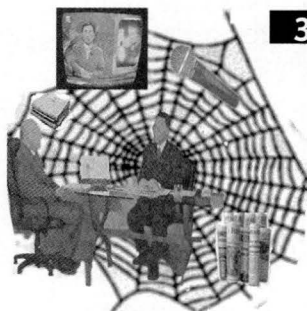
Ministro Gilberto Gil



26

Ivana Bentes

**Os Movimentos Culturais e o
Novo Precariado Produtivo**



30

Gloria Regina Amaral

**O show da vida: alguns
simulacros desvendados**



34

Aercio de Oliveira

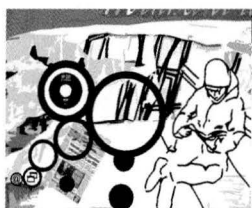
**Cultura, Arte e Cidade: desafios
para quem quer uma outra cidade**



42

Entrevista

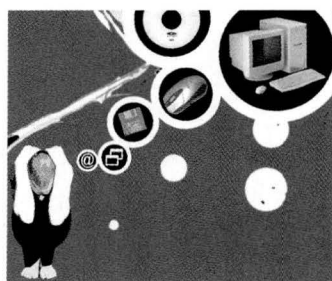
Adair Leonardo Rocha



46

Fausto Oliveira

**Direito à Cultura - uma constelação de
visões em busca da cidadania cultural**



50

Henrique Luiz Cukierman

Direitos culturais e inclusões digitais



58

Lucia Xavier e Luciane Rocha

Nossos Passos Vêm de Longe



Brasil em tempos de cultura: cena política e visibilidade*

Marta Porto **

* Artigo publicado originalmente na Revista Pensar Iberoamérica, seção "Reflexiones"; 2006

** Jornalista, Mestre em Planejamento Estratégico e Sistemas de Informação. Diretora da (X) Brasil comunicação em causas públicas.

Preâmbulo

Entramos no século 21, com todas as possibilidades científicas e tecnológicas de superação das nossas condições de desigualdade econômica e social. Infelizmente a realidade brasileira não confirma essa tese. Ocupamos o segundo lugar em mortes por armas de fogo em todo o mundo (Unesco 2005), temos 25 milhões de miseráveis, uma educação formal deficitária. A desnutrição, a morte de adolescentes por gravidez precoce e abortos mal assistidos, os assassinatos no campo permanentemente em conflito são situações cotidianas em nosso país.

Nossas desigualdades históricas permanecem como um desafio para todas as gerações. Um quadro que se confronta com a opulência de nossas elites, nossos hábitos de consumo primeiro-mundistas, a modernidade de nossos ícones culturais e de nossas metrópoles. Assim, aceitamos o inaceitável: a invisibilidade de nossos pobres, de nossas carências, de nossas tristezas e de nossa imensa desigualdade. O luxo supera o odor incômodo do lixo.

Como pensar a importância das políticas culturais para o desenvolvimento a partir de uma cultura de desigualdades construída culturalmente ao longo da história brasileira? Neste texto, iremos de forma introdutória destacar análises que colaborem para uma reflexão sobre este tema.

A. Começando pela idéia de acesso

O acesso à cultura - pensada não só como memória ou ato criativo espontâneo ou artístico, mas como conhecimento -, é um ato consciente que exige inserção coletiva e política de todos os cidadãos. Assim exige um ambiente comunitário e político favorável à inserção cultural do indivíduo e grupos.

A nossa disposição de aprender e dialogar com universos diversos é fruto dos estímulos que recebemos do ambiente vivenciado na infância, na adolescência, na fase adulta da vida. Estímulos e incentivos proporcionados pela riqueza dos encontros culturais proporcionados ao longo da vida, da nossa facilidade e curiosidade de apreendê-los e transformá-los em dados importantes da experiência humana. A cultura, tal qual ela é pensada no século XXI, é a experiência que marca a vida humana em busca do conhecimento, do alto aprimoramento, do sentido de pertencimento e da capacidade de trocar simbolicamente.

O valor que damos à cultura, a nossa ou a aprendida, é aquele que aprendemos a dar.

B. Cultura e democracia: um debate insuficiente no Brasil

Nesse contexto, é preciso lembrar a insuficiência histórica no Brasil do debate que relaciona cultura e retomada da democracia, cultura e direitos sociais e, conseqüentemente, cultura e desenvolvimento. Alheia à boa parte dos avanços políticos que marcaram nas duas últimas décadas as discussões em outros setores de atuação pública, a cultura caracterizou-

se nos últimos anos como uma área de “disputa de privilégios” personificados nos limites reivindicados para a isenção fiscal dos diversos setores artísticos, pelo lobby de aprovação dos tetos permitidos nas comissões de cultura e, naturalmente, pelas verbas publicitárias e de marketing das grandes empresas brasileiras, em especial e paradoxalmente das estatais. Assim, o campo teórico por excelência das soluções coletivas, revela com crueza o traço mais contundente da elite nacional em relação às mazelas do povo: o prevalecimento dos interesses privados e das soluções imediatistas e restritas a poucos, sobre as necessidades de um corpo social diverso a quem se nega o direito de emancipação cultural e visibilidade pública.

Apesar da implantação do Ministério da Cultura em 1985, optou-se por setorizar a discussão nos mecanismos financeiros capazes de ampliar as verbas públicas a setores restritos da produção cultural, aqueles com maior capacidade de organização e pressão política. As leis de incentivo, nas três esferas do aparato estatal, seus tetos de isenção, as estratégias de preenchimento das planilhas disponibilizadas pelos órgãos públicos deram a tônica da superficialidade política que acometeu durante quase duas décadas o debate cultural no país. Como em nenhuma outra área, a cultura do privilégio, da ausência de preocupação com os movimentos sociais e culturais de fora do que tradicionalmente se denomina “produção cultural” esteve tão presente como na configuração das políticas culturais brasileiras.

Distante do debate político, a cultura pouco contribuiu para o debate sobre o desenvolvimento democrático no país, ou refletiu sobre o farto campo de oportunidades e/ou contribuições que poderia ofertar ao país pensando conjuntamente a **educação, a universalização dos serviços culturais** – equipamentos e programas - **o desenvolvimento local** baseado em ativos singulares de cada comunidade, a **organização de uma indústria e um mercado cultural** digno da capacidade e do talento da nossa diversidade criadora. Ou indo além, ajudando a recuperar e humanizar a face distorcida e feia de um país com um passivo de violação de direitos sociais, econômicos, culturais, enfim, direitos universalmente reconhecidos como Humanos. Situação que só nos últimos anos começamos a recuperar, de forma tímida e pouco assumida.

C. Capital social e cultural: “chaves esquecidas do desenvolvimento”¹

A cultura capaz de gerar ativos sócio-econômicos, sem compromissos com a escala industrial nem com o patamar de

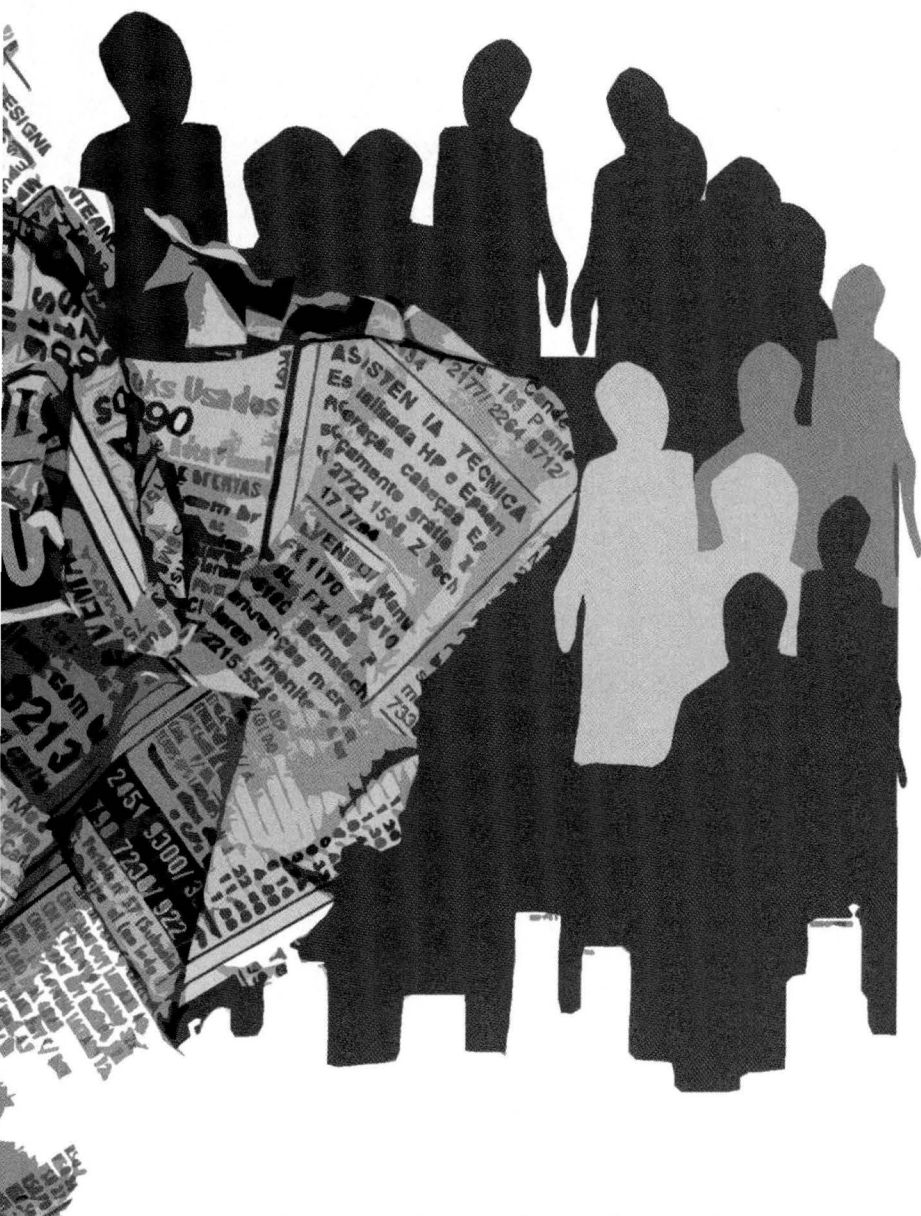
1 KLIKSBURG, Bernardo. *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social*. Brasília: UNESCO, 2002.

lucros proporcionados pelo mercado, é aquela que nasce nas comunidades brasileiras com as festas populares, com a renda de bilro, nos barracões das escolas de samba nas comunidades pobres do Rio de Janeiro, nos sítios arqueológicos e na cultura do cangaço as margens do Rio São Francisco na região do Xingó, no artesanato do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. É a cultura produzida nos territórios que o geógrafo Milton Santos intitulou de zonas opacas, invisíveis à lógica financeira dos mercados e a cegueira do Estado. Essas culturas exigem reconhecimento nas agendas de política cultural, não só como ferramenta de auto-estima ou como símbolo folclórico, mas como alternativa inteligente para gerar bônus econômicos, distribuição de renda e consequentemente desenvolvimento sustentável. O que está em jogo é reconhecer a necessidade de incluir nas políticas culturais a *posse dos recursos*, a garantia de assegurar às comunidades locais *"iguais possibilidades de acesso aos bens da globalização"* (CANCLINI, 1996).

Reconhecer esse espaço estratégico de ação do Estado é abrir o campo de oportunidades das políticas culturais ao desafio da inversão das prioridades e do enfrentamento a desigualdade social e a concentração de renda, partindo de uma renovação do conceito clássico de cidadania, que opera pela lógica do direito à igualdade, para assegurar o direito às diferenças no plano político de ação do Estado.

Um bom exemplo de como podemos iniciar essa reflexão é o carnaval carioca que atrai ao Rio de Janeiro em torno de 320 mil turistas. O gênio criativo do povo, residente em sua maioria nas favelas cariocas, tece no ruído ritmado das costureiras dos barracões a arte que invadirá o sambódromo no verão carioca. No rebolar das garotas do morro, na bateria geniosa, nas alegorias e na profusão de cores, luzes e magia provinda dessa miscigenação brasileira que irrompe o cenário cultural do país todo o verão. Pois bem,





produção? Que *tipo de impacto* desejamos e quem devem ser os beneficiários deste? Estas são algumas reflexões que uma política cultural voltada para o desenvolvimento econômico suscita.

Potencializar o capital social e cultural de um povo, é uma tarefa complexa que exige o alargamento das possibilidades das políticas culturais de se integrarem ao esforço de desenvolvimento do país. Isso, naturalmente, implica num esforço de potencializar as áreas de planejamento e gestão de um segmento identificado pela aversão a essas áreas de ação pública, com o investimento sistemático em formação de quadros públicos habilitados a operar com a gestão cultural. Planejamento requer pesquisa, mapeamento, diagnósticos continuados, avaliação e monitoramento, quadros públicos e não-públicos qualificados, desenho de programas estratégicos e menos táticos.

Um projeto que trabalha com estas premissas é o *Cara Brasileira*, coordenado pelo SEBRAE Nacional. O Ministério da Cultura deveria coordenar um amplo diagnóstico apostando neste esforço de recolocar a cultura no centro da dinâmica econômica, superando a lógica histórica de concentração de renda provocada por outros setores produtivos e propondo modelos com núcleos exportadores que partam das pessoas e dos seus modos de fazer.

Algumas ações emblemáticas podem ser feitas também no campo das memórias coletivas, ou dos ativos provindos do patrimônio nacional, como incrementar o potencial dos sítios arqueológicos brasileiros, como os da região do Piauí, incentivando a pesquisa, a manutenção e o intercâmbio com outros importantes centros de estudos nesta área, ou os vinculados a memória de personalidades importantes como as de músicos, poetas, políticos.

2

Dados obtidos no Relatório do Plano Maravilha/ Observatório Turístico - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. Conversão em US\$ e compilação dos dados Maria Paula Gomes dos Santos (Cultural Consultoria e Projetos)

o carnaval carioca gera em aumento de arrecadação algo em torno de U\$ 555 milhões². Hotéis, restaurantes, boates, lojas, companhias aéreas e toda a sorte de comércio informal se beneficiam da maior festa popular que o Brasil produz. No entanto o aumento de arrecadação, principalmente por órgãos públicos, não representa a melhoria da qualidade de vida dos responsáveis pela produção dessa festa. Há que se perguntar por que? Os autores – as comunidades da Mangueira, de Nilópolis, da Serrinha - fazem a festa, mas não recebem o proporcional lucro de seu trabalho.

Melhorou a vida dessas pessoas, suas ruas, escolas, postos de saúde? Com quem ficam os recursos provindos do

carnaval carioca? O que diferencia, ou o que deve diferenciar, um programa de desenvolvimento econômico gerado por investimentos diretos ou indiretos em áreas distintas, e um desenvolvimento econômico gerado por ou a partir daqueles aspectos que identificam a própria maneira de um povo e uma sociedade se expressar e se manifestar coletivamente, como é o caso da cultura? Ao transformar o Carnaval carioca num mega-evento internacional capaz de atrair mais de 320.000 turistas à cidade do Rio de Janeiro e gerar U\$ 555 milhões de movimentação financeira, como promover a justa distribuição destes dividendos entre todos os atores sociais envolvidos nessa

Pois pensar sobre a potencialidade da cultura do ponto de vista econômico, exige pensar sobre a *capacidade distributiva* de um projeto dessa natureza, partindo da idéia de que qualquer projeto de fomento econômico num país marcado pela desigualdade social, principalmente no âmbito da cultura, deve ser uma possibilidade concreta de inversão de prioridades. De promover, através de garantias institucionais e financeiras, a posse dos recursos advindos da produção cultural de amplas camadas e setores da sociedade brasileira que hoje não se encontram incluídos, ou se quer reconhecidos, como agentes importantes para o desenvolvimento da política cultural do país.

Reconhecimento: o primeiro passo

O que está em jogo aqui e a política cultural passa a ter papel central de denúncia e esclarecimento, é que pensar em redistribuição ou em equidade de oportunidades de renda é antes de tudo reconhecer o outro como sujeito pleno de direitos iguais. Redistribuição e justiça estão intimamente ligados ao movimento de *reconhecer* e nesse sentido a cultura na sua ação política ganha o lugar de tornar isso possível, de incluir num plano de “dignidade igual para todos” segmentos diversos e tradicionalmente marginalizados. A justiça, como afirma o Informe Mundial de Cultura 2000-2001, “necessita atualmente tanto de uma política de redistribuição como uma política de reconhecimento”, é esse o lugar das políticas de cultura: tornar isso viável.

A injustiça cultural, segundo o mesmo Informe, é obrigar grupos e manifestações culturais diversos a se submeterem a normas e configurações políticas estanques e imutáveis. À lógica da via única e da política homogênea. Qualquer política de cultura a ser adotada pelo país, deve garantir a abertura dos canais institucionais e financeiros, através da reforma do sistema nacional de cultura, a amplos setores tradicionalmente atendidos pelas “políticas de recorte social ou assistencialistas”. É simbólico que o país não possua uma política de cultura para os indígenas, para o artesanato, para estimular a diversidade cultural das várias regiões brasileiras, para os grupos culturais atuantes nas favelas e bairros de periferia dos grandes centros urbanos. E é sintomático que não empreenda, num mundo marcado pelo trânsito incessante de informações, uma política de comunicação cultural capaz de gerar produtos informativos de qualidade para a enorme rede nacional de educação e também para os mercados televisivos e editoriais.

D. E o novo surge nas favelas e subúrbios do Brasil: os movimentos comunitários, oportunidades e limites para o desenvolvimento local

Os projetos culturais, a partir da década de 90, se destacaram na conquista dos espaços públicos e na legitimação dos direitos sociais dos movimentos comunitários e de periferias dos grandes centros urbanos.

A primeira dessas novas lideranças culturais pode ser identificada em especial, através de novos atores juvenis, movimentos culturais que partem da periferia dos grandes centros urbanos, em pequenas comunidades populares. Lutam pela ampliação de sua representatividade política através da expressão de várias formas artísticas e culturais.

A efervescência do diferente começa a nascer nas favelas, nos subúrbios, onde grupos de jovens se organizam para fazer música, dançar, grafitar, produzir fanzines, organizar ações solidárias. Através da apropriação de linguagens artístico-culturais – sem compromisso com a profissionalização ou até com a qualidade do que é produzido – em torno da dimensão cultural que estes grupos se organizam, se articulam, expressam as suas questões cotidianas, suas condições de vida, suas inquietações com o país. Alguns desses grupos se profissionalizam, sem perder, contudo a sua dimensão comunitária, passando a intervir no mercado cultural de forma consistente como é o caso de grupos de hip hop de São Paulo, de mangue beat no Nordeste brasileiro, de reggae na Bahia e no Rio de Janeiro.

“Se nos anos 60, eram os jovens de classe média, os estudantes que traziam o novo, nos anos 80 e 90, a efervescência do diferente começa a nascer em outros espaços sociais. Em cidades como São Paulo, é nas periferias que começamos a encontrar uma série de grupos de jovens que se organizam para fazer música, dançar, grafitar, fazer teatro, produzir fanzines, organizar ações solidárias etc. (...) É sobretudo em torno da dimensão cultural que esses grupos vão se articular para encontrar seus iguais e, por meio de diferentes linguagens, expressar suas questões, suas visões de mundo, suas condições de vida, suas revoltas, seus projetos de sociedade. Nós observávamos esta riqueza e nos inquietávamos com sua invisibilidade”. ³(FREITAS, 2002)

O poder destes movimentos culturais expressos em inúmeros exemplos espalhados pelo país sem dúvida alguma traz um dado novo para o conjunto das práticas sociais e de ocupação do espaço público que ainda não foram devidamente absorvidas. Em parte, pela ausência de políticas culturais estruturantes que interfiram decisivamente no desenho das políticas públicas e das ditas agendas sociais no Brasil. Apesar do enorme esforço de redemocratização do país, a cultura não conseguiu alçar-se ao estatuto de política central no processo de compreensão da dinâmica social e muito menos no aproveitamento dos dados novos que esta dinâmica trouxe e traz para a efetividade das políticas de desenvolvimento do país e da gestão dos recursos sociais. O traço da invisibilidade sempre operou como uma máscara de incompreensão e de não reconhecimento do lugar central da cultura e da força das práticas locais no fortalecimento da democracia brasileira. Democracia

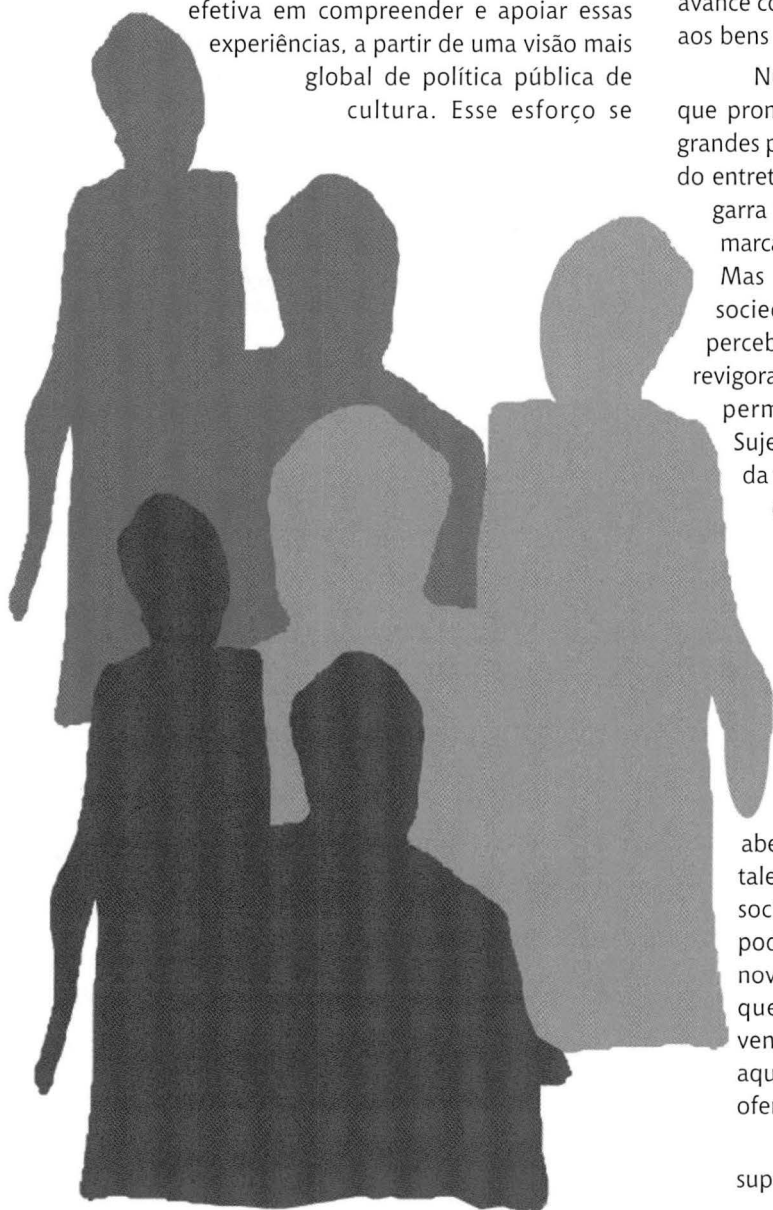


FREITAS, M.Virgínia. “A Formação em Redes”, texto publicado na coletânea *Juventude, Cultura e Cidadania*, pág. 113-119. ISER, 2002.

que deve incorporar o respeito às diferenças, o respeito à diversidade e ao pluralismo cultural, as questões de gênero, étnico-raciais, de proteção às minorias culturais.

Talvez por isso, ou sobretudo por isso, a absorção dessas práticas culturais providas das periferias urbanas e protagonizadas especialmente por jovens, tenha sido erroneamente traduzida como ação social capaz de transformar indicadores históricos de desigualdade – saúde, educação, saneamento básico, nutrição – de forma mágica. Programas de música, capoeira, dança, que sempre deveriam estar ali a mão dos moradores mais ou menos próximos do universo cultural, como um direito assegurado pela sociedade, passaram a ser financiados não como extensão desses direitos culturais assegurados pela Constituição, mas como remédio para a ação social mais ingênua.

Muito recentemente, já na gestão de Gilberto Gil, começamos a perceber uma preocupação efetiva em compreender e apoiar essas experiências, a partir de uma visão mais global de política pública de cultura. Esse esforço se



traduz em programas como o *Pontos de Cultura* que disponibiliza recursos para experiências comunitárias em todo o país. É um princípio que merece elogios.

O importante é frisar que a exemplo de outros países latino-americanos, o aperfeiçoamento do processo democrático brasileiro inevitavelmente deve caminhar nesta direção, daí a importância de políticas culturais que assegurem o reconhecimento e a visibilidade das diversas práticas culturais originadas no território local, e que as focalizem como capital cultural relevante ao desenvolvimento sustentável do país, desde que de fato esses avanços sentidos na ampliação dos apoios a projetos locais possa ser sentido por toda a comunidade e não apenas por seus protagonistas. Corre-se o risco de promover novas desigualdades no seio de cada comunidade, onde projetos isolados acabam por produzir os novos vencedores elevados ao estatuto de “famosos” sem que o ambiente comunitário avance coletivamente e ganhe em ver garantido seu direito aos bens e serviços culturais públicos.

Nunca no Brasil se falou tanto de projetos sociais que promovem pela via artística meninos e meninas das grandes periferias urbanas ao panteão da fama da indústria do entretenimento. Nada mal se pensarmos que talento e garra não são privilégios de uma elite, não possuem marca de distinção nem social, nem étnica, nem religiosa. Mas surpreendente se avaliarmos a forma como a sociedade, em especial, os formadores de opinião, percebem suas potencialidades e resultados. A favela revigorada aos olhos da elite por iniciativas dessa natureza permanece alheia aos avanços sociais concretos. Sujeitas ao medo imposto pelo tráfico, pela alienação da falta de opção de emprego, de educação, de lazer entendido como direitos e não como privilégios. Permanecem como territórios que entram pelas portas do fundo no “círculo reduzido da república imperfeita”: através do talento com a música, com a dança ou com a bola. Nunca pela ação política e ordenada de uma sociedade que luta por uma democracia que estenda a todos o direito a educação, a saúde, a justiça e claro, a cultura.

Aos olhos dos afortunados, as frestas abertas nesse pequeno mundo de opulência aos mais talentosos e mais competitivos é a própria redenção social dos outros tantos que não querem ou não podem, ou talvez nem consigam se integrar a esses novos círculos de poder. Continuamos a ser o país que reproduz de forma incessante a lógica dos vencedores: a democracia que construímos não é aquela que garante os direitos universais, mas a que oferece concessões.

Nenhum projeto isolado, por melhor que seja, supera ou substitui o necessário avanço nas políticas

de caráter universal, a presença do Estado nas comunidades e territórios através de equipamentos e programas culturais de qualidade, a inserção de conteúdo cultural nas práticas educativas, os circuitos e intercâmbio culturais organizados localmente, a memória dos bairros e das comunidades preservadas e disponibilizadas através de iniciativas públicas de visibilização. Ou seja, um conjunto de ações asseguradas no tempo que ao fortalecer os espaços culturais comunitários, incentive práticas variadas, nas escolas, nas ruas, através de oficinas, de aulas públicas e concertos abertos, da abertura de espaços reais ou simbólicos de criação artística e desenvolvimento espiritual, buscando formas mais concretas de mediação entre o projeto cultural e o cidadão. Formas que superem a concepção do sujeito como mero espectador, mas que colaborem para prover seu local de moradia das mesmas experiências significantes abertas aos cidadãos mais privilegiados.

Como lembra o intelectual colombiano José Bernardo Toro em seu livro *A Construção do Público: cidadania, democracia e participação* ⁴,

"A justiça social está relacionada com a quantidade e disponibilidade dos bens públicos a que tenham acesso os cidadãos. No público, tornam-se possíveis a equidade e a participação. O público é construído tomando-se como base a sociedade civil e se caracteriza pela capacidade de uma sociedade de garantir as mesmas condições e a mesma qualidade dos bens e serviços ofertados a todos sem distinção. (TORO, 2005)

Finalizando, vamos destacar a fala da doutora em Direitos Humanos, a brasileira Flávia Piovesan em seminário promovido pelo Escritório da Unesco no Rio de Janeiro e Sesc Rio em 2002, que parece dar um sentido maior a esse pilar da política cultural:

"A proteção dos direitos humanos, em uma sociedade cultural, requer a observância dos direitos culturais, enquanto direitos universalmente aceitos. Não há direitos humanos, nem tampouco democracia, sem a justiça cultural, sem a diversidade e o pluralismo cultural e, nem tampouco, sem que se assegure o direito de existir, o direito à visibilidade, o direito à diferença e à dignidade cultural". ⁵ (PIOVESAN, 2002).

4

TORO, J. Bernardo. *A Construção do Público: cidadania, democracia e participação*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio e [X] BRASIL, 2005.

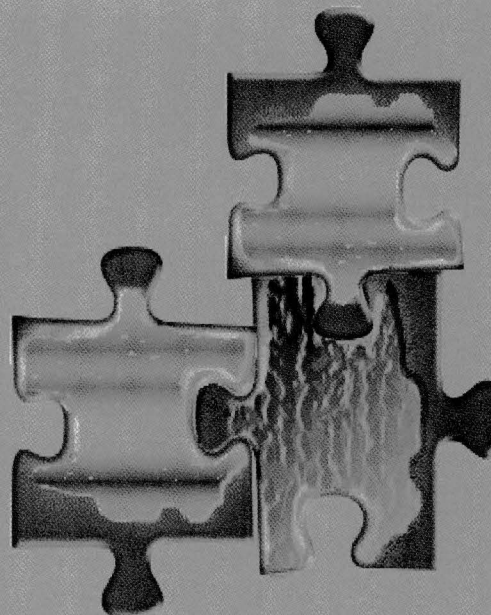
5

PIOVESAN, Flávia. "Construindo a Democracia: prática cultural, direitos sociais e cidadania", in *Cultura, Política e Direitos*, p. 39-45, SESC/UNESCO, 2002.

II Workshop Cultura como Direito Humano

07 de dezembro
FASE
Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
Rio de Janeiro

Contatos
Tel.: (0xx21) 2536 7350
desc@fase.org.br
lsacris@fase.org.br

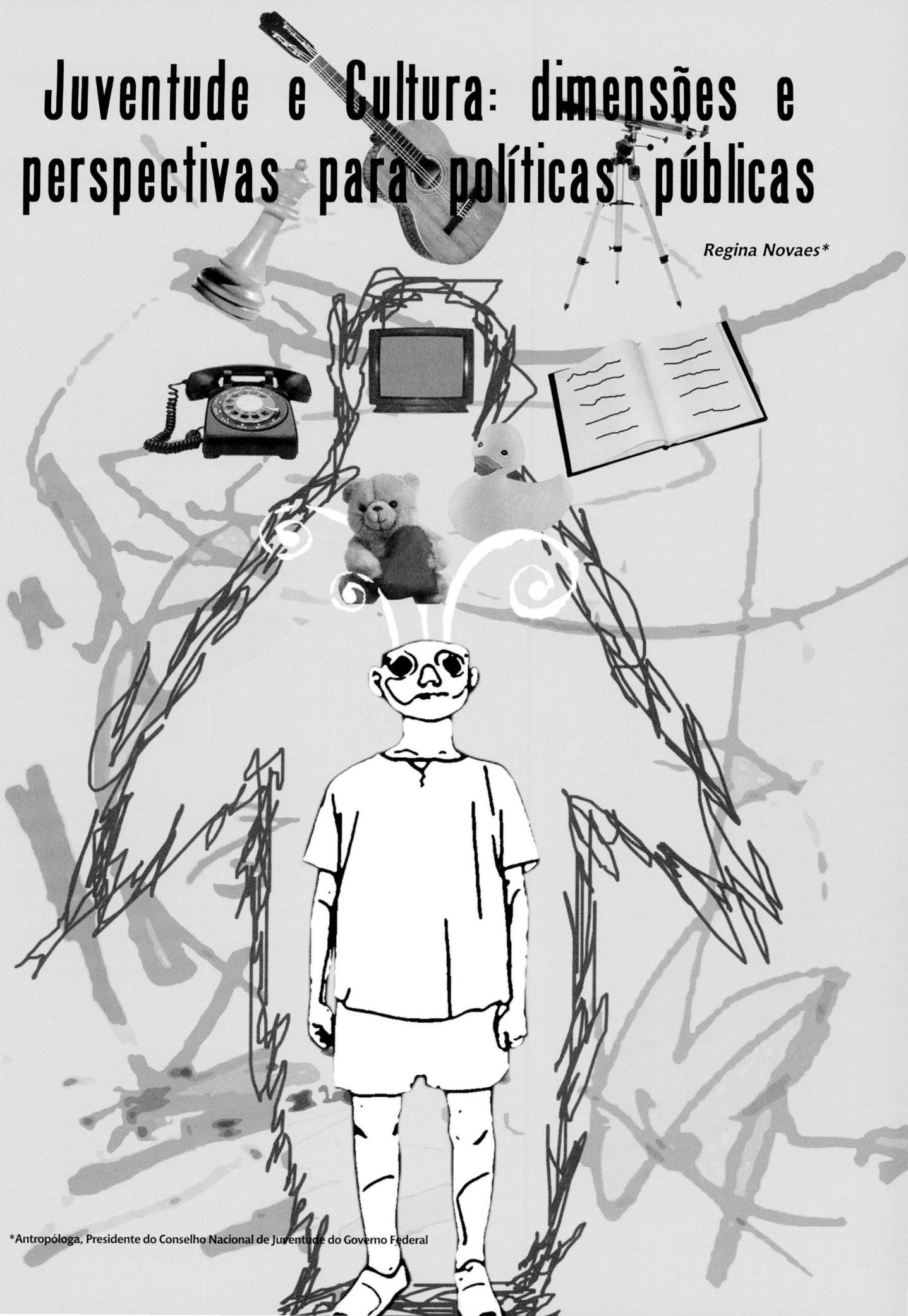


FASE
Projeto Desc

Apoio
Fundação Ford

Juventude e Cultura: dimensões e perspectivas para políticas públicas

Regina Novaes*



*Antropóloga, Presidente do Conselho Nacional de Juventude do Governo Federal

Do ponto de vista antropológico, cultura se define como “uma teia de significados” onde se movem aqueles que a teceram no passado e a tecem no presente. É a cultura que produz os sentidos que norteiam e valoram a vida em sociedade. Manifesta-se nos gestos mais simples da vida cotidiana e, também, na produção de sentido para a vida. Cada cultura permite a realização de certas condutas e interdita outras. Em nenhuma cultura tudo é igualmente possível. Neste sentido, cultura é delimitação de possibilidades e impossibilidades na vida de diferentes grupos humanos.

Por outro lado, nenhuma construção cultural é monolítica e estática. Por mais que os padrões culturais sejam interiorizados, e até naturalizados, em todas as culturas convivem dimensões contraditórias e que se modificam através de novas acomodações e embates. Cada momento histórico contém os padrões hegemônicos e também outras possibilidades alternativas. Nas sociedades contemporâneas toda cultura traz consigo elementos da ideologia dominante — aspecto essencial para a manutenção de relações de poder político e econômico. Porém, na cultura também existem espaços de resistência, de disputa, de negociação de sentidos.

Nesta perspectiva, a cultura é uma palavra chave que evoca diferentes dimensões da vida social. E a noção de cultura é fundamental para pensar as relações entre diferentes gerações. Jovens e adultos expressam mudanças e continuidades na linguagem, na religiosidade, na arte, na compreensão do mundo. Cada uma destas dimensões têm repercussões fundamentais na vida dos jovens. Este artigo se limita a tratar algumas delas e se propõe a apontar possibilidades de pensar as políticas públicas de juventude na área da cultura.

I - Dimensões da cultura

Cultura como *locus* de disputa de valores e sentidos

Quando falamos sobre juventude, o caráter dinâmico e contraditório da cultura ocidental moderna fica logo evidente. A rigor, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências provocadas pela convivência contraditória entre padrões culturais. A juventude é o momento do ciclo de vida em que convivem a subordinação aos adultos - na família, na escola, nas igrejas, no trabalho - e as expectativas de emancipação afetiva e econômica. Nesta tensão entre subordinação e emancipação, desde a metade do século XX, os jovens são disputados por forças antagônicas que produzem tanto críticas quanto adesões à chamada “sociedade de consumo”.

O cineasta francês Jean Luc Godard em seu filme *Made in U.S.A.*, como lembrou certa vez o filósofo Renato Janine Ribeiro, sintetizou muito bem essas duas vias: definiu os jovens parisienses dos anos 60 como “filhos de Marx e da Coca-Cola”. Isto é, enquanto uma parcela da juventude dos anos 60 evocou a idéia de revolução (e aderiu aos seus ícones mais

radicais como Guevara, Mao Tse-Tung, Ho Chi Minh), outras parcelas nesta mesma época se tornaram destinatárias por excelência dos anúncios e propagandas indispensáveis na sociedade de consumo. Assim, sobretudo a partir daqueles anos, como uma nova fatia de mercado, como já afirmou a psicanalista Maria Rita Kehl, os jovens também contribuem para perpetuar a busca constante do sucesso econômico como sentido primeiro da vida.

Mas isto ainda não é tudo. Também entre os jovens contestadores do “sistema” sempre existiram diferentes estilos de vida, vias políticas e artísticas. Os hippies, que pregavam “paz e amor”, foram contemporâneos dos jovens que se envolveram em ações armadas para contestar as ditaduras latino-americanas. Como lembra o sociólogo argentino Sergio Balardini, os jovens dos anos 60 e 70 navegaram entre a radicalização política e a contracultura. Em suas próprias palavras “entre el Che y el ‘submarino amarillo’ dos Beatles”.

Em cada tempo e lugar são muitas as juventudes, e entre elas sempre existem adesões ao estabelecido e territórios de resistências e de criatividade. Estas evidências evocam as outras duas dimensões da cultura que vamos tratar a seguir. A saber: em primeiro lugar, as relações entre a cultura e os meios de expressão e comunicação socialmente disponíveis e, em seguida, o binômio arte – cultura.

A cultura e as transformações dos meios de expressão e comunicação

A dinâmica cultural pressupõe constante invenção e reinvenção de formas e canais de comunicação entre diferentes gerações e instituições sociais. As conquistas tecnológicas modificam a comunicação, a socialização, a visão do “tamanho do mundo” entre gerações. Aceleraram-se os processos de contato e se ampliam as possibilidades de hibridismos culturais. Diversidades e identidades se manifestam em um mesmo país, entre países, regiões e continentes.

É óbvio que sempre persistirão as possibilidades de diferentes apropriações da tecnologia e dos acessos a bens culturais. Uma multiplicidade de vivências baseadas nas diferenças de renda, de gênero, de raça, etnia, local de moradia, estilo e, até mesmo, de características pessoais produzem usos e recepções diferenciadas. Porém, é importante reafirmar, mesmo em um cenário de aumento de desigualdades sociais, que no dia-a-dia não é impossível que grupos de jovens socialmente distantes tenham acesso às mesmas informações sobre determinados assuntos. A propagação veloz de certos símbolos e valores pelo mundo afora permite que jovens - de diferentes condições sociais e de diferentes locais do mundo - de alguma forma partilhem um mesmo universo de referência.

Hoje, a despeito de todas as desigualdades de acesso e diferenças de uso, a existência da internet modifica padrões culturais e incide sobre as maneiras de estar no mundo. Mesmo estando longe de uma almejada “democracia de informações”,

no mundo de hoje as novas tecnologias não só se fazem presentes nos espaços de agregação juvenil já constituídos (grupos associativos, políticos e religiosos) como ajudam a formar grupos de novo tipo. As "redes juvenis" são "meios" para dinamizar o que já está constituído e, também, têm funcionado como ponto de partida para a construção de novos espaços de comunicação, identificação e ação.

Neste contexto surge a demanda por *inclusão digital*. Nas organizações de jovens ou voltadas para jovens este item é obrigatório. Não é por acaso que a sigla NTICs (novas tecnologias de informação e comunicação) começa a frequentar as pautas de reivindicações juvenis. A propriedade intelectual restrita em um mundo no qual a ciência e a tecnologia são forças produtivas essenciais é, no ponto de vista do sociólogo francês Manuel Castells, o principal obstáculo ao desenvolvimento de dois terços da humanidade que vive na pobreza. A reforma dos direitos de propriedade é fundamental, de acordo com o mesmo sociólogo, para que a criatividade possa ser fonte de riqueza.

Para os jovens de hoje, as NTICs se tornam instrumentos úteis para a circulação de informações sobre vários temas e causas e, ao mesmo tempo, alimentam novas bandeiras de luta. Este é o caso do envolvimento de grupos de jovens na defesa do *software livre* (programa de código aberto) que significa dar liberdade aos (as) usuários (as) para executar, copiar, distribuir, estudar, modificar e aperfeiçoar o Programa.

A demanda por NTICs se expressa em um momento histórico em que a tensão *local-global* se exacerba manifestando-se tanto em intensa conexão globalizada quanto em inéditos e profundos sentimentos de desconexão (e de exclusão). E é neste cenário que a atual geração juvenil vive contradições, impossibilidades e, também, novas possibilidades.

É verdade que o mundo de hoje apresenta-se como um campo fértil para que prevaleça o individualismo, o

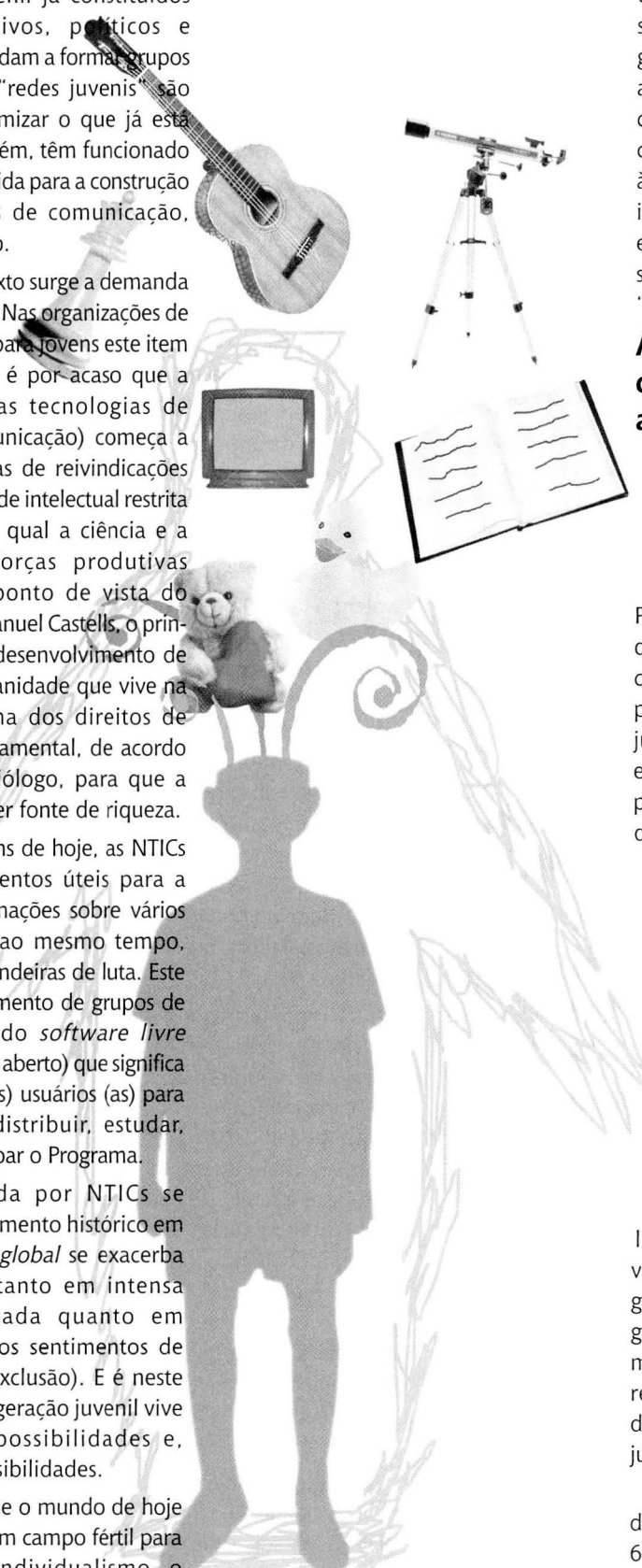
consumismo, a indiferença, o medo imobilizador. Entretanto, nesta mesma tensão entre conexão globalizada/sentimento de desconexão, também se geram novas demandas, motivações para a criatividade juvenil. Neste sentido, assim como existem elementos na sociabilidade contemporânea que impõem limitações à expressão dos jovens, é possível identificar também outra série de elementos que a impulsionam. Isto pode ser visto na proliferação dos chamados "projetos de arte e cultura".

A cultura como espaço de criação e de manifestações artísticas

É verdade que faltam estatísticas e séries históricas que permitam a comparação quantitativa entre a juventude de ontem e de hoje. Porém, mesmo sem poder falar em quantidades, é evidente que hoje se configura um novo campo de possibilidades para as expressões juvenis. Ou seja, no espaço público se encontram tanto jovens que atuam a partir dos lugares clássicos da política quanto os grupos religiosos, esportivos, de voluntariado e os chamados "grupos culturais".

E o que são os "grupos culturais"? São grupos que, por meio de ritmos, gestos, rituais e palavras, instituem sentidos e negociam significados buscando visibilidade pública e disputando adesões de jovens. Inventam e reinventam estilos que se tornam formas de expressão e comunicação entre significativos contingentes juvenis. A literatura tem mostrado um conjunto variado de grupos urbanos associados a grupos esportivos, rádios comunitárias, grupos de teatro, de dança e a estilos musicais (rock, punk, heavy metal, reggae, hip hop, funk e outros) que desempenha uma importância crescente junto aos jovens.

Trata-se aqui de algo diferente da chamada "arte engajada". Nos anos 60 e 70, no Brasil, ficaram conhecidos



artistas e grupo de artistas que se colocaram à disposição do movimento estudantil, das lutas sindicais e políticas. Hoje a seqüência é outra. Sobretudo nas áreas pobres e marcadas pela chamada violência urbana, surgem grupos de jovens que se reúnem com o objetivo de "produzir" artisticamente. É a partir desta produção artística, que surgem específicas repercussões políticas que incidem tanto diretamente na sociabilidade juvenil nos locais onde vivem quanto na construção do espaço público. De fato, os grupos de arte e cultura têm motivado a participação social de diferentes tipos de jovens, em variadas organizações. Funcionam como articuladores de identidades e referências na elaboração de projetos individuais e coletivos. Tais grupos promovem o estabelecimento de novas formas de pertencimento social que lhes permitem expressar seus descontentamentos, fazer denúncias e dar vazão à sua criatividade.

Por outro lado, jovens moradores das chamadas periferias urbanas - e mesmo jovens de grupos que já partilham de valores, linguagem e estilos globais contemporâneos - têm pouco acesso a lugares e a equipamentos de cultura e lazer em suas cidades. Isto porque a "cultura" se concentra em regiões às quais eles não têm acesso: por não ter como se locomover e/ou por não ter como pagar entradas. Neste ponto já entramos na pauta das políticas públicas de juventude.

II - Reconhecimento e Valorização da Diversidade Cultural: papel do poder público

Quando se fala em valorização da diversidade é preciso sempre romper com preconceitos. Reconhecer as diferentes expressões culturais juvenis e valorizar sua diversidade é papel do poder público. A juventude é a fase da vida na qual o importante é "estar junto" (construir *fratias*). As políticas públicas de juventude devem considerar, dialogar e se ancorar em diferentes grupos culturais juvenis produtores de identidade. Por exemplo, para a pergunta: Hip Hop ou Funk? A resposta é: funk, hip hop e muito mais.

Quem gosta de hip hop? Por quê? O movimento hip hop, ou como preferem outros, a cultura hip hop, faz diferença no Brasil de hoje. Cultivado em solo americano, hoje espalhado pelo chamado "mundo globalizado", o movimento vai ganhando expressões próprias incluindo as marcas culturais das periferias do país, de cada cidade, de cada lugar. Sem a munição do "local" não há rap (ritmo e poesia). Mas, não é um movimento orgânico que produz grupos homogêneos. No Brasil e na América Latina, há vários tipos de grupos

que se tornaram conhecidos por se declararem contra o tráfico de drogas e por pregarem a paz. Esta postura faz com que integrantes do movimento Hip Hop fundem Ongs, construam Portais na Internet, se envolvam em Projetos Sociais com e para jovens, assim como em Campanhas com temas específicos tais como: *Hip Hop contra o tabaco*, *Hip Hop pela Vida sem DST/AIDS*, etc... No contexto do hip hop os jovens das periferias das grandes cidades também se tornam criadores de moda e estilo, que passam a ser incorporados por muitos jovens de classe média.

Entretanto, é interessante notar que enquanto o hip hop tem conseguido ser reconhecido como "uma voz da periferia", o funk, de maneira geral, está longe das pautas das políticas públicas de juventude. Via de regra, no mundo das artes é criticado igualmente por conservadores e progressistas.

Quem gosta do funk? Por quê? O antropólogo Hermano Vianna nos dá pistas, em artigo que circulou pela internet, para compreender a questão. Depois de escrever sobre o assunto há pelo menos 10 anos, de fazer palestras sobre o assunto nas universidades, Vianna indaga:

Adianta tentar escrever, mais uma vez, que as causas da violência (que às vezes acontece dentro dos bailes, como poderia ter acontecido - e acontece muito mais vezes - em qualquer outro local da cidade) não são produzidas na pista de dança, e sim são confrontos entre grupos rivais que o funk não criou, que já estavam formados e eram inimigos antes da festa começar? É preciso mais uma vez, repetir que o mundo funk não é uma realidade homogênea, que a maioria dos bailes é realizada em ambiente totalmente pacífico, alguns em clima inteiramente familiar, com pais e filhos executando os mesmos passos de dança? Alguém duvida que a proibição dos bailes não vai diminuir a violência na cidade? A campanha anti-funk é tão avassaladora, que já estou pensando que qualquer defesa é ineficaz. (...).

Hermano continua afirmando que o funk carioca é um dos fenômenos mais criativos inventados na cultura carioca contemporânea. Afirmar também que gosta do funk não apenas como fenômeno social, mas como arte, como dança, como boa música. Segundo ele os funkeiros cariocas inventaram um estilo próprio de se fazer música eletrônica, que mistura samba, chula de folia de reis, toques de umbanda com um uso muito especial de computadores de ritmo. Fizeram isso sem nenhum apoio de gravadoras e jornais (e as rádios usam o funk quando lhes interessa - isto é, nem sempre). Até 1989, ainda segundo Vianna, os bailes só tocavam funk importado. Hoje a totalidade das músicas dos bailes é brasileira, com ídolos locais saídos das mesmas favelas de onde vêm os seus fãs. E como as políticas públicas de juventude poderiam incidir sobre este fenômeno cultural?

(...) O Estado deveria encontrar maneiras para aproveitar essa vitalidade, beneficiando a população pobre da cidade. Os bailes deveriam ter melhor segurança, os locais de bailes deveriam receber a fiscalização dos bombeiros, o mercado de trabalho

das equipes de som deveria ser regulamentado. Além disso, os MCs (mestres de cerimônia) mais populares e outras estrelas do funk poderiam colaborar com campanhas sociais ou educacionais. Sempre sonhei em ver a produção de música funk – feita em computadores – transformada em caminho para jovens favelados se interessarem pela informática. Cansei de ver funkeiros buscando apoios desse tipo, ou tendo idéias ainda mais criativas para tornar o baile funk mais seguro. Mas o contato do Estado com os bailes tem sido quase sempre nulo ou apenas repressor. Como a história recente do Rio prova, onde o Estado democrático não está presente outras forças podem assumir o controle

Ninguém é obrigado a gostar de hip hop ou do funk. Mas os formuladores e gestores empenhados na construção do espaço público não podem desconsiderar, *a priori*, estas - e nem outras - manifestações artísticas. Claro que, como em qualquer intervenção na vida social, há escolhas a fazer. Porém, isto não quer dizer que o poder público deva se relacionar apenas com que aparece como “politicamente correto” e/ou “artisticamente consagrado”.

Enfim, cabe aos gestores públicos ir além das diferentes hierarquias vigentes. Pesquisas e escutas devem ser feitas para identificar novos movimentos, como também para relativizar fronteiras que, artificialmente, tornam excludentes diferentes movimentos e linguagens musicais, corporais e visuais. Nesta procura talvez também se façam visíveis grupos de jovens que se agregam em torno da música clássica, do samba e do pagode. Nesta procura, é importante atentar ainda para o que tem sido feito na chamada “nova comunicação comunitária”. Pelo Brasil afora, muitos jovens renovam tradicionais rádios comunitárias, trazendo outras pautas e uma variedade bem maior de expressões artísticas em suas almejadas “mídias alternativas”.

III. Cultura, comunicação e arte no contexto das políticas públicas de juventude.

Resumindo: no cenário das políticas públicas de juventude, falar em cultura é falar em produção de sentidos, em acesso ao lazer e bens culturais e na valorização da diversidade. Formuladores e gestores destas políticas deveriam estar atentos para criar condições para que os jovens se insiram - com criatividade e qualidade - na disputa de imagens sociais, de sentidos, de valores, por vínculos solidários; possam ter mais

acesso ao patrimônio cultural, material e imaterial, do país; sejam reconhecidos como produtores de arte e cultura e, também, reconheçam diferentes manifestações artísticas produzidas e apreciadas por outros jovens. Traduzindo estes aspectos, destacam-se quatro diretrizes que têm sido frequentes nos documentos voltados para políticas públicas de juventude.

- **Valorizar a diversidade** de expressões artísticas e culturais ampliando as possibilidades de experimentação, escolha de estilos e gêneros.

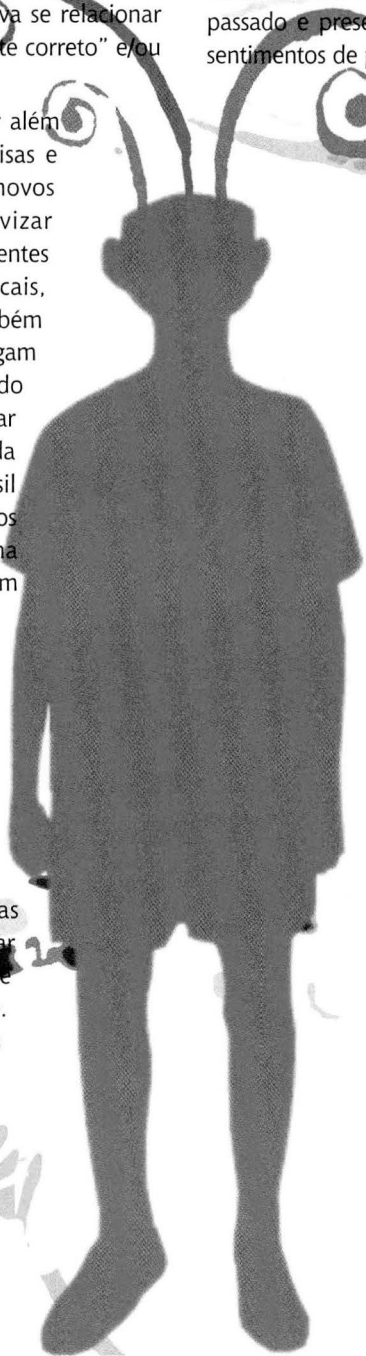
- **Ampliar o acesso aos bens culturais disponíveis na sociedade.** Considerando que o uso do tempo livre depende de condições sócio-econômicas que possibilitam ou restringem as alternativas de lazer e de fruição estética, as políticas públicas de juventude devem ampliar o acesso dos jovens aos bens culturais. Devem também enfatizar a noção de *patrimônio cultural material e imaterial*, pois ela permite a comunicação entre passado e presente, favorece o diálogo entre gerações, cria sentimentos de pertencimento e vínculos sociais.

- **Ampliar sentido e as oportunidades para as práticas esportivas e de lazer.** Na escola,

a educação física deveria possibilitar ao jovem o contato com uma boa variedade de modalidades esportivas, estimulando a vida comunitária e a socialização dos jovens. Nos espaços urbanos e nas comunidades a quadra de esportes ou a pista de skate são muitas vezes os pontos de encontro nos bairros, integrando os jovens. Criar programas destinados a aproveitar as férias escolares como período de atividade remunerada de estudantes, como guias, animadores culturais, monitores de esportes etc.

- **Apoiar iniciativas de geração de novas ocupações e postos de trabalho na área cultural.** Nos últimos anos surgiram novos tipos de ocupação, geração de renda e postos de trabalho na área da cultura, esporte e lazer aliando a criatividade e a capacidade de pensar criticamente sobre o mundo. A idéia é potencializar este processo.

Trata-se, enfim, de inserir o fazer cultural na formulação e implantação de políticas públicas de juventude pensadas na perspectiva de **assegurar direitos e gerar oportunidades**. Para tanto é preciso aproveitar as soluções criativas que os jovens experimentam para reinventar a cultura nossa de cada dia.



Cultura na modernidade-mundo

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva*



“A dimensão global supera o aspecto nacional. Para que os homens se encontrem e se reconheçam no universo da modernidade-mundo é preciso que sejam forjadas outras referências culturais”.

Renato Ortiz

Apresentação

Neste artigo pretendemos descrever a transformação no capitalismo contemporâneo como passagem para um contexto de modernidade-mundo. Os dilemas apresentados no âmbito da cultura, atravessada pelos fluxos temporais da lógica do capital, se redefinem nas novas dinâmicas e contradições espaciais que condicionam os novos desafios para os sujeitos sociais que, constituídos nas lutas de resistência anticapitalistas, precisam construir uma estratégia de defesa de direitos.

A cultura como campo de conflitos sobre os rumos da modernidade capitalista, entre a sua superação e a sua reestruturação, está sendo redefinida na complexidade da passagem da escala política, econômica, social, cultural e ambiental das fronteiras nacionais para novas transversalidades das relações constitutivas da sociedade global. Os temas da organização dos movimentos e da construção institucional para uma cidadania das classes subalternas doravante devem ser projetados no âmbito de uma sociedade civil global face ao conjunto de estruturas de poder empresarial e estatal redefinidas para o projeto de acumulação transnacional.

As lutas indígenas e camponesas, das mulheres, dos movimentos ambientalistas, dos movimentos anti-racistas, dos movimentos trabalhistas, dos movimentos de libertação nacional, pela livre orientação sexual, por direitos humanos, pela paz, contra a globalização hegemônica, devem ser lidas pelo quadro geral das transformações paradigmáticas em curso, na linha de globalizações culturais alternativas que se esboçam nas lutas parciais. Entretanto, estas exigem uma perspectiva de totalização no âmbito de projetos globais, face ao momento histórico inaugurado pela segunda etapa da modernidade como novo momento da mundialização capitalista, aquela que coloca em questão os limites do Estado-Nação que hoje é atravessado pelos dilemas e contradições dos dispositivos de poder da nova era de incertezas.

O peso das redes e dinâmicas de produção informacional-comunicativa relaciona diretamente a luta pela autonomia e cooperação cultural-produtiva dos discursos e práticas emancipatórias das classes subalternas com o acesso aos meios de comunicação e o ciberespaço. Desde os territórios e no plano das redes, na horizontalidade da democratização substantiva, no âmbito das formações sociais historicamente determinadas, se trava a batalha entre o novo metabolismo sócio-político do capital transnacionalizado e as possibilidades da construção de uma cidadania cosmopolita com foco nas classes e grupos sociais que produzem a riqueza. A superação

das desigualdades e da violência dos padrões da contra-revolução global do capital exige o trabalho cultural de produção das resistências, apoiado na radicalização da luta pelo acesso aos meios de produção do poder imaterial. O terreno cultural dos modos de vida e das linguagens exige uma reconstrução das subjetividades na pluralidade (multicultural) dos contextos e escalas do sistema mundo em crise e transformação.

Transformação estrutural na modernidade capitalista

O centro da construção da modernidade esteve ligado ao processo de expansão do trinômio território-estado-povo como política das nacionalidades. A questão cultural foi definida no sistema mundo moderno capitalista através de formas de expansão do poder, a partir das fronteiras e dos interesses delimitados pelos modelos de revolução, reforma e transição pelo alto, conduzido pelas burguesias nacionais européias. A “destruição criativa” permanente promovida pelo capitalismo esteve historicamente apoiada num modo de produção e reprodução social, onde a dimensão material da divisão internacional do trabalho, e de apropriação da mais-valia, esteve ligada ao processo de produção imaterial, simbólica e ideológica ancorado na produção dos pactos nacionais.

O metabolismo social do regime de acumulação extensivo e intensivo se relacionava com a fabricação das nacionalidades e seus efeitos sobre o mundo da tradição e os territórios submetidos ao jugo colonial e, posteriormente, imperialista. Ao longo dos séculos XIX e XX as novas relações entre sociedade, economia, política e cultura se estabeleceram sob a forma da competição e conflito no âmbito das nacionalidades e dos Estados imperiais, até que se esgotasse o impulso centrado na manutenção das fronteiras eurocêntricas dessa modernidade-nação, através de guerras, de reformas e de revoluções.

A mundialização com base na competição entre Estados foi reorganizada pelas formas de globalização, sob hegemonia norte-americana, após as duas guerras mundiais, com os efeitos da descolonização, e durante e após a Guerra Fria. O final do século XX e o início do século XXI estão marcados pela maior interpenetração das dinâmicas de capitalismo global, numa mudança histórica para a modernidade-mundo e a sociedade global. Desse modo, o capitalismo procura responder na escala global aos problemas de valorização e competição derivados dos modelos dos Estado-nacionais.

O projeto transnacional gera, segundo Octávio Ianni¹, uma nova subalternidade estratégica para as classes trabalhadoras

Para o tema da modernidade-mundo vide IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

com efeitos sobre o conjunto da sua vida social ao recompor as bases do regime de acumulação de capital por meio de uma nova mudança estrutural que provoca uma gigantesca destruição na base da sociedade, nos modos de vida econômica, política e cultural. As mudanças nas relações de poder mundial operam como uma revolução técnico-organizativa de produto, processo e divisão do trabalho na passagem da modernidade-nação para a nova modernidade-mundo.

capitalista², a destituição de direitos, a desterritorialização de empresas e investimentos fazem parte da mobilidade espacial que atravessa as fronteiras. A apropriação de novos espaços, recursos, corpos e mentes, para a lógica do capital gera interdependências que modificam as relações centro-periferia e dentro-fora no sistema mundo. Os territórios são religados, doravante, pela lógica temporal das redes empresariais e comunicativas, o espaço é fragmentado pelas desigualdades e pela violência material e simbólica.



Cultura no palco da mundialização acelerada

Os quadros sociais e mentais estão sobredeterminados por esse processo de formação de um novo "palco da história" que promove novas formas de desenvolvimento desigual. A globalização pelo alto aparece como seu resultado mais visível, enquanto promovida pelas corporações transnacionais e pelas organizações multilaterais, constituindo um novo momento da revolução mundial permanente, lançada pelo capital. A inclusão de novos territórios e populações ao mercado

A síntese político ideológica da burguesia transnacional se articula com as elites nacionais nos quadros da via única neoliberal pelo discurso do "mercado emergente". As raízes contra-culturais e de disputa com a hegemonia das práticas geradas pela força desse novo ciclo do capital surgem nas inúmeras manifestações de resistência que podem servir de base para alternativas neo-socialistas. Mas o peso da fragmentação dos territórios, das identidades, das forças regressistas e a perda de

2

Para a lógica sócio-espacial em função da acumulação do capital vide HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

direitos, em geral, se reduzem ao *ethos* competitivo-privatista, cujos efeitos acentuam os processos de violência, de terror, de guerra e, também, produzem as manifestações de fundamentalismo étnico-racial e religioso. Existe uma tensão na crise da modernidade que pode repetir o velho dilema reformulado “socialismo ou barbárie”, uma vez que ainda não se esgotou o balanço crítico da experiência negativa do socialismo burocrático e ou totalitário de estado.

Resistências e projeto global

A organização de formas horizontais de cooperação para a superação dos processos de desenvolvimento desigual e das múltiplas espoliações e destituições de direitos, promovida pelo regime de acumulação flexível global, sugere a centralidade da construção de práticas comunicativas. Os sujeitos coletivos (movimentos e redes sociais locais, nacionais



e globais com perspectiva anti-sistêmica/emancipatória) devem construir conexões intersubjetivas baseadas na estratégia de afirmação de uma plataforma de direitos de cidadania, com acento na inteligência coletiva e nos saberes e trajetórias locais. O pensamento liminar de resistência⁵ das histórias e narrativas locais deve se articular com o pensamento alternativo, como projeto global que nasce da valorização do social, do público, do comum, do periférico. O mundo da

A luta pelo “reencantamento do mundo”, pela abertura de novos possíveis, depende de práticas, de imaginários e de discursos alternativos que precisam do livre acesso aos espaços comunicativos. O discurso emancipatório da globalização alternativa precisa de condições adequadas para se traduzir em formas de ação e modos de vida, como construção cultural de movimentos e instituições. O desafio para fazer face às novas segregações, destituições e desigualdades no sistema (modernidade) mundo em transformação, depende de uma reativação das formas substantivas da socialização dos meios de produção e reprodução da vida social. O que passa por uma reconstrução do projeto político de democratização da vida social na sua integralidade. Por isso, seria necessário aos movimentos alter-globais articular as dinâmicas das resistências territoriais com a produção de dinâmicas comunicativas em rede, o que depende da definição de uma estratégia antivalor³, de desmercadorização como diria Immanuel Wallerstein, de construção de novos sentidos e esferas social-públicas para a vida comum em sociedade⁴.

3

Para o tema do antivalor aplicado ao problema da relação entre a esfera e as políticas públicas e o neoliberalismo vide: OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

4

Para uma nova “agenda cultural da globalização” vide CANCLINI, Nestor García. **A globalização imaginada.** São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2003.

5

Vide MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.



cultura global como campo de práticas em disputa corresponde a uma infra-estrutura e uma superestrutura desse processo de constituição das alternativas para projetos globais. A questão da hegemonia na dinâmica cultural atravessa o espaço de controle da convergência com a dinâmica econômica imaterial - gerada pelas novas forças sociais produtivas do capital - como uma articulação de novo tipo entre fluxos e fixos, entre estruturas que se organizam via ciberespaço.

As estratégias de controle das dinâmicas espaciais e temporais, com o comando e o controle dos corpos e das mentes, fazem do fluxo imaterial comunicativo um instrumento de dominação cultural cognitivo, onde os meios de comunicação se ligam com as dinâmicas materiais e financeiras do capital. Na sociedade do espetáculo e do simulacro, a linguagem, a ciência, as formas imaginárias e simbólicas se articulam com os modos de produção e

reprodução da cultura⁶, em sentido amplo. Isso faz da disputa pelos meios de produção da cultura um terreno-chave para definir as relações de poder e o conflito entre os campos de classe e os grupos sociais capazes de responder ao dilema, abertura ou fechamento dos possíveis históricos a partir do novo estágio de disputa definido pela modernidade-mundo enquanto segunda etapa da revolução mundial capitalista, que deve corresponder às formas de uma nova crítica socialista. Dessa forma, o capitalismo está sempre correlacionado com seu contrário, o que define um terreno mais otimista para a construção de saídas políticas, desde que os espaços de produção de sentidos compartilhados e os modos de vida não permaneçam aprisionados e reificados como força social subalterna ao metabolismo social presidido pela lógica do capital.

A emancipação de corpos e mentes ou o sentido biopolítico das lutas emancipatórias depende diretamente da capacidade de produção comunicativa em apoio aos processos de resistência sócio-territorial, o que significa apostar na luta político cultural como aquela que permite operar a correspondência entre trabalho e cidadania na disputa dos resultados da riqueza material e imaterial que se articula na lógica dos ciclos e fluxos acelerados pela dinâmica do capital global. Desigualmente articulados, desigualmente desencaixados, os diferentes grupos sociais só podem buscar convergências se transcendem as identidades fragmentadas, se traduzirem interesses e necessidades em consciência e vontade, se produzirem força intelectual e moral com base nos meios de produção informacional-comunicativos, enquanto direito público e comum, numa esfera de liberdade e acesso que reorienta o potencial cooperativo da comunicação para a produção intelectual, como organização da cultura no sentido de um avanço na conquista de direitos, democracia e bem-estar.

Dominação e regime de acumulação

O direito aos meios de produção, acesso e socialização dos saberes coloca uma contradição central no seio do processo de modernidade-mundo:

1. na relação com a apropriação da riqueza e do controle (ideológico e repressivo) sobre as populações;
2. na relação com o fluxo de finanças e informação com apropriação da riqueza da produção da inteligência coletiva em rede;

6

Para uma resenha crítica da que sintetiza a leitura do tema da pós-modernidade vide FRIDMAN, Luís Carlos. **Vertigens Pós-modernas. Configurações Institucionais Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

3. nas relações entre as formas de produção, distribuição e consumo conforme os padrões de acesso nos termos da posição e da situação de classe e *status*;

4. nos dispositivos de segregação étnico-racial, sexual, geracional e de classe, articulados pela ação geopolítica da guerra ininterrupta e da criminalização e pela privatização dos territórios e da cultura com destituição de direitos. O processo que premia uma adesão tola a uma legitimação fática do fracasso das estruturas de integração sócio-cultural e de planejamento e gestão pública se confirma na crescente separação e desigualdade que polariza a vida e concentra a renda nos territórios.

A tarefa política de crítica teórica e prática ao processo de modernidade-mundo ou de lógica cultural do capitalismo tardio⁷ deve ser intensiva em matéria de meios de construção intelectual e moral, por força do lugar que ocupa a organização da cultura na montagem do dispositivo de poder que combina geopolíticas, finanças e informação-comunicação no novo metabolismo entre Estado e Sociedade apoiado na retórica técnico-burocrática e economicista da inteligência dominante. Toda o protesto, toda a tentativa de questionar o processo de privatização do público e do comum acaba sendo considerado um ato de irracionalidade, de ignorância, de tolice, até mesmo de imbecilidade.

O regime de acumulação se reordena conforme os diferentes contextos de luta. Estes remetem diretamente ao terreno das formas de organização e gestão dos meios de reprodução da vida social, no quadro da estrutura cotidiana afetada pela velocidade das exigências que banalizam os contextos de vida e geram resistências, fugas, êxodos e metamorfoses. E abrem inúmeras possibilidades de construção de contra-projetos, em dependência direta da sua capacidade de articular territorialização das relações entre populações afetadas pelas formas de desterritorialização, com a construção de espaços e esferas de articulação e cooperações de inúmeras forças e interesses moleculares para recolocar a questão da totalidade social em foco. Interagir as práticas e o imaginário local, nacional e global de baixo para cima como sugere uma nova sociologia da resistência, que formula a teoria social para a emancipação na sociedade global, na modernidade-mundo e face ao capital global, é tarefa urgente.

Poder constituinte e democratização da cultura

A reconstrução paradigmática das linguagens da resistência, desde as histórias locais e desde a inteligência em rede social, pode se apoiar na disputa estratégica de políticas que em todos os âmbitos disponibilize os meios comunicacionais de produção cultural, de modos de vida, de saberes e de formas estéticas, sem o qual, o agir comum que fundamenta a orientação ética para romper com as desigualdades se perderá na força de uma nova contra-reforma ou reestruturação que consolide a disputa na direção de uma

solução favorável ao caráter destrutivo da nova revolução mundial do capital, liquidando as forças alternativas que acompanham esse momento. A idéia de uma duplicidade no movimento de luta que constitui o movimento do capital - que porta sempre o seu contrário - permite reescrever o debate sobre as tarefas de reconstrução de movimentos sociais em face da crise do sistema mundo moderno. Radicaliza a urgência de uma intervenção nos rumos da transição e da relação da Sociedade Civil mundial face ao contexto de reconstrução política dos direitos e de reapropriação do poder constituinte ou de práxis por parte dos sujeitos.

A questão da formação de um novo bloco histórico para a superação das desigualdades se recoloca diante do desafio de dar sentido ao problema da construção de visão de mundo. Isto num mundo em que a visão é parte integrante da disputa de sentido que conforma o poder no mundo através da expansão dos meios de produção do espetáculo, da indústria cultural e da comunicação, no meio da produção de signos e símbolos que marca a forma de se apropriar da riqueza da modernidade mundo.

A perspectiva de uma resposta cosmopolita e multicultural⁸ adequada aos novos mundos da vida, marcados pela violência da nova questão social, exige uma abertura e acesso aos meios de comunicação e informação. A democratização da cultura aparece no centro do projeto de emancipação que deve nascer do conflito com o novo ciclo de acumulação que se origina do impulso do capital global.



Vide ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.



Vide SOUSA SANTOS, Boaventura. *Ensayos para una nueva teoría social y una nueva práctica política*. Bogotá: ILSA y Universidad nacional de Colombia (Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales), 2003.





Entrevista

O ministro da Cultura Gilberto Gil dispensa apresentações. À frente do MinC desde janeiro de 2003, ele diz a Proposta que no governo atual “a cultura é vista no sentido mais antropológico”. Contudo, além de comentar sua gestão no Ministério, Gil reflete sobre o significado da produção simbólica e sua troca, o sentido da ação humana como ato cultural e as possibilidades de intervenção cultural sobre o processo social.

Proposta - Ministro, quais são suas impressões sobre cultura brasileira nas dinâmicas dos novos processos culturais globais e o que é direito à cultura hoje, levando em consideração o multiculturalismo?

Min. Gilberto Gil - Cultura brasileira é uma cultura que vem se formando ao longo de quatro séculos, pelo menos, a partir de uma matriz com várias presenças diferentes: do europeu, do ameríndio, do africano. Num segundo momento, dos asiáticos, dos americanos do norte, da América do Sul toda. Então é uma cultura plural, variada, com fontes diversas de elementos constituintes e elementos contributivos ao longo da história. Hoje a gente tem esse reconhecimento do global, de que há uma cultura comum, em que as distâncias no tempo e no espaço se encurtaram, as distâncias no campo das linguagens, a capacidade de traduzir as várias línguas e as várias linguagens, isso também é uma distância que se encurtou. Hoje em dia as pessoas podem se entender mais e mais a respeito de muitas coisas. E o Brasil, a partir dessa sua formação plural original, está inserido na pluralidade internacional. É assim que eu vejo a cultura brasileira hoje.

E o direito à cultura é essa necessidade cada vez maior de que os conjuntos humanos todos tenham acesso a tudo que se fala, a tudo que se faz, a tudo que se cria, a tudo que se pensa, a todo pensamento em que a idéia esteja em alguma base disseminável: livros, textos, imagens, sons, que podem sair por aí, que podem passar de uma cabeça para

outra. O Brasil está na base de uma dessas sociedades mundiais que são cada vez mais potencialmente consumidoras desse fluxo de produção cultural que existe no mundo e, ao mesmo tempo, é criador, produtor de elementos para injetar nessas veias internacionais. O Brasil é um centro consumidor e irradiador de cultura.

Proposta - Quais são os elementos para que o país possa ampliar as condições de produção cultural e artística diante das transformações tecnológicas e de linguagem?

Min. Gilberto Gil - Isso é complexo. Depende muito de distribuição de renda, de educação, de inclusão social, da capacidade que o país tenha de ampliar o quadro de atores, de pessoas e grupos humanos que intervenham nesse processo de produção cultural. Depende de que a produção cultural não fique restrita, como ficou até hoje, aos setores mais beneficiados da sociedade. De que se tenha uma cultura popular nos vários sentidos. De que a cultura se popularize cada vez mais, que toda informação, todo conhecimento, toda técnica, toda ciência que é produzida possa ser levada ao maior número de pessoas. E que esse número de pessoas, também em sua produção intelectual, sentimental, afetiva, em sua produção cultural, portanto, possa fazer com que isso vá fluindo para todo mundo, dentro e fora do país. Para isso é preciso que a sociedade tenha

mais condições de incluir na produção e na fruição de riqueza um maior número de pessoas. Portanto, é um problema de inclusão social, inclusão econômica, inclusão educacional em todos os sentidos. É preciso que o Brasil possa abastecer, daquilo é necessário material e simbolicamente, toda a sua população.

Proposta - E quais os elementos de inovação da política cultural brasileira?

Min. Gilberto Gil - Hoje o governo federal e o Ministério têm uma noção de que a vida cultural é muito mais ampla do que uma certa visão convencional nos quis fazer crer que seria. A cultura, hoje, é vista no sentido mais antropológico. Hoje todas as trocas provocadas nos campos das várias linguagens, dos vários nexos que vão sendo estabelecidos no intercruzamento das linguagens, todas as compreensões que vão sendo estabelecidas intelectualmente, sentimentalmente, afetivamente, todo o entendimento, toda a capacidade de se entender como comunidade humana, vai formando e constituindo a base de consideração da dimensão cultural. O governo brasileiro considera a cultura como um fenômeno amplo que se dá nessas dimensões e formas de intercâmbio entre os homens. Cultura é todo intercâmbio humano, é tudo que o homem dá ao outro e o que recebe. Tudo é cultural. Essa compreensão de cultura como esse fenômeno que abarca o viver, o produzir e o fruir, essa é a visão que o governo brasileiro tem atualmente. Aliás, seguindo o que vários governos do mundo fazem hoje na tentativa de interpretar corretamente o que é o desejo das suas sociedades. O governo brasileiro tem essa capacidade, vem tentando ter e demonstrar a capacidade de entender cultura dessa forma.

Proposta - Além da ampliação do conceito, quais seriam as outras bases e diretrizes que orientam a política do Ministério?

Min. Gilberto Gil - Além da ampliação do conceito para tudo que seja atividade simbólica, as trocas simbólicas em todos os campos, para além da idéia de que o acesso deva ser universal sempre em duas mãos, ao que dá e ao que recebe - porque o que dá é o que recebe e o que recebe também tem o que dar - além dessa questão, nós também estamos tentando dotar o governo de uma instrumentalização mínima do ponto de vista de estrutura e capacidade de operação. Estamos tentando criar um Ministério forte, com orçamento minimamente razoável para dar conta dessas demandas todas, para ter um quadro de pessoal capacitado e adequado em número para o cumprimento dessas obrigações, e um Estado que seja capaz de fortalecer e qualificar esse diálogo com a sociedade, essa capacidade de gestão cultural e de influência no sentido de ser instrutivo, um Ministério que instrua, que aponte, que advirta, que verifique junto com a sociedade onde as questões estão, e que tenha meios de resolvê-las. Um Ministério da Cultura, portanto, fortalecido. Essa é uma das obrigações e é uma das coisas que esse governo tem feito.

Proposta - Cultura hoje remete então a um modo de produção econômico e a um contexto geral das políticas públicas, faz parte de uma concepção que permite pensar a cidadania. Para o senhor, quais são os elementos de um projeto futuro de nação, um projeto futuro de sociedade?

Min. Gilberto Gil - Para mim não tem muito essa coisa de futuro, não. Futuro é o que a gente faz agora. Prefiro falar que a cada momento da História os elementos utópicos vão se renovando, devem ser considerados sempre como elementos norteadores do que se faz agora, mas é o que se faz agora que é a base do futuro. Então eu considero que essa sociedade brasileira ideal, no futuro, é o conjunto do que a gente entende do que deve ser feito agora. E quando digo a gente, digo todos, essa compreensão que nasce do diálogo comum sobre o que somos e o que queremos ser, sobre o que temos para fazer. Que sejamos o que queremos ser. O que a gente é, é o tornar-se. O ideal de ser é um ideal de tornar-se, de vir a ser. É vir a ser sempre o que nossos avós já quiseram antes, e que nós agora damos novas formulações a esses ideais. E nós continuamos a trabalhar, fazendo o trabalho com a herança do nosso passado, para que o futuro continue sendo isso, a atualização do passado através do presente. O futuro é isso: não é algo que esteja lá, isolado, é algo que a gente faz hoje. O Brasil ideal, a sociedade ideal, é essa construção que estamos fazendo agora com a contribuição de todos os acertos e todos os erros.

Proposta - No eixo cultura e classe, qual a possibilidade de inversão da pirâmide social usando a cultura como eixo mobilizador?

Min. Gilberto Gil - A inversão da pirâmide social não é um ideal, pois o ideal não é invertê-la e sim torná-la uma planície social. O que a gente quer é a planície social, onde todos se movimentem com igual dispêndio de energia, com igual dispêndio de capacidades, com iguais possibilidades de resultado desse dispêndio de energia e capacidade e também iguais possibilidades de desfrute desse processo. O que o trabalho da cultura e da produção humana, não só da cultura, mas de todos os outros meios, quer é isso: não é uma inversão da pirâmide social, é que todo mundo desça de todos os seus andares e se encontre no plano horizontal da planície onde se dá a vida comum a vida da comunidade. A cultura é um processo importantíssimo para isso, porque a cultura é o último corpo, é o corpo mais etéreo, é o espírito do espírito do espírito da vida comum, da vida humana, da vida entre os homens. É a base da planície, é onde todos estão, onde todos trocam, todos falam, se escutam e se ouvem. Esse é o papel da cultura. Agora, ela faz isso com os instrumentos. E quais são esses instrumentos? São a economia, a produção, a distribuição de riqueza, as trocas materiais em todos os campos, a produção científica, as técnicas e a possibilidade de franqueamento de acesso a tudo isso por todo mundo, pela comunidade, o comunismo.

Os Movimentos Culturais e o Novo Precariado Produtivo

*Ivana Bentes **



* Ivana Bentes é pesquisadora de Comunicação e Cultura e diretora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e desenvolve a pesquisa Imagens das Favelas na Mídia brasileira.

Estamos vivendo um momento singular e de mudança de eixo na produção cultural contemporânea com a ascensão e visibilidade da produção cultural vinda das periferias, subúrbios e favelas. Uma produção cultural deslocada, lateral que traz consigo embriões de políticas públicas potenciais, com a possibilidade de redistribuição de riqueza e de poder, se constituindo também como lugar de trabalho vivo e não meramente reprodutivo.

Essa cultura das favelas e periferias (música, teatro, dança, literatura, cinema), surge como um discurso político “fora de lugar” (não vem da universidade, não vem do Estado, não vem da mídia, não vem de partido político) e coloca em cena novos mediadores e produtores de cultura: *rappers*, funkeiros, b-boys, jovens atores, *performers*, grupos e discursos que vêm de uma certa lateralidade e marginalidade - favelados, desempregados, sub-empregados - sujeitos que aparecem na mídia de forma ambígua, mas que podem assumir esse lugar de um discurso político urgente, das ruas e favelas, uma cultura de renovação da cultura de massa e da “alta” cultura.

A mudança decisiva se dá a partir do contexto em que estamos, onde os meios de produção cultural se disseminam e os meios de comunicação e informação que estão sendo massificados - internet, câmeras digitais, celular, impressoras - servem a quem quer se tornar produtor de cultura.

Esse contexto de um capitalismo informacional, capitalismo cognitivo, onde o conhecimento é o produto, chega a todos os meios sociais e também na favela, mesmo que de forma desigual e assimétrica.

Um jovem na favela e periferia recebe através da TV aberta e a cabo, da música, das novas formas de socialibilidade, uma informação e formação geral que vai constituindo uma inteligência de massas, inteligência coletiva em desenvolvimento acelerado.

Esses movimentos sócio-culturais ganham uma dimensão política ao serem portadores de expressões culturais e estilos de vida vindos da pobreza, forjadas na passagem de uma cultura letrada para uma cultura audiovisual e midiática.

A cultura das favelas e periferias também é um contraponto para a visão estereotipada das favelas como fábricas de morte e violência, aspecto recorrente na mídia e no cinema que revela apenas a imagem da favela-inferno, território a pulsão de morte, sem olhos para a cultura de resistência e vitalidade que vem sendo forjada aí e sua relação com novas formas de trabalho e ocupação.

A complexidade e ambigüidade da “dobra” brasileira no capitalismo global vem mostrando que as fábricas de pobreza e violência são também territórios e redes de criação. Essas vozes da periferia, jovens artistas e agitadores, negros saídos da favela, de ambientes de violência e hostilidade, destituem os tradicionais mediadores da cultura e passam de “objetos” a sujeitos do discurso, contribuindo com uma renovação do político, e com os discursos mais contundentes sobre racismo, violência policial, pobreza, concorrendo com os discursos da universidade e da mídia.

Nas favelas e periferias produziram-se novas relações de vizinhança, mutirões, redes de ajuda rizomáticas, a cultura das festas, rituais religiosos, samba, funk, hip-hop, todo um capital cultural e afetivo forjado num ambiente de brutalidade compartilhado por diferentes grupos sociais. Das favelas e periferias surgem práticas de cultura, estéticas e redes de sociabilidade e política fabricadas dentro dos guetos, mas conectadas aos fluxos globais (não é só o tráfico de drogas que consegue se globalizar), até a mídia já consegue enxergar esse novo contexto.

Grupos e territórios locais apontando saídas possíveis, rompendo com o velho “nacional-popular” populista e paternalista ou idéias engessadas de “identidade nacional”, e surgindo como expressões de um gueto global, dos guetos-mundo. Falamos hoje de cidades globais, com questões e problemas comuns, e o novo produtor de cultura das favelas e periferias faz parte de um precariado global. São os produtores sem salário nem emprego, são os trabalhadores do imaterial.

Estamos vendo surgir também novas alianças entre as favelas e grupos antes isolados. A idéia de constituição de redes, inclusive eletrônicas, pode ser a próxima etapa nesse salto dos movimentos culturais locais e globais. Cidades da cooperação que rivalizam com o Estado-Nação e funcionam a revelia dele.

Uma política inteligente de governo deve necessariamente incluir essas experiências culturais que se constituíram de forma rizomática, vitalizando periferias e centros, afastando-se do impulso meramente assistencialista e paternalista e afirmando essa “qualidade” político-estética conquistada pelos movimentos culturais. Movimentos que surgem na crise do Estado como provedor, com base na sociedade salarial em que a transferência de renda apenas, não acaba com as desigualdades. Como dar suporte a essas redes socioculturais?

Estamos vivendo uma reestruturação produtiva, e na cultura isso é claro. A cultura é hoje o lugar do trabalho informal (não assalariado), com o primado do trabalho imaterial, grupos, redes, movimentos que trabalham com informação, comunicação, arte, conhecimento e que não estão nas grandes corporações. Seria preciso pensar novas agendas estratégicas, sem as forças imediatistas do mercado, nem as decisões centralizadas demais do Estado. Uma radicalização da democracia estimulando a produtividade social.

Essa experiência da cultura a partir dos movimentos socioculturais surge como possibilidades de uma renovação radical das políticas públicas. Não é só uma mudança da política para a cultura, mas uma mudança da própria cultura política. São muitas iniciativas com potencial para serem instituídas, e o Brasil surge como laboratório desses projetos culturais.

Podemos destacar, entre outros, economia e cultura *do funk* e *do hip hop*, movimentos que produzem novas identidades e sentimento de pertencimento, de comunidade, para além da música e criam mundos e atividades produtivas: DJs, donos de equipamentos de som, donos de vãs,

organizadores de bailes, seguranças e *rappers*, funkeiros que fazem até dez apresentações em bailes diferentes numa única noite. Todo um ciclo econômico em torno da cultura *hip hop* e *funk* que explicita o primado da cultura na constituição da economia cognitiva do capitalismo contemporâneo.

Essas redes culturais locais se constituem em contraste com as políticas públicas organizadas do centro, super-hierarquizadas, centralizadas, e que não resolveram ou reduziram a um nível desejável as desigualdades sociais. Hoje nós temos uma oportunidade histórica de experimentar outros modelos, ainda embrionários, de políticas públicas. Redes socioculturais, que funcionam justamente de forma horizontal, acentrada, rizomática, organizando a própria produção.

Os movimentos culturais trabalham com uma idéia de educação não-formal. Como porta de entrada para a

Nunca na história da cultura tivemos tantas possibilidades de descentralização dos meios de produção. Equipamentos digitais, câmeras de vídeo, câmeras fotográficas, equipamentos para músicos, Djs, produtores de audiovisual, computadores pessoais, softwares livres, uma enorme capacidade em duplicação de cds, livros, música que colocam em xeque o direito autoral tradicional e fazem vislumbrar um capitalismo do excedente e da possibilidade da livre circulação do conhecimento.

Como enfrentar essa questão de uma outra forma que não criminalizando o comprador de bens culturais? Pois se um camelô vende CD pirata, DVD pirata de música, de filme, se ele vende na porta do show de funk o que o garoto acabou de ouvir e dançar e quer levar pra casa, será que o papel do Estado é criminalizar esse consumidor e esse duplicador, esse agente de difusão de cultura que virou o camelô, os adolescentes, os produtores e consumidores de cultura?



educação formal e para o trabalho vivo. Um movimento como o MST conseguiu construir escolas e propor programas educativos com mais rapidez que muitas prefeituras no interior do país. A produção cultural da periferia também não é formal, é precária, informal, veloz, e se dá em redes colaborativas produzindo transferência de capital simbólico e real, dando poder para os movimentos socioculturais sem os tradicionais mediadores.

Esses movimentos sociais tornam-se habilitados a administrar a própria cultura que produzem, ao mesmo tempo podem ser parceiros significativos de quem detém os meios de produção, difusão, etc. Os movimentos socioculturais podem atuar em todas as pontas: como produtores de cultura, administradores e beneficiários do resultado da sua produção.

Se os atores culturais e sociais dispõem de recursos intelectuais e materiais para assumirem esse protagonismo, qual o papel das políticas públicas? Apoiar, estimular e promover; formar lideranças, agentes de cultura, administradores de cultura, de eventos culturais e dar as condições mínimas para esse desenvolvimento.

Ao invés de reprimir, como legalizar "a cultura popular digital" que está se formando? Porque não é só a questão da pirataria, é a oportunidade de um grupo de *hip hop* ou de *funk* formar sua equipe de som, tocar na favela, nas comunidades, nos clubes, gravar sua música, queimar o seu CD e vender na porta do baile, formando uma rede produtiva que dá trabalho, ocupação e sentido para uma vida.

Hoje, um computador pessoal de baixo custo e acesso à internet são bens culturais essenciais no capitalismo cognitivo, pois o trabalho se tornou comunicacional e relacional. O desafio é como universalizar e socializar esses meios de produção de comunicação que são os meios de produção de cultura. Se apenas 10% da população brasileira têm computador em casa, então tem que ter uma bolsa cultura, bolsa comunicação, bolsa informática e colocar um computador funcionando em cada casa, centro, associação de moradores, quiosques públicos, pois comunicação e cultura se tornaram estratégicos para a sociedade civil. Nesse sentido, um dos programas mais significativos do governo Lula é o *Pontos de Cultura*, implementado pelo Ministério da Cultura em todo o país.

É preciso reconhecer a dimensão produtiva desses movimentos que não devem receber bolsas com contrapartidas, mas bolsas-investimentos, pois eles próprios já são a contrapartida, são os agentes produtivos que estão transformando realidades locais, são modelos embrionários de transformação radical das políticas públicas. São eles que produzem cultura a partir do local, vivem e moram em territórios abandonados e revitalizados de dentro.

Também podemos falar da crise e extinção da tutela intelectual e econômica sobre os movimentos, que desconfiam das relações assimétricas e do roubo de capital simbólico e de um bem altamente valorado no contexto contemporâneo: a produção de mundos. Assim, é a universidade, é a mídia, é o marketing social, ou o que eu chamo de "a lavagem social" que precisa das periferias para se legitimar socialmente, intelectualmente ou até economicamente.

Os exemplos são muitos. A Companhia de Teatro Nós do Morro, que transformou meninos da favela em atores, com uma formação rigorosa, que inclui uma capacitação profissional em várias áreas correlatas - teatro, cinema, vídeo, técnico de luz, produtor de cultura - dando oportunidade para que profissionais vindos das periferias ingressem em espaços como a Globo, estrelem filmes como *Cidade de Deus* no cinema, ou simplesmente se tornem técnicos da indústria cultural.

A Companhia Étnica de Dança, que levou a dança contemporânea ao morro do Andaraí e montou uma escola de dança e educação não formal que forma não só dançarinos, mas produtores culturais, iluminadores, coreógrafos, administradores de projetos, abrindo assim a oportunidade de qualificar garotos que não necessariamente vão virar bailarinos profissionais. A Companhia desenvolve uma formação que inclui discussão sobre racismo, violência e sexualidade, temas trazidos pelos alunos. A Cia Étnica de Dança administra uma escola de samba do Andaraí que vira escola de cidadania



ensinando atividades e ocupações em um mercado da cultura, que é tanto informal e precário quanto formal e instituído.

Outro exemplo é o trabalho estético e político do grupo Afroreggae que consegue tirar os meninos do tráfico para atuarem como músicos, coordenadores de projetos, performers, atores de circo, administradores de projetos. O Afroreggae é um grupo que atua na zona de combate, na "faixa de Gaza" que divide duas favelas, a Maré e o Complexo do Alemão, funcionando como instância mediadora que impede mortes e negocia a paz, isso a partir de um *status* conquistado com o trabalho cultural. O Afroreggae se estende para projetos como o *Juventude e Polícia*, em Minas Gerais, de formação cultural para policiais que se tornam percussionista. A apresentação conjunta de policiais com o Afroreggae num show de percussão faz uma reversão simbólica importante que transforma a imagem violenta e arbitrária da polícia em uma potência de sociabilidade e trabalho colaborativo e lúdico.

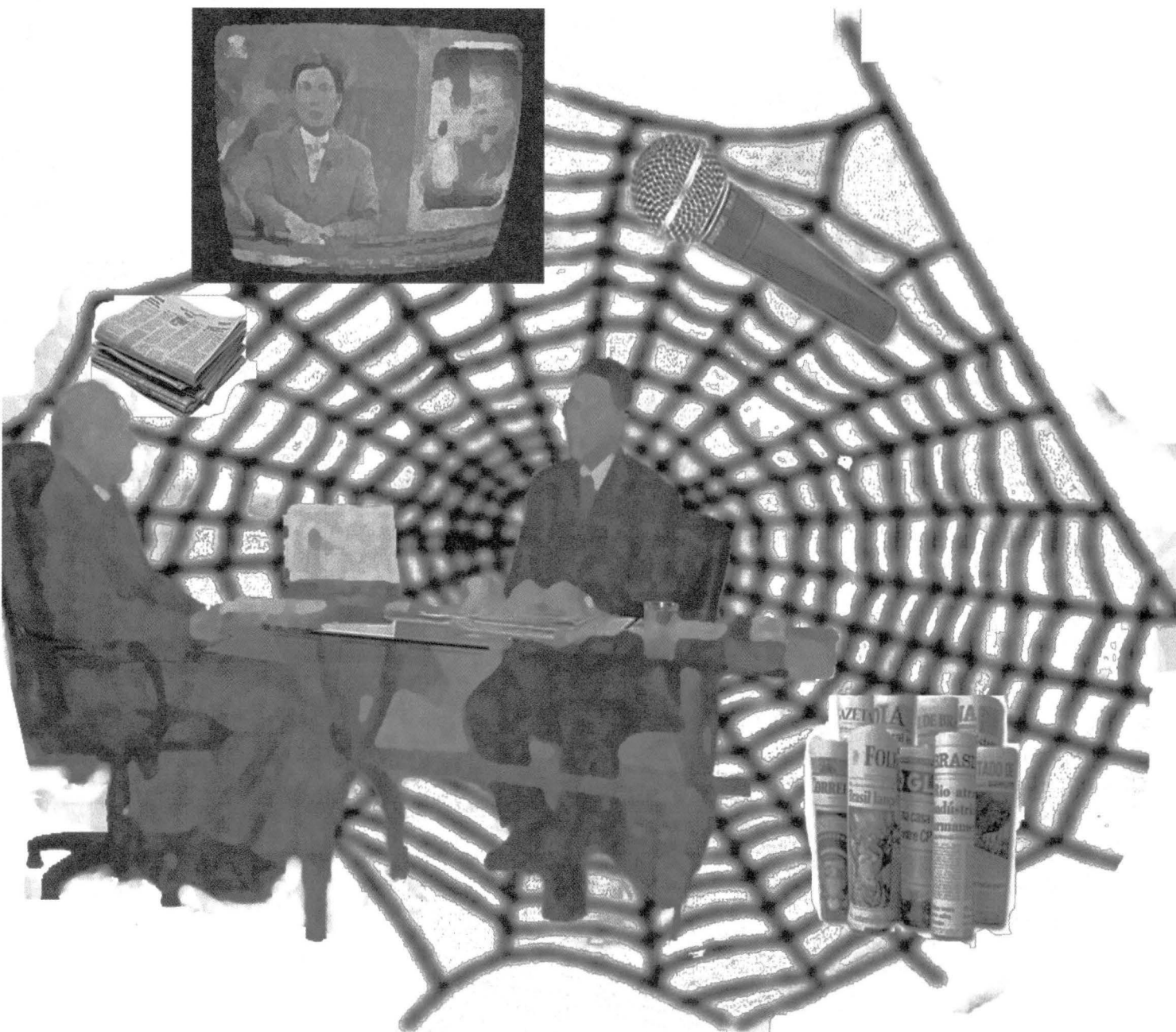
Lembramos também o trabalho de Jailson de Souza na Maré, que montou um observatório para produzir imagens das favelas e uma Escola Crítica de

Comunicação Popular que concorre com a fabricação de discursos sobre elas. E ainda: a Coopa Roca, cooperativa de artesanato e moda de costureiras da Rocinha, que tem sua produção em escala industrial; o projeto Célula Urbana, levando a Bauhaus alemã para interagir dentro da favela do Jacarezinho, com soluções de arquitetura híbridas; as rádios e televisões comunitárias; a Rádio Favela de Minas Gerais e Rádio Bicuda do Rio de Janeiro, mídias comunitárias atuantes; a TV Tagarela da Rocinha. São projetos embrionários de uma mídia alternativa.

Todos estes e tantos outros são grupos vitais no delineamento de uma outra política pública em que os movimentos sociais apontam caminhos, modelos e soluções, mas ainda estão fragmentados e desconectados. Não existe visibilidade desse "conjunto" como força. Aparecem na mídia de forma isolada, sem constituir "redes". Esse novo precariado produtivo luta para obter o "copyright" sobre sua própria produção cultural e imagem, sabendo que o agenciamento entre as diferentes esferas (favelas, universidades, movimentos, Estado) pode apontar para uma rede mais ampla de parcerias produtivas e profundamente transformadoras da cultura urbana brasileira.

O show da vida: alguns simulacros desvendados*

*Gloria Regina Amaral***



*resenha do livro *Simulacro e Poder: uma análise da mídia* de Marilena Chaui, editado pela Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

**Mestre em Literatura Brasileira, assistente do Núcleo de Comunicação da FASE

Ao começar a ler o livro *Simulacro e poder: uma análise da mídia*¹, de Marilena Chauí, percebi a difícil tarefa que teria pela frente: não cair nas atuais armadilhas impostas pela indústria cultural em que o ou a resenhista ou articulista fala de seus conhecimentos acerca do assunto tratado, de suas preferências e associações suscitadas pela leitura, em vez de apresentar ao leitor o objeto da resenha. Marilena chama atenção, logo nas primeiras páginas, para o fato de que atualmente jornalistas, articulistas, apresentadores, entrevistadores e até resenhistas assumem um lugar de “formadores de opinião”. Em vez de informarem sobre fatos, acontecimentos e situações, os profissionais da mídia jornalística especializam-se em descrever seus sentimentos e traçar impressões pessoais e opiniões particulares sobre “pessoas, lugares, objetos, acontecimentos e fatos que continuamos a desconhecer porque conhecemos apenas sentimentos e impressões daqueles que deles fala”.

A autora vai desenhando o caminho traçado pela cultura midiática para a destruição do que ela chama de “categoria essencial da democracia”: a da opinião pública. Dentre os deslocamentos que levam a essa destruição, estão a questão da “substituição da idéia do uso público da razão para exprimir interesses e direitos de um indivíduo, grupo ou classe social pela idéia de expressão de sentimentos, emoções, gostos e preferências individuais” e também “a substituição do direito de cada um e de todos de opinar em público pelo poder de alguns para exercer esse direito” empoderados por um estatuto midiático-cultural que confere a eles títulos e especializações que lhes permitem aparecer como arautos de uma verdade a que só temos acesso enquanto espectadores/leitores/consumidores. O terceiro deslocamento apontado por Marilena é a mudança nas relações entre os vários meios de comunicação sob os efeitos das tecnologias eletrônica e digital e da formação de oligopólios midiáticos globalizados (os grandes conglomerados dos meios de comunicação de massa) que concentram um poder extraordinário e ditam os rumos da comunicação.

O raciocínio traçado por Marilena Chauí nos leva não a uma análise esquemática da função exercida pela mídia ou da tecnologia utilizada para a concentração e distribuição de informação e de cultura, mas à compreensão da complexidade do sistema midiático e sua relação com a construção da sociedade neoliberal. São apontadas as intercessões entre a detenção de informação, a construção de verdades e a manutenção do poder. Marilena utiliza referências confiáveis para embasar sua leitura dessa cultura pós-industrial que é objeto de seu estudo. Foucault, Adorno, Umberto Eco, Christopher Lasch, Guy Debord, Hannah Arendt, David Harvey, Francisco de Oliveira e Boaventura de Souza Santos são alguns dos que contribuem para a análise desta condição pós-moderna que é levada às últimas consequências pelos meios de comunicação de massa.

Entendemos como os mecanismos utilizados pela mídia para a construção de uma realidade virtual ou de uma virtualidade real forçam uma crescente banalização da realidade e a conseqüente alienação que faz com que, leitores

e espectadores, abramos mão de nosso direito à opinião, de nosso dever de construir uma cultura viva e legítima, para sermos meros consumidores das opiniões, notícias e produtos culturais veiculados pelos meios de comunicação. Consumimos, muitas vezes sem nenhuma mediação crítica, verdadeiros espetáculos simulados pela televisão, sejam eles frutos da realidade ou da imaginação. Sejam provenientes da adaptação de uma peça teatral, de um dos episódios das inúmeras séries televisivas ou de um bombardeio numa das guerras no Oriente Médio, as imagens causam às vezes as mesmas reações. Muitas vezes, sequer nos questionamos dos porquês, quando e onde ou fazemos quaisquer relações dos fatos com a história recente da humanidade. Porque, se por um lado tudo nos é oferecido como se não houvesse um antes e um depois, uma causa e uma consequência, um tempo, um lugar, um nome de referência, por outro lado nós também aceitamos tudo como se fosse um mero efeito especial, sem nenhuma relação com nada que conhecemos. Ou, de outra forma, lidamos com a peça artística nos envolvendo emocionalmente com a história dos personagens, como se fôssemos nós mesmos ou amigos nossos a vivê-las. Fazemos uma verdadeira catarse. Lidamos com o fato como se fosse um filme dramático que logo será esquecido, e com o artístico como se fosse real, mas que também será logo substituído por outro filme, outra imagem. Ambos acabam tendo o mesmo valor para a nossa formação ou para a nossa fruição.

Essa atitude consumista diante do “produto”, seja ele artístico, obra de pensamento, religiosa, festa popular, peça de entretenimento ou noticiário informativo, responde à oferta da indústria cultural que trata e disponibiliza a obra segundo um valor de mercado. Assim, tudo acaba sendo englobado numa mesma categoria. Embora tenham valores diferentes, não passam de mercadoria. Assim como o produto, o consumidor também passa a ter um valor que depende de sua posição na pirâmide social, de seu poder de compra. Se letrado, intelectual, oriundo de uma elite econômica ou social, o consumidor/telespectador/leitor será tratado de uma forma diferente, terá acesso a produtos mais elaborados, tanto no nível informativo (jornais impressos, telejornais, documentários etc.) quanto no nível artístico (filme “cabeca”, peças teatrais, revistas científicas). Se, no entanto, o consumidor vem das classes populares, não-letradas, lhe será ofertada a “cultura de massa”. Estilos musicais e expressões artísticas, religiosas, cívicas etc., muitas vezes nascidos legitimamente como expressão do saber, da intuição, do talento ou mesmo da organização popular, são apropriados pela indústria cultural que passa a oferecer numa “embalagem” mais elaborada o “produto” de entretenimento e diversão a ser consumido.



¹ Chauí, Marilena. *Simulacro e Poder: uma análise da mídia*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

Ou seja, a cultura é tratada, em suas diferentes expressões, como produto a ser trabalhado, testado, melhorado, divulgado e vendido. Seja a obra artística (artesanato, música, teatro, cinema, literatura, dança etc.), a notícia a ser veiculada e recebida em cada casa, e até a religião, tudo é tratado como mercadoria a ser negociada e, principalmente, como meros mecanismos de diversão e passatempo. Produtores, patrocinadores, publicitários, marketeiros, vendedores, apresentadores de programas, rádio, televisão, editoras, gravadoras, artistas, jornalistas: todos se envolvem numa grande “linha de produção” para que o produto final alcance o objetivo esperado, qual seja, a aceitação e o consumo por parte do maior número de pessoas.

O tratamento da cultura (obra de pensamento, arte, religião, festas populares etc.) como simples mercadoria a ser utilizada para entretenimento e diversão desconsidera o trabalho de criação e expressão de seu criador ou da comunidade que a cria. Segundo Marilena: “o entretenimento é uma dimensão da cultura tomada em seu sentido mais amplo e antropológico, pois é a maneira como uma sociedade inventa seus momentos de distração, diversão, lazer e repouso. No entanto, por isso mesmo, o entretenimento se distingue da cultura quando esta é entendida como trabalho criador e expressivo do pensamento e da arte”. O problema, portanto, não é o entretenimento em si, mas a apropriação de elementos criados a partir do trabalho criativo, “movimento de criação de sentido, quando a obra de arte e a de pensamento capturam a experiência do mundo dado para interpretá-la, criticá-la, transcendê-la e transformá-la” e sua utilização como instrumento de entretenimento, fruição, diversão, passatempo apenas. Neste movimento, a indústria cultural cria também a ilusão do acesso irrestrito aos bens culturais. Assim como cria a ilusão da sociedade ultra bem-informada.

Marilena Chaui afirma que o principal resultado obtido a partir da maioria dos noticiários é, na verdade, a desinformação. Primeiro porque, operando segundo a lógica do mercado de entretenimento e da propaganda comercial, os meios de comunicação são utilizados por patrocinadores (públicos ou privados) que influenciam na forma e no conteúdo final, mesmo que indiretamente, da notícia veiculada e dos programas apresentados. Em segundo lugar, porque “são apresentadas de maneira a impedir que o ouvinte e o espectador possam localizá-las no tempo e no espaço”. Além disso, segundo a autora, dez ou doze conglomerados de alcance global controlam não só os meios tradicionais de comunicação, mas também os novos meios eletrônicos e digitais. A detenção desse poder de concentração e distribuição e, por conseguinte, de manipulação da comunicação nas mãos de uns poucos faz com que toda a informação obtida através da grande mídia esteja comprometida, de alguma forma, com uma estratégia global de construção de uma realidade, digamos, parcial.

A autora aponta a destruição da capacidade de concentração e a infantilização, provenientes da satisfação imediata de nossos desejos através dos meios de comunicação e da propaganda, como causadores do estímulo ao narcisismo

tão presente nessa era pós-industrial. Ela apresenta a forma de operar dos noticiários e programas que nos brindam com informações constantes de toda a parte do mundo, causando-nos uma confortável impressão de estarmos “por dentro” de tudo, bem informados e conscientes, quando, na verdade, o que ganhamos é uma saturação de imagens e notícias não fundamentadas, não discutidas, não pesquisadas que fazem com que saibamos de tudo sem sabermos de nada do que realmente interessa.

Além do texto principal, que discute a questão da concentração e manutenção do poder através da criação de simulacros pela mídia, o livro traz anexos textos complementares que abordam temas intrinsecamente relacionados a este. Em *Direitos Humanos e Medo*² são discutidas os conceitos do medo e direitos humanos, a questão da cidadania e das diversas formas de repressão à liberdade. O mito da não-violência é apresentado em *Democracia e Autoritarismo*³. Os textos ajudam a entender processos de naturalização de conceitos e atitudes que nos fazem aceitar o lugar de não-sujeitos de nossa própria história.

Marilena aponta como perigos da centralização dos meios de comunicação e das tecnologias de informação o poder de controle sobre as pessoas, a posse de informações por pessoas não autorizadas e a possibilidade de utilização dessas informações por poderes privados para controlar pessoas e instituições, assim como para causar-lhes danos. Percebemos, assim, que tanto no aspecto público como no privado as nossas manifestações, gostos, preferências, atitudes, pensamentos podem ser induzidos ou controlados por um poder maior, virtualmente executado, mas concretamente acolhido no dia-a-dia de nossos lares, comunidades, espaços de trabalho e de lazer. Isso parece um tanto assustador: é como se, além de espectadores, fôssemos, cada um de nós, um participante do Big Brother⁴, um Truman⁵ mais iludido que o personagem, pois não há outro “mundo real” a encontrar quando rasgarmos o cenário.



Chaui, Marilena. *Direitos Humanos e medo*. In: _____. *Simulacro e poder*. São Paulo, Perseu Abramo, 2006. P.87-113. Versão modificada de uma conferência proferida em 1988, a convite da Comissão Justiça e Paz, e publicada em FESTER, A. C. Ribeiro (org.) *Direitos Humanos e ...* São Paulo, Brasiliense, 1989.



Idem, p.115-142.



Programa transmitido pela Rede Globo onde os participantes são confinados em uma casa e monitorados o tempo inteiro por câmeras escondidas em todos os cômodos e o público escolhe quem deve continuar ou sair da casa.



Personagem do filme *The Truman Show*. Jovem que não sabe que é uma personagem de programa transmitido 24 horas por dia descobre a verdade por acaso e decide sair do programa.

Proposta Recomenda

Simulacro e Poder: uma análise da mídia

Marilena Chaui

Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.



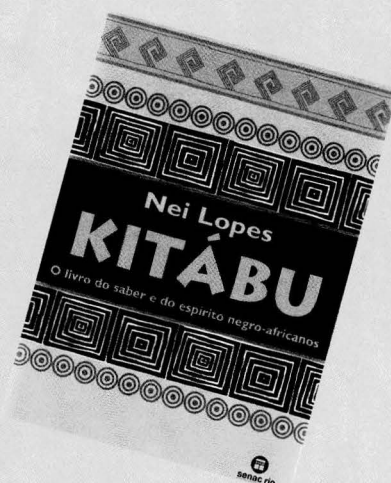
Neste livro, Marilena Chaui discute a questão do poder e dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, apresentando idéias e discussões instigantes sobre pontos centrais para entender o mundo de hoje. O livro traz ainda dois ensaios que abordam questões relativas à democracia, aos direitos e à violência no Brasil: *Direitos Humanos e medo* e *Democracia e autoritarismo: o mito da não-violência*.

Kitábu: o livro do saber e do espírito negro-africanos

Nei Lopes

Editora Senac Rio, 1ª edição, 2005

Nesta obra Nei Lopes tenta sistematizar o conhecimento sobre as religiões africanas nas Américas a partir de suas matrizes. O autor discorre sobre as raízes históricas e mitológicas dessas religiões através de uma espécie de breviário, abordando o *continuum* que se estabelece entre as antigas civilizações africanas - sua espiritualidade e seu saber - e os povos construtores da Afro-América.



Cultura, Arte e Cidades: desafios para quem quer uma outra cidade

Aercio de Oliveira*

CS
H
GR

Este texto tem o propósito de apresentar resumidamente questões acerca da cultura, da arte e da cidade. Dirige-se prioritariamente aos participantes da rede de grupos culturais da Baixada Fluminense¹ e àqueles que atuam em organizações que lutam pelo direito a cidades justas e democráticas. Logo, não se pretende abordar a arte em geral, mas sim aquelas comumente produzidas pelos chamados grupos culturais que atuam nas periferias das regiões metropolitanas do nosso País. Antecipo aos interessados pela leitura a inevitabilidade de lacunas e imprecisões, além de controvérsias, algo muito comum quando se trata de questões ligadas a um campo que, mesmo com a objetividade da obra criada, está intrinsecamente ligado à subjetividade humana, seja no momento da produção ou da fruição.

Entre os pontos que serão abordados, destacaria os que fazem referência às confluências entre a produção da arte e da cidade; o sentido da arte da periferia e seus efeitos; e, por fim, os desafios colocados para os grupos culturais e os agentes sociais, que atuam na esfera pública, através de suas organizações, com o objetivo de assegurar um novo modelo de cidade.

Tais questões se inserem em uma época em que representações, valores e crenças vêm sofrendo profundas alterações. Um tempo em que os fatos sociais e as ideologias predominantes apontam para o declínio daqueles valores amalgamados pela modernidade, que na verdade nunca se efetivaram plenamente. Em que o ser humano, considerado um ser social, só seria capaz de realizar plenamente sua natureza tendo, em quaisquer circunstâncias, a humanidade como fim e jamais como meio. Podemos sintetizar esses valores no lema da revolução francesa: "liberdade, igualdade e fraternidade". Por um bom tempo, esses valores orientaram democratas e socialistas. Contudo, o que temos visto é a substituição desses valores por outros; idéias que transformam a vida e todo tipo de afetividade em algo banal; vivemos num tempo em que vigora um relativismo vulgar e inconseqüente e um ceticismo acrítico. Ao contrário do que os niilistas propalam, novos valores estão se estabelecendo, mas parecem ser bem piores do que os que floresceram sobre o terreno do dogmatismo. Em cidades como as nossas, os efeitos de tais processos são bem visíveis. Nelas há uma convivência desarmoniosa de pelo menos duas culturas: a da barbárie e aquela que tem como centro a dignidade humana e outros valores oriundos dos efeitos da modernidade, já mencionados. Mesmo se apresentando com toda dissimulação ou estetização, a primeira é hegemônica. Pois bem, essa miríade de atos humanos é grande parte da nossa cultura. Não importa se resulta de uma ação voluntária ou involuntária, se é dirigida para a valorização da desagregação social, para a violência e todo tipo de barbárie ou, em harmonia com o ambiente natural, se volta para a felicidade individual e coletiva da nossa espécie. O nome disso é cultura. Neste transcender-se, na incansável tentativa de dominar a natureza e de se diferenciar das abelhas, através

da luta e do trabalho necessários para adequar as idéias ao mundo material, inscrevendo sua marca em todos os quadrantes da terra, qualquer exemplar da espécie é um ser cultural e está apto a fazer arte.

Gostaria aqui, antes de entrar nas questões anunciadas como essenciais, com todas as dificuldades existentes e muitas vezes sendo de pouca valia, demarcar o conceito de arte dentro desse universo que chamamos cultura. Creio que isso seja necessário para prosseguir o texto. Começarei pelo óbvio ululante: a arte é uma dimensão da cultura e um pequeno território investigado pela estética, matéria que contemporaneamente retorna à origem não se detendo apenas no estudo do belo, mas também das experiências sensoriais. A maneira como me alimento, ingerindo algo cru ou cozido, é um ato cultural, mas não é artístico. Já a representação pictórica daquilo que acabei de ingerir pode ser considerado arte. Neste ponto, ocorrem algumas confusões que acabam reforçando a resistência de muitos em admitir como obra artística trabalhos que não preenchem os cânones estéticos tradicionais – *status* simbólico, finalidade em si mesma e a procura pelo aspecto necessário e não contingente. Na história da arte brasileira temos o caso do samba, que até hoje sofre resistências em ser admitido como arte. Mesmo quando alguns desses – “negro, favelado, inculto, cachaceiro” e outros adjetivos mais –, entram em espaços nos quais transita a arte da “alta cultura”, são chamados normalmente de sambistas, e não de artistas. O mesmo parece ocorrer quando os estetas e críticos que alimentam os valores hegemônicos fazem referências aos trabalhos dos grupos que atuam nas periferias da cidade e estão distantes da consagração. Os componentes desses grupos raramente são chamados de artistas, o mais comum é serem chamados de grupos culturais. Mesmo com o esforço da arte moderna para eliminar as fronteiras existentes entre os diversos estilos artísticos, continua entre nós a idéia de que só tem valor a obra que carrega a aura artística. Não podemos esquecer que o preconceito social e racial também têm um peso significativo. São raros os trabalhos que atendem o interesse da indústria cultural e recebem, fugazmente, espaço nas páginas do segundo caderno dos jornais diários. Com isso, a partir desta observação, não devemos deixar de falar em grupos culturais, mas é importante sabermos que idéias estamos reforçando com o embaralhamento dos termos.

¹ A rede é uma experiência que começou no início de 2006, após a realização da Oficina “Cultura e Cidade”. Este evento que reuniu vários grupos e artistas, que atuam na Baixada Fluminense – RJ, para trocarem experiência e discutirem as dificuldades encontradas na produção de arte na periferia. Atualmente a rede conta com cerca de 60 pessoas, a maioria são jovens, divididos entre 12 grupos culturais originários dos municípios de Mesquita, Nova Iguaçu e São João de Meriti.



Num tempo em que, como já mencionei, a estetização vem sendo cada vez mais exacerbada, é difícil delimitar a fronteira entre o artístico e o não artístico. Torna-se uma questão quase insolúvel. Talvez por isso muitas vezes optemos por falar em grupo cultural e não artístico. Hoje podemos confundir a experiência estética com a fruição de uma obra de arte ao entrar num bar para tomar um simples café, passar pelo quarteirão do bairro de moradia e observar atentamente um prédio ou uma casa, ou ao entrar num museu. Aliás, uma breve digressão: parece não haver muita diferença entre estar num museu ou fora dele. Dependendo do apelo da mídia, e menos de quem for o autor das obras, a experiência estética dentro de um museu não diferirá muito das que ocorrem dentro de um supermercado no início do mês perto da hora de fechar. Olhar para **As meninas**, de Velázquez, não será muito diferente de admirar uma embalagem de um cosmético com um degradê de azul e as imagens expostas numa composição assimétrica ordenada. Diante da escassez de espaços, da espetacularização da exibição dos trabalhos artísticos e a profunda transformação do conceito de arte, principalmente depois do Dadaísmo², a fruição estética está

cada vez mais distante das prescrições oriundas da tradição que recomendam museus, teatros e galerias. Não significa que tais equipamentos devam ser ignorados pelas administrações públicas das cidades, mas é bom que se reconheça que a forma de produzir e fruir uma obra de arte vem se diversificando. Podem ocorrer em ambientes dos mais variados, inclusive, mesmo com toda a escassez de equipamentos, em regiões periféricas da cidade. Quem gosta de ver ou produzir grafite, um repente ou teatro de rua sabe bem do que estou falando.

No meio disso tudo – arte engajada, popular ou erudita, brega ou chique – podemos afirmar que quando somos afetados por um trabalho artístico, ao interpretá-lo, criamos novas formas de traduzir o nosso mundo. Quantas vezes já não fomos tocados após vermos, ouvirmos ou sentirmos um trabalho artístico? Por mais abstrato que fosse, foi o móbil capaz de engendrar em nós uma atitude bem objetiva diante de uma situação. Através da arte, que já é uma leitura do mundo, podemos lê-lo pela vertente existencial, a partir dos nossos dramas individuais ou através da via social e histórica. Ambos os caminhos podem nos levar ao mesmo ponto: a realização da nossa dignidade individual e coletiva. A arte é um fato social que problematiza as regras e as transcende, é expressão simbólica que pode nos ajudar a interpretar o mundo por um viés desprendido de toda a lógica e racionalidade que nos foi inculcada durante toda nossa vida. Uma racionalidade que muitas vezes é nefasta e se impõe subjugando o outro. Mas isso é assunto para outra ocasião. Feita as devidas considerações conceituais no campo da cultura e da arte, podemos dizer que nem tudo que é cultura é arte, mas que toda arte é uma obra cultural. Agora vamos abordar um pouco a relação entre cidade e arte.

Cidade, ambiente em que tecemos nossos dramas e tramas, em si já é uma obra cultural e artística resultado das mãos e do pensamento humano. Espaço que se transformou em lugar de casas, prédios, praças e indústrias. Não nos basta apenas pensar no conforto e aconchego que a casa é capaz de assegurar depois de horas de labuta. Dentro dos recursos disponíveis, posso ter uma casa com janela redonda, quadrada ou retangular; nesta edificação podem predominar linhas retas ou sinuosas, pode ser revestida de pedra ou azulejo, pintada com tons quentes ou frios. Nunca nos contentamos com uma casa simplesmente para morar. Por fora ou por dentro deixamos nossa marca. Fato que evidencia, mesmo com a controvérsia entre as escolas de arquitetura, que a cultura e a arte são

2

Movimento intelectual e artístico que surgiu no início do século XX em Nova York e em Zurique. Tinha como principal característica a reação contra as sujeições ideológicas e estéticas. Seu filiado mais conhecido é Marcel Duchamp (pintor francês, 1887-1968). O Dadaísmo abriu caminho não só para o Surrealismo, mas também para o Happening (ingl, acontecimento) a Pop Art, o Novo Realismo, a Arte Conceitual, apesar de diversas alterações no seu significado inicial.

elementos constitutivos da cidade. Para evitar qualquer equívoco vale destacar que fora da cidade também se produz cultura e arte. As cidades, após tantas transformações que atravessaram, tornaram-se territórios privilegiados para a troca de mercadorias, produções materiais e simbólicas. Mas boa parte das nossas cidades tem significado para muitos uma má obra. Parece ser a chegada do inferno na terra e, para poucos, o paraíso. O que significa o quão é frágil a idéia de que arte é a representação do belo. Um princípio milenar que até hoje serve de argumento para discriminações. A arte, como todo fato social, é um ato arbitrário, fruto das escolhas humanas. Está no campo dos valores que são social e historicamente elaborados, tais como o de justiça, eqüidade, dignidade humana, preservação da vida presente e futura. Não há aqui nenhuma defesa ou consideração pelo apriorismo estético, como se fosse possível existir algo

território, também aumentam as novas formas de organização para tentar entender e enfrentar essas mesmas desigualdades, que não são de hoje, através dos grupos artísticos. As manifestações artísticas desses grupos, que se associam em torno de novas identidades culturais, que se apropriam das novas tecnologias disponíveis, diferem-se daquilo que conhecemos como arte social ou engajada, que teve uma forte presença no combate à ditadura militar (1964-1984). Atualmente há uma produção, que além de fazer uma nova leitura sobre as agruras da vida, procura ressignificar os valores e o sentido de muitos termos que continuam presentes no vocabulário e no agir de pessoas que atuam nas antigas organizações sociais que lutaram por melhores condições de vida nos bairros e na cidade. De uma outra maneira esses grupos contestam, apontam o que vêem de errado e buscam



independente ou anterior a experiência concreta do mundo vivido; idéias metafísicas que muito têm sido usadas para justificar o gênio artístico, o velho dom, a capacidade ou incapacidade de entender e se satisfazer com uma obra artística. Desta forma, arte e cultura podem estar próximas ou distantes desses valores, independentes da sensação imediata que produzem. Parece uma contradição, mas é muito comum nos depararmos com produções artísticas esteticamente prazerosas, mas que só reforçam valores vis. As cidades brasileiras são obras que têm a marca da desigualdade. São distantes dos valores que consideramos capitais para a existência humana. Ou como diriam os "modernos": nossas cidades são impróprias para a realização da nossa natureza humana e social. Das partes mais agradáveis destas obras, sejam elas naturalmente ou socialmente construídas, poucos conseguem desfrutar. Mas dentro delas, vicejam outras obras artísticas que as denunciam e procuram transformá-la; que se rebelam contra a brutal desigualdade. Refiro-me à arte produzida nas periferias das nossas cidades.

Está evidente que à medida que aumentam a descrença e o ceticismo contra as clássicas formas de se organizar, interpretar e organizar o combate às desigualdades no

outros caminhos para superar suas mazelas e serem reconhecidos. São discursos aparentemente menos óbvios, assentados em outros registros, críticos ao padrão em que as cidades vêm sendo produzidas. Registros que dão espaço para o imponderável; que olham para o mundo sem os antigos conceitos interpretativos dualistas, que tendem a fazer a separação fácil entre oprimidos e opressores; desprezam os manuais que professam a autonomia dos oprimidos, mas que no fundo carregam a marca do dirigismo crendo que com ele poderá surgir o homem ou a mulher ideais, prontos para instituir o reino da liberdade. Esses grupos culturais trilham outros caminhos.

Sem cair no risco ingênuo de acreditar que a salvação é a arte, em tempos de tantas incertezas, de queda de antigos dogmas e a busca por novos paradigmas, parece que a arte pode sugerir alguns outros caminhos e contribuir para a transformação das nossas cidades. A arte produzida nas periferias das nossas cidades é como linhas que se cruzam entre a tristeza e a alegria do cotidiano. E através delas passam a crítica e a indignação que reverberam como obra de arte. Inclusive, muitas dessas críticas e trabalhos já fazem parte do circuito da indústria cultural. A arte da periferia

ganha cada vez mais espaço na televisão e alimenta o sonho desses artistas alcançarem o sucesso. Pena que, como quase tudo que entra na TV e em outras mídias, acabe perdendo sua dimensão histórica e social. Ali é destacado o gênio artístico, o talento e o esforço pessoal, mas ainda assim é um espaço que ninguém despreza. Pois de alguma maneira é dada visibilidade para parte dos problemas. Os quadros televisivos tentam nos dizer que na periferia há coisas que prestam; nem tudo está perdido. E mais: pode até render um dinheirinho e diminuir a violência nos centros urbanos. Um alento para a classe média que já não tem muito que perder. A arte produzida nas periferias das cidades, para muitos, virou a tábua de salvação para obter mobilidade social ascendente. É inevitável que num tempo em que quase tudo vira mercadoria, e num ambiente de desigualdade, não se relacione cultura e arte ao desenvolvimento econômico. Questões desafiadoras como esta, além das dificuldades para produzir e se apresentar, em si, são temas para aqueles que estão envolvidos diretamente no debate. Essas e outras servem como uma justificativa razoável para que os grupos culturais das periferias, cada um com sua linguagem artística, se aproximem e criem espaços de encontros. Não necessariamente seguindo as dinâmicas das nossas organizações sociais tradicionais do campo democrático. Mas que através da cooperação tenham seus espaços para trocas de experiências, onde os trabalhos de cada grupo possam

ser conhecidos e enriquecidos; um local de diálogo privilegiado para a construção de estratégias comuns, que fortaleçam o trabalho de cada grupo e que enfrentem as dificuldades que aparecem coletivamente, a partir das suas experiências e vivências. São motivações e princípios como esses que têm orientado a rede dos grupos culturais da Baixada Fluminense.

Neste sentido, é premente, respeitando a dinâmica de cada segmento, a necessidade dos artistas e seus grupos, que produzem trabalhos com tais características, se aproximarem do debate e das lutas relacionadas às condições da cidade. Da mesma forma, os não artistas que estão envolvidos diretamente na luta pelo direito à cidade devem buscar a aproximação e o diálogo com esta rica produção artística, que já há um bom tempo vem acontecendo nas periferias das nossas metrópoles. Afinal, queiramos ou não, toda obra de arte tem significado político, seja ela engajada ou não, pois sempre está reforçando valores estabelecidos, aqueles que são hegemônicos, ou os subalternos, ou então contribuindo para a formação de novos. Desta forma, não se pode pensar numa cidade saudável, que contenha os valores fundamentais para a garantia da dignidade humana e da vida, sem cultura e arte. E além do mais, a linguagem artística contribui para abrir horizontes que podem recriar novas formas de intervenção na esfera pública, e, principalmente, alimentar nosso ânimo. A arte é o lugar do imponderável, ela nos proporciona a descoberta de novas possibilidades.

Hip Hop - A arte na luta por uma democracia cultural e na formação de frentes regionais e internacionais de luta contra o modelo neoliberal

Seba Vassou*

Hip Hop, uma cultura? Um movimento popular? Uma linguagem? É tudo isso junto e misturado e mais um pouco.

A relação entre Hip Hop e o Neoliberalismo começa na origem desse movimento. Uma cultura que nasce numa América pós-industrializada, nos guetos oprimidos e segregados do Bronx, estes vitimados pela política capitalista e imperialista americana.

Criado pelas mãos dos latinos, afro-americanos e caribenhos, o Hip Hop surge como cultura, diversão, e logo se torna também movimento popular urbano. Adquire força política, amadurece, tornando-se uma das principais vozes da periferia.

Em certos momentos foi seduzido pelo dinheiro, flertou com o capitalismo, mas já era tarde, seria difícil comprometer a sua trajetória, a semente original já estava plantada.

E a semente se espalha pelo mundo, e a cada dia agrega mais elementos, se tornando mais forte; seja como instrumento de combate às políticas que oprimem as populações menos favorecidas, seja como linguagem de afirmação

*Rapper, Beatmaker e Técnico Audiovisual. Integrante do grupo civil organizado SetorBF, do Núcleo de Criação da CUFA – Central Única das Favelas e da Rede de Grupos Culturais da Baixada Fluminense. Contato setorbf@yahoo.com.br seba_pdf@hotmail.com

de jovens de periferia, seja na luta por uma verdadeira democracia cultural e racial ou celebrando a diversidade cultural.

Entrando sem pedir licença a ninguém, e saindo à francesa quando convém. Ninguém consegue pará-lo ou contê-lo. O terror dos politicamente corretos, que fizeram coro dizendo que isso é coisa de bandido. E eles estavam certos, é coisa de Bandido mesmo.

E aí? vai encarar???

“Eu tô bolado na pista sabe qual é parceiro. Músico bom, a base é boa, cadê o dinheiro?” Kapela – Castelo dos Loucos

Querer dinheiro não faz ninguém capitalista. O problema é quando se coloca o dinheiro como um parâmetro acima de tudo, até do bom senso.

E é isso que o capitalismo faz com a cultura. Utiliza dinheiro como parâmetro de qualidade. Essa é a estratégia neoliberal que domina os meios de comunicação e o mercado cultural no Brasil e no mundo.

Pra eles quanto mais se vende um produto cultural, melhor ele é. Quanto maior o “lbope”, melhor a qualidade e mais isso vai se padronizando e reproduzindo em massa e se tornando um ciclo. Segregando qualquer tipo de modelo alternativo a esse.

Não é melhor aquele que vende mais, nem o que dá mais lucro. Mas infelizmente esse é o modelo mais interessante pra quem financia a arte no Brasil. Até as políticas públicas de incentivo têm falhas grotescas e os subsídios da indústria de produção cultural brasileira acabam sempre nas mãos das mesmas pessoas, uma “panelinha” da elite, que se sustenta há anos através de um nacionalismo ignorante.

Uma obra artística, que mantém a padronização estética e política dos modelos neoliberais, não se tornará melhor pelo fato de ser produzida no Brasil, por ser recorde de bilheteria ou por empregar nossos trabalhadores, e nem se agregar esses três fatores juntos. Porcaria é igual brasileira, americana ou européia. E se você comer, faz mal do mesmo jeito.

Torna-se então necessário democratizar os meios de comunicação, a mídia e as ferramentas de produção, garantir a participação e uma diversidade cultural de verdade. E principalmente garantir os equipamentos de produção cultural nas periferias e para as periferias.

As adversidades da diversidade musical

Muito se confunde desconstrução de identidades culturais com diversidade cultural. “Abrasilhar” coisas desconstruindo todo um passado de histórias é um dos maiores problemas do atual sistema cultural brasileiro, que se torna refém, em certos casos até inconscientemente, do capital.

Particularmente, no aspecto musical, cria-se um caldeirão cultural homogêneo, onde não se conhece nem se vê os ingredientes. É um exemplo da padronização do sistema neoliberal, não de diversidade. Eles tentam exterminar o produto cultural e quando não conseguem se apropriam dele exterminando seus traços e suas origens.

Padronizam o samba e o transformam em indústria, agregam elementos de outras culturas e festejam a diversidade cultural do povo brasileiro, mas “esquecem” e abandonam sua origem e sua história, que agoniza nas favelas, bem pior do que em tempos passados, mas sobrevive e volta, e bota cara de novo. Mas até quando? Assim também foi com os tambores que vieram da África.

O jazz, o blues, o soul tem representantes como Seu Jorge, Sergio Mendes e Leny Andrade, que se vêem exilados culturalmente, se consagram na Europa e na América. Mas são desprestigiados em seu País de origem.

Já a bossa nova, movimento elitista, que consagrou nomes no Brasil e no mundo, teve seus momentos de apropriação, digamos, indébita também. Enquanto o “samba de apartamento” fazia sucesso, o samba do morro começava a voltar para o morro, mais uma vez vítima. Já tinham um substituto à altura para os padrões brasileiros.

E quando se pensava que não podia ficar pior, a própria elite é vítima do próprio veneno. Começa a se adotar o termo MPB pra tudo quanto é música que se faz com violão no Brasil. Para não falar do pop, que não vale a pena nem perder tempo para comentar.

No caso do soul, um fenômeno estranho, o Brasil festeja os bailes blacks na década de 70, com a explosão do samba soul e do funk. As periferias se agitam, as casas lotam e o orgulho de ser negro aparece na música, nos cabelos, no discurso e na postura. Mas alguns artistas são acusados de adesistas, ou de omissos com a situação política, e americanizados.

O subúrbio é condenado, sem direito a defesa e a informação. Vem a década de 80 e a história da música brasileira, através de um nacionalismo estúpido, vê nomes como Carlos Dafé, Hyldon, Wilson Simonal e Cassiano

desaparecerem do mercado e dos meios de comunicação, em plenos tempos de "Democracia". E a cultura musical afro-brasileira tem seu momento interrompido. Ainda não era a hora.

Hoje estes artistas, reconhecidos como grandes talentos, começam a retomar a carreira, em parte também graças ao crescimento do Rap, que utiliza muitos de seus elementos e faz questão de deixar isso bem explícito. Esse retorno é impulsionado também pelo posicionamento de grupos, que hoje novamente cobram políticas afirmativas afro-brasileiras, e lutam pelo estabelecimento de uma democracia racial de verdade.

Essas carreiras, do samba ao soul, foram interrompidas pelo preconceito da elite. Pela padronização neoliberal que fez refém os revolucionários de outrora, na música e na política.

Hoje alguns filhos e netos da mesma elite balançam ao som do Funk e do Rap carioca, mas são interrompidos por seus pais. Aqueles mesmos "revolucionários" de ontem, que hoje amadurecidos, além de se manterem ignorantes diante das expressões culturais que fervilham nas periferias, se tornaram conservadores. E olha que conquistaram parte do poder, pena que desistiram de praticar o socialismo. Será que algum dia já o fizeram?

"O jogo é bem mais sujo, os ricos estão mais ricos. Tem quem caminha entre o limiar de estar morto ou vivo" Velhas e Novas Histórias - Estilhaços

Se nós observarmos a História do Brasil, veremos que o país se modificou, sofreu importantes transformações ao longo do tempo, mas elas sempre foram feitas a partir de arranjos entre os setores das classes dominantes, com o claro objetivo de excluir uma participação popular. Ainda que a maioria destes processos tenha acontecido a partir da demanda das classes mais populares, todos eles tiveram como protagonistas as elites.

É importante reconhecer que muito do que se conquistou até hoje no campo democrático, veio às custas do sangue de muitos companheiros, entre eles muitos trabalhadores, artistas e estudantes pobres, e outros integrantes de uma elite que conduziu todo esse processo.

Pessoas essas, que durante a ditadura lutaram e objetivavam hoje uma democracia em todos os seus sentidos.

Infelizmente a democracia plena não veio! E o plano neoliberal começa sua fase mais cruel: a eliminação.

Durante anos, o capital explorava o trabalho humano da maioria da população para construir a estrutura que sustenta o modelo neoliberal e produzir as riquezas para uma pequena minoria no Brasil e para os países ricos através de seus Bancos e Multinacionais. Hoje o neoliberalismo está excluindo esta mão-de-obra do processo, desnecessária em tempos de globalização econômica, e está jogando-a, amontoada em favelas, largadas à própria sorte e privada de seus direitos básicos.

A realidade brasileira é cruel. A ambição é tamanha que passa-se a utilizar as instituições do Estado democrático, que deveriam suprir esses direitos, para exterminar, engessar e segregar a população proletária.

Hoje crianças e jovens estão se matando dentro de favelas, e outros tantos estão aglomerados em presídios. A única instituição do Estado que sobe o morro é a polícia, e esta ajuda a aumentar a conta do genocídio brasileiro.

Pra piorar, por vezes, uma das únicas fontes de renda de um jovem de periferia, advém do tráfico, que muitas vezes é responsável pelo sustento de muitas famílias.

O homem afro-brasileiro pobre pode virar uma espécie em extinção, exterminado social, cultural e fisicamente.

Não adianta democratizar o voto e não democratizar a informação, a saúde, a educação, a comida, a cultura e o capital.

Resistir e contra atacar

"Vai ser preciso muito mais pra me fazer recuar. Minha auto-estima não é fácil de abalar" Só Deus pode me Julgar- MV Bill

O Hip Hop já nasceu como um movimento de resistência e afirmação, em guetos e favelas no mundo todo. Mesmo mantendo suas características originais, adapta-se a cada realidade regional e foi instrumento de defesa contra interesses capitalistas, e fundamental na urbanização das periferias levantando discussões, formando lideranças, até demarcando territórios e debatendo políticas públicas.

Para tanto utiliza seus 4 elementos originais (Break, Rap, Graffiti e DJ) e outros que se agregam a essa cultura urbana, como Basquete de Rua, Cinema e Literatura. Com o tempo, depois de tanta resistência e superação de preconceitos de todos os tipos, ele parte para o ataque utilizando as mesmas ferramentas e trabalhando um diferencial fundamental: o protagonismo do jovem de periferia.

“Seu filho quer se preto.. Ahhh que ironia” Nego Drama - Racionais Mcs

O Hip Hop sai dos guetos e invade as salas dos “playboys”, as faculdades, as tevês abertas e fechadas, o cinema, as lojas, a fala e o jeito de se vestir. Mas sem pedir licença, metendo o pé na porta mesmo!! E resgatando algum dos equipamentos culturais que sempre foram negados à periferia.

Podemos citar como exemplo dessa produção das periferias os filmes: *Falcão – Meninos do Tráfico*, *Rap de saia* e outros. Os livros: *Cabeça de Porco*, *Falcão*, *Manual Prático do Ódio* e *Suburbano Convicto*. Os cds de *Racionais Mc’s*, de *MV BILL* e do falecido rapper *Sabotage* (assassinado em janeiro de 2004), que ainda participou dos filmes *Carandiru* e *o Invasor*. Além de inúmeros trabalhos, não menos importantes, que surgem a cada dia nas comunidades em todo Brasil.

A periferia começa a utilizar a tecnologia da informação, as novas ferramentas de produção digital, na música, no cinema, e começa a assinar suas próprias obras e construir sua própria revolução.

Mas é só o começo. Ainda falta muito mano! O acesso às ferramentas de produção ainda é tímido, e os canais de distribuição ainda são os mesmos. É necessário fortalecer canais alternativos e democratizar os existentes.

No campo político, o Hip Hop começa a discutir a cidade, a juventude, o país, e até a economia. Vira um movimento politizado e continua amadurecendo, já que ainda é jovem e cheio de vontades. Mas já traz novos personagens para protagonizar as lutas brasileiras e mundiais. O Neginho revoltado e cheio de marra que vem da Periferia! Que também é simpático e malandro, mas não quer ser mais o coitadinho ou o bobo manipulado.

Dentro do próprio movimento muitos acham que o Hip Hop não deveria estar dialogando com setores da mídia e da política, que ele ainda é frágil e pode ser totalmente dominado pelo capital ou por interesses políticos eleitoreiros, aliás as tentativas pra isso não faltam. Mas é um movimento que não tem dono, é livre, e por ser assim cada grupo segue seu caminho democraticamente.

E tem quem bota a cara, não foge da luta e nem se intimida com uma possível ameaça de manipulação; e são muitos, que formam uma unidade de luta pronta para o combate.

Esta é uma luta que tem muitas bandeiras, entre elas pode-se destacar: afirmação da cultura afro-brasileira, a geração de emprego e renda para os jovens, as lutas de gênero, a democratização dos meios de comunicação e produção cultural, a participação política e o protagonismo do jovem de periferia. Todas essas bandeiras são comuns em vários outros movimentos. E todas elas são fundamentais para o combate ao neoliberalismo e ao imperialismo.

Redes e frentes Regionais e Internacionais de Combate ao modelo econômico atual

“Eu sou apenas um rapaz Latino Americano Apoiado por mais de 50 mil manos” Mano Brown –Capítulo 4 vers 3 - Racionais Mcs

O Movimento Hip Hop hoje tem conquistas significativas, mas a maioria delas não foram conquistadas como movimento sozinho, apesar de a maioria das instituições e o Estado não reconhecê-lo ainda como movimento, e fechar muitas portas.

A participação na formulação e execução de políticas públicas, em coordenadorias de juventude, conselhos, nos municípios, estados e em âmbito federal é fundamental.

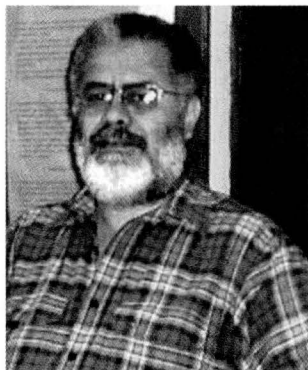
Junto com a participação em Redes de Cultura, estas iniciativas têm avançado no sentido de se discutir, diagnosticar e elaborar propostas para alcançar objetivos em comum.

É fundamental o fortalecimento e a criação de redes e de frentes regionais e internacionais de luta contra o neoliberalismo, agregando movimentos populares, organizações de luta de gênero e de raça, pastorais, movimentos jovens e outros.

Além disso, é importante valorizar e fomentar o protagonismo do jovem de periferia. Para este, ser vítima das políticas econômicas atuais pode ser uma questão de vida ou morte, não só de estatística.

Logo o movimento Hip Hop deve se colocar na linha de frente desta luta, e estar lado a lado, com outros movimentos, utilizando sua força e atitude de maneira estratégica e coletiva. E quem tiver disposição é só chegar.

“Tamo Junto e Misturado !!”



Entrevista

Adair Leonardo Rocha, chefe da representação regional do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro, recupera nesta entrevista uma parte importante de sua experiência na atual gestão do MinC. O fim da “concepção balconista”, o projeto Pontos de Cultura, a tentativa de trazer mais atores sociais para uma cidadania cultural. Para Adair, o Ministério da Cultura reassumiu o papel de condutor da política cultural, segundo ele perdido na gestão anterior devido a uma aposta exagerada nos mecanismos de injeção fiscal. “Ficava para a sociedade a impressão de que tais ou quais empresas estavam financiando a cultura. Uma coisa é incentivar as empresas a aplicar seu imposto de renda não pago em cultura, outra coisa é como essa aplicação se transforma num marketing da empresa com dinheiro público. Isso ocorreu em grande parte das vezes”, diz ele.

Entrevista concedida a Fausto Oliveira

Proposta - O que o senhor destaca como o mais relevante de seu trabalho nestes três anos à frente do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro?

Adair Rocha - A política cultural desses três anos e meio traz um reconhecimento do MinC como um dos espaços de políticas públicas que mais tem avançado em relação às expectativas que foram criadas. A cultura passou a ser parte da pauta política. O Brasil tem ações como o Ano do Brasil na França, e a Copa da Cultura, na Alemanha; relações com o Mercosul, com a África, Cuba e outros lugares. Os pressupostos teóricos que fundamentam o Ministério desde o início – a cultura como representação simbólica, como cidadania e como economia – nos levaram ao desdobramento segundo o qual o acesso à cultura é prioritário. E, diante disso, rompeu-se absolutamente com a concepção do “balcão da cultura”.

Claro que é preciso entender isso como um processo, pois toda essa mudança de concepção política não tem ainda uma correspondência do ponto de vista orçamentário. No

entanto, o orçamento da cultura já é o dobro do que era no início do governo. E há o redirecionamento da política cultural, que redundava na concepção balconista, mas também confundia os significados de público e privado na aplicação das leis de incentivo. Ficava para a sociedade a impressão de que tais ou quais empresas estavam financiando a cultura. Uma coisa é incentivar as empresas a aplicar seu imposto de renda não pago em cultura, outra coisa é como essa aplicação se transforma num marketing da empresa com dinheiro público. Isso ocorreu em grande parte das vezes. Várias empresas construíram seus centros culturais ou promoveram eventos culturais para propagar sua marca.

O redirecionamento está fazendo com que o Ministério da Cultura defina as políticas culturais, e não as empresas ou o Ministério da Fazenda. No início do governo, isso trouxe determinados equívocos que geraram polêmicas com certos figurões da cultura, sobretudo na relação da contrapartida e das políticas com a secretaria de comunicação do governo. Mas foi muito bom para levantar a questão e para que, a

partir daí, se pudesse ver com muita clareza quem deveria definir os critérios da política cultural pública. Hoje, a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e outras empresas estatais ou privadas estão com mais consciência, tendo inclusive discussões com o governo para definir suas políticas culturais.

Mas o Ministério não parou aí, e dedicou atenção à produção cultural tradicional. A grande preocupação do Ministério foi essa interação com o conjunto da sociedade brasileira. Então, os seminários *Cultura para Todos* estabeleceram uma relação sobre como vai ser a reforma da Lei Rouanet, como serão as diferentes políticas culturais, etc. Foi a partir daí que foram criadas as câmaras setoriais. E demos muita importância ao pressuposto da acessibilidade.

Surgiu de novo a discussão já tradicional da concentração de tudo no eixo Rio/São Paulo. O que também enseja uma visão distorcida, como se São Paulo e Rio tivessem que ficar fora. Não, absolutamente. O que se pensa é a necessidade de ampliar essa acessibilidade a todo o país. Nas próprias regiões de Rio e São Paulo, uma produção cultural imensa das periferias não estava sendo atendida. É preciso mudar um pouco essa leitura, que é de certos grupos que estavam acostumados a este tipo de política e acabam tentando criar um discurso como se para o Ministério da Cultura do atual governo, Rio e São Paulo estivessem fora. Ao contrário, todos têm que ter acesso. A grande questão é essa. O acesso que hoje se tem no norte, nordeste, sul e no centro-oeste cresceu, tanto no aspecto da Lei Rouanet como na participação em definições políticas, seja na Conferência Nacional de Cultura, nos seminários, etc. E para isso foi preciso fazer um reordenamento da estrutura do Ministério.

Há uma política que tem a possibilidade muito concreta de permanência como política pública: os Pontos de Cultura. Se o balcão foi abolido, os editais são certamente a forma democrática de acesso. Todas as outras políticas estão sendo fechadas por editais, a discussão é sobre critérios de cada uma. O Ponto de Cultura parte do seguinte princípio: não é o Ministério, não é o Estado, quem diz que cultura deve ser produzida. Quem diz isso é a população.

Como criar condições para a revelação da tradição e da identidade brasileira? Esse é o papel do setor público. O Ponto de Cultura se fundamentou nisso. Os editais foram feitos de modo a dar acesso a todo mundo que produz cultura. No primeiro edital, somente entidades da sociedade civil puderam se candidatar a ser Ponto de Cultura. Isso incluía do terreiro de Candomblé ao Hip Hop, etc. Antes, havia a idéia dos centros de apoio, que seriam centros culturais. Passamos à idéia de criar condições de existência da cultura em sua multiplicidade e dinamismo.

O limite que pusemos ao primeiro edital foi dado porque coincidiu com o processo eleitoral nos municípios em 2004. No segundo edital, as prefeituras puderam então participar. Pelos editais, hoje existem em torno de 500 Pontos de Cultura espalhados pelo Brasil. No Rio de Janeiro, alguns já são espaços culturais tradicionais que se candidataram a virar

Pontos de Cultura, como o Nós do Morro; o Afroreggae; o Ceasm, onde foi inaugurado outro dia o Museu da Maré; o Observatório de Comunicação das Favelas; a Central Única das Favelas. Estou citando esses, mas tem outros mais tradicionais como o Tá na Rua, o Teatro do Oprimido, o Circo Voador, a Estação Leopoldina. Na Mangueira existem dois Pontos de Cultura, o Centro Cultural Cartola e uma orquestra mirim que executa músicas de Cartola ao violino.

O interior do estado do Rio tem vários pontos de cultura. A região sul fluminense tem pontos de cultura como o jongo do Quilombo São José, em Pinheiral. Em Conservatória, os poetas e seresteiros são pontos de cultura. Em Barra Mansa, os cantadores de música sertaneja também estão se tornando Pontos de Cultura. A gente se reuniu com os governos da região e a Companhia Siderúrgica Nacional, e conseguimos que a CSN criasse, com seu dinheiro, um "pontão de cultura". Os "pontões" são políticas estabelecidas, sobretudo com prefeituras, em que elas criam redes de Pontos de Cultura que são um espaço de apresentação e representação dos diferentes pontos, de assessorias e consultorias e integração das técnicas, dos trabalhos. É uma conquista importante do sul fluminense.

Proposta - Os Pontos de Cultura põem em relevo os sujeitos sociais como sujeitos de cultura, o cidadão como agente e não apenas como espectador. Como o senhor vê essa nova construção política na perspectiva do direito à cultura?

Adair Rocha - Essa pode ser chamada de uma preocupação política. O direito à cultura é um direito humano fundamental. A cultura é uma questão política e isso certamente vai trazer uma inversão na concepção de cultura, não como evento, mas como advento. Como se entende esse processo que é gerador da vida, que é absolutamente cultural? É a partir desse processo que os signos, os símbolos e a significação vão se dando. E as significações são das mais diferentes formas. Pode haver até a significação destruidora, quando coloca que determinados setores da sociedade são inferiores a outros. Essa é uma cultura, uma concepção que se estabelece. A cultura da chacina, por exemplo, pode ser fortalecida como processo destruidor e autodestrutivo e reforçada inclusive por aqueles a quem a chacina pode ser o destino, que são os empobrecidos da sociedade.

Parece-me que isso inverte completamente a conceituação usual de política. Dentro dessa conceituação usual, que coloca o poder como centralizador, aquele grupo que pensa política ou que tem o dinheiro para definir as relações tem um medo imenso de rediscutir a concepção de cultura, porque senão ele rediscute toda a concepção de saber. E toda a concepção de poder. Nesse caso, a política é que passa a ser uma dimensão da cultura. São as formas de relações de poder da dimensão da vida. É tão incrível a perversidade dessa lógica! Porque aí cultura se reduz, e pode ser até o complemento de

outras pastas, como Ministério da Educação e Cultura. Então aí ela é encarada como luxo. Em qualquer contingenciamento que haja, é a primeira área a ser trabalhada. A lógica que precisa ser investida afirma a política, esta sim, como uma dimensão da cultura. Com essa leitura, você vai entender perfeitamente um caso como o que encontrei em Recife.

Em um dos Pontos de Cultura, numa favela de Recife, uma mãe-de-santo se coloca com uma felicidade imensa diante dos demais grupos de Pontos de Cultura afirmando: "sei que hoje é um momento extraordinário e simbólico, aqui há uma mudança completa de concepção, porque até hoje o que aconteceu é que a gente sempre foi perseguido". Perseguidos ou por grupos religiosos ou pelo próprio Estado, e aí ela relacionava isso com a escravidão e as diferentes formas de marginalização. A mãe-de-santo continuou dizendo que entendia que o poder público a reconhecia como sujeito. Então disse que não poderia mais afirmar que o poder público estava na favela onde mora apenas por meio da polícia. Você ouvir uma pessoa dizendo isso... É um exemplo, nós temos exemplos e mais exemplos parecidos com esse. Esse processo está numa linha que o faz pressuposto de uma política cultural que precisa cada vez mais ser um projeto político da administração pública. E nesse sentido, cultura passa a ser um direito fundamental. Por quê? Porque é o direito à vida, é o direito a descobrir porque motivos você não tem acesso aos demais direitos, seja moradia, saúde, etc.

Posso dizer com alegria, nesse momento, que estou desenvolvendo uma parte muito pequena desse universo da administração pública, mas que me dá convicção e alegria de poder dizer que estou conseguindo fazer aquilo que eu sempre achei que deveria ser feito, que é ajudar a criar o empoderamento do que sempre viveu à margem, daquele que sempre teve direito no papel, mas não na vida prática. Claro que está faltando muito, mas é o que possibilita pensar como esse processo pode se consolidar a cada momento.

Seria importantíssimo que a cultura como direito pudesse ser uma bandeira mais desenvolvida. Imagine se os meios de comunicação e as universidades, os mais diferentes espaços de formação dos profissionais da informação, da palavra e da imagem, possam ter esse reconhecimento. E a partir daí trabalhar a cultura como economia. Certamente vai desvelar muito mais o grande significado da cultura.

Proposta: Sobre o Museu da Maré, explique o que é e como foi a inauguração?

Adair Rocha - O Museu da Maré se insere nesse processo muito mais amplo que estou narrando, sobre a concepção de cultura do Ministério e da elaboração de suas políticas públicas. Diante disso, eu precisaria ter salientado o que é a ponta das políticas do Ministério da Cultura, onde de fato as coisas acontecem. Como eu falei do audiovisual, dos Pontos de Cultura, da lei de incentivo, devo lembrar que o Ministério tem suas instituições vinculadas. Casa de Ruy Barbosa, Fundação Palmares,

Funarte, Biblioteca Nacional, Ancine e Iphan. Em cada lugar desses, está sendo aplicada a política pública de cultura dentro desses critérios que eu coloquei até agora.

Começando pela Funarte, temos a volta do Projeto Pixinguinha. A Funarte tem estado à frente das políticas das câmaras setoriais de música, dança e outros setores. Os editais, e a relação com a Petrobrás, Banco do Brasil e outros espaços empresariais, estatais ou não, têm na Funarte essa relação direta. E eu acho interessante que nessa visão política diluidora da cultura, que mencionamos antes, muito facilmente cada lugar desses poderia ser considerado como um ministério diferente. Nesse sentido, podemos falar da Biblioteca Nacional e do Plano Nacional do Livro e da Leitura, e das políticas de acesso da população a seu patrimônio maior, que é a produção da palavra e da imagem em sua relação de significação com a palavra.

O centro de pesquisas que é a Casa de Ruy Barbosa dá acesso a diferentes grupos e pessoas para que possam produzir nos mais diferentes campos. E o Iphan não só está trabalhando a preservação da memória, mas também tem representações pelo Brasil inteiro. Ele é uma forma do Ministério estar presente na própria história. Nós trabalhamos uma outra concepção de patrimônio, que é imaterial. É uma forma de colocar vida no que é patrimônio imaterial, de plasmar o espírito. O Departamento de Patrimônio Imaterial certamente vai estar cuidando desde a cessão dos direitos autorais até a busca por resposta a questões como: o samba é ou não um patrimônio, e a congada, as pinturas tradicionais, o jongo, o maracatu? O registro como patrimônio vai dando condições de rediscutir inclusive a própria concepção de memória. Claro que diante disso pode-se discutir, com muito mais clareza, como numa favela é possível materializar a memória. E essa materialização da memória é muito relacionada ao patrimônio imaterial, onde tem significado inclusive a forma de produzir os barracos. A arquitetura e a engenharia, que muitas vezes deixam as pessoas impressionadas, também fazem parte da memória. E isso tem que ser preservado, como construção da humanidade, uma parte dela cuja trajetória tem sido na marginalidade. Para ver de que forma o processo da criminalidade não tenha que ser aquele que prevaleça na memória de uma determinada parte da população. A potencialidade do que está ali é o que ajuda a construir essa memória: como as pessoas sobrevivem, quais são seus instrumentos, como se dá a culinária, os artesanatos, as relações que se estabelecem e fazem com que as pessoas sobrevivam com alegria, para desgosto de muita gente, que acha que alegria tem que ser privatizada.

Dentro dessa perspectiva, um Ponto de Cultura no Centro de Atividades Sociais da Maré (Ceasm) foi a recuperação da memória, que se materializou em museu, na comunidade da Maré. E esse museu está dentro de uma política nacional de museus que é a mesma que aplica verbas na restauração dos grandes museus, para que se transformem cada vez mais em espaços não apenas de visitação, mas de interação com a vida, que recuperem a memória da população, pois foi ela

que produziu essa memória. O Museu da Maré faz parte de um sistema nacional de museus.

Proposta: Aqui no Rio de Janeiro, como o MinC faz sua política de juventude? É por meio do sistema educacional? Como se busca a interação com a juventude fluminense?

Adair Rocha - O ponto fundamental, certamente, é o projeto dos Pontos de Cultura. O programa trabalha no sentido de criação de redes e valorização de cada expressão. E os espaços onde esse processo se dá estão sendo valorizados. Mas as políticas audiovisuais também estão propiciando que a juventude manipule e se aproprie do processo de criação de imagens. Por outro lado, temos a preocupação com a frequência aos museus, em fazer com que a juventude conheça mais a arte, não só a local e nacional, mas a internacional, as grandes tradições.

Uma secretaria especial dentro do Ministério trabalha hoje para conceder aposentadorias perpétuas aos grandes mestres, seja o mestre da folia de reis, do maracatu, da capoeira, dos diferentes tipos de expressão. Isso certamente tem uma vinculação direta com a juventude, com aqueles que vão perceber e valorizar seu processo. Quem tem que ser valorizado? Essa é a questão. Se é preciso discutir políticas de cotas com pessoas que estão nas universidades em todos os campos de produção do saber, significa que uma parte muito

grande da população está fora. Neste sentido, podemos falar em políticas que reconhecem a importância das populações indígenas e das populações negras.

Eu quero citar o exemplo que o ministro deu outro dia na coletiva de imprensa que concedeu na Copa do Mundo na Alemanha. Uma repórter perguntou a ele o que era possível apresentar além do arroz com feijão, o futebol e o samba, algo que pudesse ser inédito? O ministro respondeu que se conseguirmos agregar alguma outra coisa, seria importantíssimo, pois é difícil conseguir alguma coisa que seja mais importante que isso num processo de globalização como é a Copa do Mundo, uma identidade clara de um país, onde o futebol e o samba serão as marcas de um processo civilizacional africano. Em países como os Estados Unidos isso funciona ao contrário, é jogado no apartheid. No caso do Brasil, isso é a marca da cultura. Para além da expressão civilizacional africana, é aí que se abre a possibilidade do efeito social ser o sujeito do processo. Os grandes atores desse ato global que é o futebol podem estar presentes nos diferentes espaços periféricos e marginalizados nos quais, na construção comum da cidade, não estariam presentes como sujeitos. E nessa relação podem ser sujeitos a partir dos mais diferentes espaços. Isso me parece uma expressão da cultura que está na concepção dos direitos. Perceber cada vez mais isso pode trazer a pesquisadores e gestores públicos elementos importantes.

Institucional

UMA REDE
A SERVIÇO
DA DEMOCRACIA E
DA JUSTIÇA SOCIAL

AB

A ABONG reúne organizações da sociedade civil que dedicam seu trabalho à consolidação da democracia, à conquista de direitos e à justiça social. Conheça e participe das atividades desenvolvidas em seus Fóruns Regionais. Junte-se a esta missão.

ONG

associação brasileira de

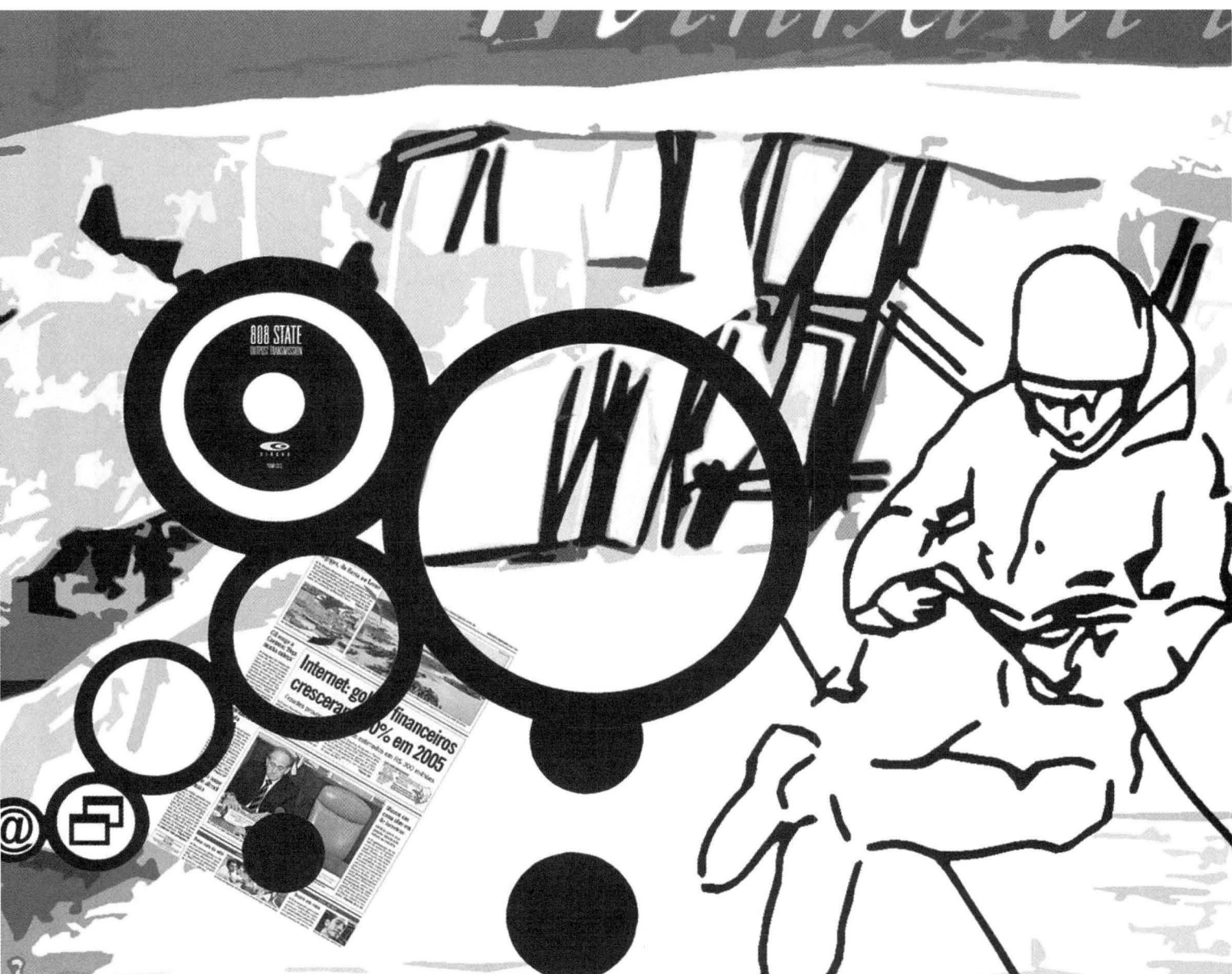
ONGs



ESCRITÓRIO NACIONAL
Rua General Jardim, 880 - 7º
Vila Buarque São Paulo/SP
Tel: 11 3237 2122
abong@vol.com.br
www.abong.org.br

Direito à Cultura - uma constelação de visões em busca da cidadania cultural

Fausto Oliveira*



* Jornalista do Núcleo de Comunicação da FASE

O direito à cultura está em discussão. O que significa entender como direito, de indivíduos e grupos sociais, algo que é tão sutil e imaterial a ponto de ser tomado como o traço distintivo da espécie humana? É a grande interrogação. Trata-se de impor à cultura uma tarefa emancipatória? Ou forçar a manutenção e aperfeiçoamento de políticas públicas de reconhecimento da diversidade? Em que medida falar de direito à cultura é falar de direito à comunicação? Até que ponto o fazer artístico permeia ou deve permear a discussão sobre cultura? A fim de abordar a questão com a máxima liberdade e captar os discursos de diferentes atores, a Fase promoveu em setembro um debate no Rio de Janeiro, com a participação de representantes da Rede Circo do Mundo, da ONG Criola, do Ministério da Cultura, do Conselho Nacional de Cultura, da Unesco e da Universidade Católica Andrés Bello, da Venezuela. Aquele foi o primeiro encontro; outros estão na agenda para continuar o debate.

Maria Elena Rodríguez, coordenadora do Projeto DESC (Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) da Fase, é uma das animadoras do debate. Para ela, o direito à cultura é muito recente, por isso o significado ainda está em construção e, naturalmente, em disputa. "O conceito de direito à cultura passa pelo que entendemos por cultura. Esse significado é bastante amplo e extenso, a idéia do direito à cultura é conceitualizar o que entendemos", afirma ela. As variáveis são tantas que se percebe que o processo histórico de construção do direito à cultura em escala mundial será longo. "Passa pelo que entendemos por cultura popular, folclore, acesso a novas tecnologias, patrimônio cultural, acúmulo de crenças, o pensamento de uma comunidade, o que entendemos por acesso à cultura. Essa dificuldade de entender cultura se reflete um pouco na dificuldade de definir o que é o direito à cultura. Não podemos falar de um direito, e sim de vários direitos", diz Maria Elena.

O debate se amplia na medida em que as questões de produção e fruição da cultura estão imbricadas em problemáticas mais gerais. "Entendo que o direito à cultura é o direito dos povos de expressar livremente as suas expressões culturais, coisa que estamos perdendo com o processo de globalização e com a indústria cultural. O Brasil é rico na diversidade cultural, mas ela está sendo esmagada pelo processo de globalização", afirma Cleia Silveira, coordenadora do Serviço de Análise e Apoio a Projetos da Fase, responsável por um fundo de apoio a pequenos projetos fortemente dedicado a consolidar iniciativas cujo protagonismo seja de jovens.

Para ela, uma combinação de concentração dos meios de comunicação e interesses comerciais da indústria cultural estão bloqueando a sobrevivência de grande parte da diversidade cultural brasileira. Na medida em que poucos e determinados tipos de música, por exemplo, conseguem ser divulgados pelas rádios devido à taxa ilegalmente bem

conhecida pelo apelido de jabá, a reprodução da diversidade cultural é prejudicada. "O jovem que só quer saber do Rap e não de samba, mesmo que ele seja de uma comunidade que historicamente cultiva o samba, não valoriza mais a expressão tradicional. Por quê? Porque o que ele ouve diariamente é aquilo. O poder da mídia é imenso, então a diversidade cultural tem que ter acesso à mídia. Os canais de comunicação não estão democratizados. Temos a prática de jabá nas rádios, conduzido pela indústria fonográfica e sob uma lógica que já passou a ser normal", diz Cleia, para quem a democratização dos meios de comunicação é condição indispensável para uma política cultural de reconhecimento das manifestações locais e tradicionais.

Esta parece ser uma chave para entender o direito à cultura: o reconhecimento da cultura que se produz na invisibilidade em contraposição à idéia de, exclusivamente, garantir a pessoas socialmente marginalizadas o acesso a culturas que, sem ser melhores ou piores, não são as suas próprias. Foi a posição defendida pelo secretário de articulação institucional do Ministério da Cultura, Márcio Meira, no debate. "A gente pode achar que pessoas ou povos, como os indígenas, precisam de nós para levar a cultura até eles. É a idéia da democratização da cultura, à qual eu sou contra. Temos que evoluir para um conceito de democracia cultural, ou seja, o respeito à diversidade", disse ele. Em palavras um pouco diferentes, sua idéia é semelhante à de outro participante do encontro promovido pela Fase. Claudio Barría, da Rede Circo do Mundo, que reúne organizações e movimentos que trabalham com circo social, afirmou que "estamos batalhando para abrir espaços de discussão sobre o direito a ser criativo".

Ao tocar nesse aspecto, Barría abriu um outro front, pois ligou o direito à cultura com as possibilidades dos jovens de fazer de sua criatividade um meio de vida, algo que ele considera bloqueado no estágio atual do processo civilizatório, que segundo ele está em crise. "As periferias começam a ir para o centro no mundo todo. Na Alemanha, os 20% de desemprego atingem todos os jovens. Na França, foram aqueles 25 mil carros queimados. O processo civilizatório está em crise, precisamos de um novo sentido e encontramos isso no fazer cultural. Reconhecendo expressões que ficaram na invisibilidade por muito tempo, a gente aprende que surgem novas propostas", diz ele.

As "expressões que ficaram na invisibilidade" podem ser, em muitos casos, verdadeiras tradições populares ignoradas pela indústria cultural contemporânea. Daí o apoio à política do Ministério da Cultura em criar os Pontos de Cultura. Mesmo insuficiente e passível de aperfeiçoamento, o projeto tem boa acolhida entre os participantes do debate com a Fase. "É o reconhecimento de lugares onde já existe organização popular de expressão cultural. Evidentemente eu poderia dizer que cultura é muito mais do que isso. Mas estou tentando refletir apenas

em cima das expressões culturais. O Brasil é cheio disso, e tudo está em risco. Podemos perder esse patrimônio cultural brasileiro. Quando a indústria pega, por exemplo, um Zeca Baleiro, que trazia uma expressão singular, ele perde a referência. Os quinhentos mil 'zecas baleiros' anônimos que estão por aí estão em risco. E não me refiro especificamente a artistas, mas ao próprio lugar de onde eles abstraem isso. Onde o Zeca Baleiro adquiriu sua capacidade poética e musical, senão em seu próprio lugar?", questiona Cleia Silveira. É outro ponto que parece ser definidor no debate sobre o tema: ter direito à cultura dependeria de respeitar o direito dos povos a seu território e à sua identidade.

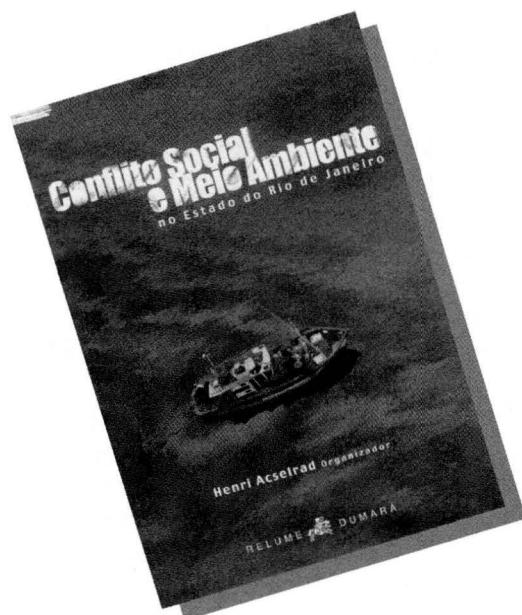
História

Maria Elena Rodríguez conta que o nascimento da idéia de direito à cultura se deu em condições não estritamente culturais, mas imiscuidas em processos comerciais, quando o tema da propriedade intelectual surgiu. "Isso tinha um viés da cultura como mercadoria. E

nós, que tentamos reivindicar o direito humano à cultura, queremos fazer a distinção da noção de cultura como mercadoria e produto, e voltar à concepção de cultura como acesso ao conhecimento, acesso à modernidade, acesso ao mundo, participar da vida social e cultural de um país".

Muitos debates ainda virão. O certo é que há uma demanda social pela definição de algo que garanta a quaisquer pessoas o exercício de uma cidadania cultural em sentido amplo, como foi apontado pela coordenadora do Projeto DESC acima. "Precisamos notar que o avanço doutrinário e legislativo não acompanha muito as discussões antropológicas e sociológicas de cultura, que são históricas. Então às vezes há certas dicotomias. Construir um direito é um processo histórico longo, e o direito à cultura vai tomar bastantes anos. Por isso, falamos que é um direito que está nascendo e que nesse processo de construção histórica vai tomando um corpo. Por enquanto, eu vejo a discussão não só brasileira, mas no mundo, muito focada na idéia do acesso, acesso a determinada coisa. Mas temos que dar um conteúdo mais profundo ao que isso significa", afirma ela.

Publicações



Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro Org. Henri Acselrad

A pesquisa que deu lugar a este livro mostra que os efeitos da degradação ambiental são desigualmente distribuídos entre os diferentes grupos sociais segundo classes de renda. Igualmente concorrem para tal desigualdade as diferentes capacidades destes grupos se fazerem ouvir nas esferas decisórias.

Antropólogos, geógrafos, filósofos, sociólogos, médicos, administradores e planejadores, sob a coordenação de Henri Acselrad, nos brindam com uma obra que, com certeza, se tornará um marco nos debates ambientais e que busca superar os limites disciplinares por meio de um diálogo de saberes com outros protagonistas. R\$25,00

Para adquirir acesse a loja no site www.fase.org.br

RELATORES NACIONAIS

EM DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS

De olhos abertos para os seus direitos

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Plataforma DhESC Brasil), com o apoio e a parceria do programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV), iniciou em 2002 o Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA), com o objetivo de monitorar a implementação e efetivação destes direitos humanos no Brasil.

O Projeto Relatores Nacionais em DhESCA, inspirado na experiência dos Relatores Especiais das Nações Unidas, se constitui numa iniciativa criativa e inovadora da sociedade civil. Através dele se monitora, analisa e difunde informações sobre a situação dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Em 2002, foram nomeados os primeiros titulares de seis Relatorias Nacionais, definidas de acordo com o direito humano em que trabalham: Direito Humano à Alimentação, Água e Terra Rural; Direito Humano ao Meio Ambiente, Direito Humano à Saúde; Direito Humano à Moradia Adequada; Direito Humano à Educação; Direito Humano ao Trabalho

Ao longo do primeiro mandato destes relatores nacionais, foram feitas visitas a 15 estados brasileiros e 60 municípios. Estas visitas serviram para acumular importantes informações sobre a situação dos direitos humanos no país. Os relatórios apresentados nas seis áreas compõem um quadro realista sobre como o Brasil viola direitos humanos. Em 2005, foram nomeados seis novos relatores nacionais para cumprir o mandato que vai de maio de 2005 a abril de 2007.

Como participar deste Projeto

Este projeto é um convite à mobilização. Ele visa potencializar ações coletivas em defesa dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Por isso, todas as pessoas podem participar. A Plataforma está aberta para receber informações e denúncias sobre casos de violação do Direito Humano à Alimentação, Água e Terra Rural, à Moradia Adequada, ao Meio Ambiente, à Saúde, à Educação e ao Trabalho. Veja os nossos contatos.

Contatos

Plataforma Dhesc Brasil

Coordenação Projeto Relatores em DhESCA

Rua das Palmeiras 90, Botafogo

CEP 22270-070 Rio de Janeiro RJ

Tel.: 0XX21 2536-7350/ 2536-7399

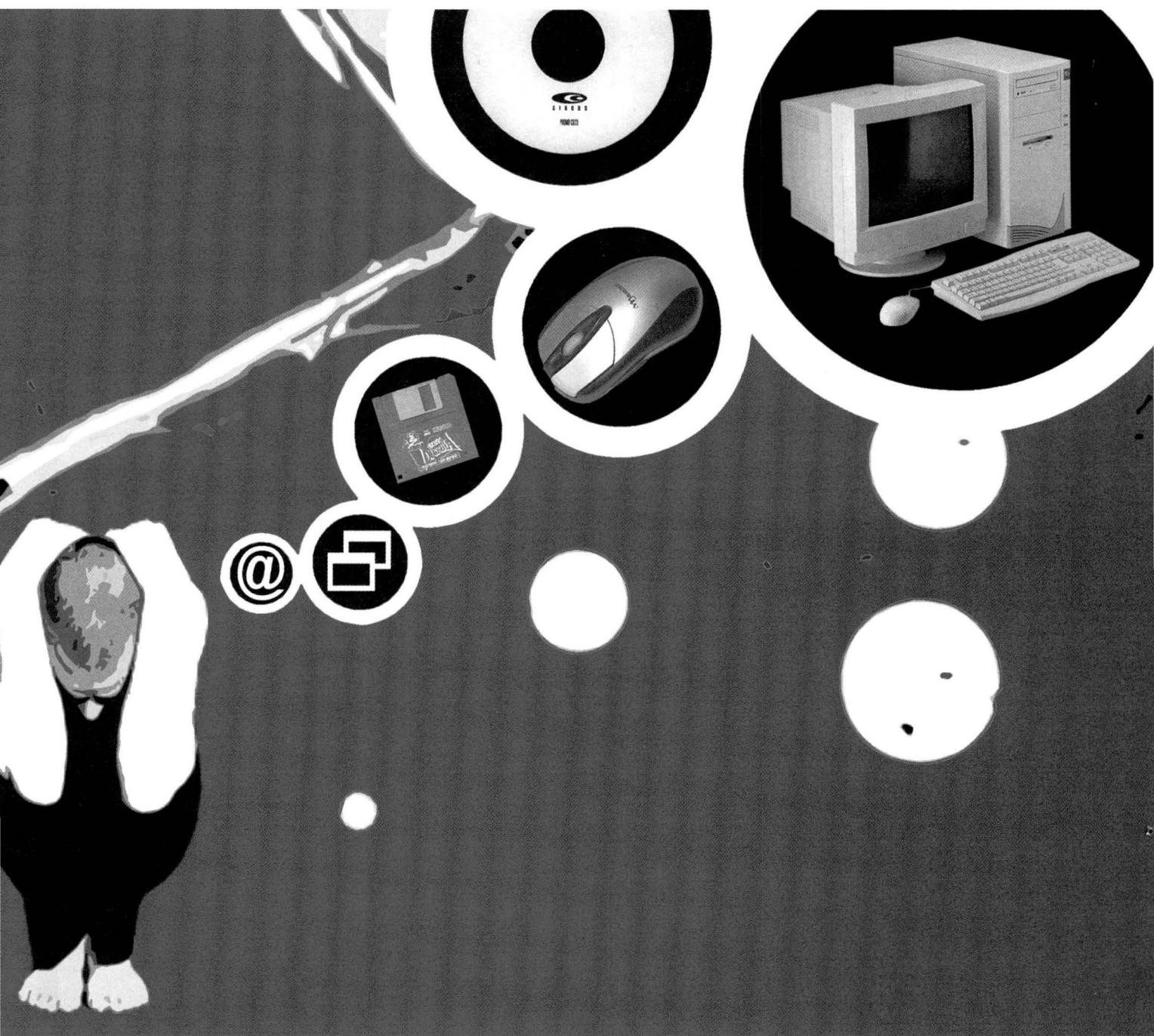
Fax: 0XX21 2536-7379

e-mail: projetoelatores@dhescbrasil.org.br

www.dhescbrasil.org.br



PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS
HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS,
CULTURAIS E AMBIENTAIS
Plataforma DhESCA Brasil



Direitos culturais e inclusões digitais

*Henrique Luiz Cukierman**

* Professor do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação COPPE/UFRJ

A Constituição do Brasil estabelece em seu artigo 215 que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”, sem, todavia, especificá-los em detalhe. Uma definição mais detalhada pode ser encontrada na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO, que os estabelece primariamente como parte integrante dos direitos humanos, sob a forma de direitos que toda pessoa tem de: expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que deseje e, em particular, na sua língua materna; usufruir de uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais¹.

Porém, a própria UNESCO, ao referir-se às linhas gerais de um plano de ação para tornar sua Declaração aplicável, reconhece primeiramente que é preciso “*avançar na compreensão e no esclarecimento do conteúdo dos direitos culturais*”. Quando tenta esclarecê-los melhor, a Declaração atribui especial consideração às tecnologias da informação e da comunicação – as TICs – ressaltando: a necessidade de fomentar a “alfabetização digital” e de aumentar o domínio das novas tecnologias da informação e da comunicação; a promoção da diversidade lingüística no ciberespaço; o acesso gratuito e universal, por meio das redes mundiais, a todas as informações pertencentes ao domínio público; e, enfim, a luta contra o hiato digital para favorecer o acesso dos países em desenvolvimento às novas tecnologias, ajudando-os a dominar as tecnologias da informação e facilitando a circulação eletrônica dos produtos culturais endógenos e o acesso de tais países aos recursos digitais de ordem educativa, cultural e científica, disponíveis em escala mundial.

Chama a atenção na proposta a idéia de um “hiato digital” a ser superado mediante o acesso de pessoas, e mesmo de países, às redes mundiais de informação. A recente emenda Constitucional nº 48 (2005) bate na mesma tecla ao referir-se à democratização do acesso aos bens de cultura. O final desta história tem atualmente uma denominação sobejamente conhecida: inclusão digital. Mas seria a inclusão digital remédio de dose única? Seria o acesso a recursos digitais uma condição binária, sem quaisquer matizes ou nuances entre o acesso pleno e o nenhum acesso? A resposta para ambas as perguntas é negativa, uma vez que se recuse a existência de uma linha a separar rigidamente os que têm acesso daqueles que não o têm. É possível alcançar uma melhor compreensão quando se pensa não em inclusão e acesso, mas sim em inclusões e acessos variados, buscando através do plural abarcar e compreender as complexidades e possibilidades de uma situação muito melhor descrita por gradações e variações que por meras oposições.

Tomo aqui emprestadas algumas das considerações de Mark Warschauer (2003) a respeito do “hiato digital”, uma noção cuja existência, por privilegiar a (im)possibilidade do acesso físico a computadores, acaba desprezando a importância do acesso a recursos outros igualmente importantes – produção/distribuição de conteúdos, idioma,

educação, alfabetização, bem como recursos sociais e comunitários. Em verdade, o que se observa não é propriamente uma divisão binária entre “possuidores” e “não-possuidores” de acesso, mas sim nuances baseadas em graus diferentes de acesso às tecnologias da informação. Por exemplo, compare-se um professor da UFRJ com uma conexão de alta velocidade em sua sala, um morador da periferia pobre da cidade de São Paulo que tem acesso a um telecentro da prefeitura local, uma ativista da associação de moradores que não tem nenhum computador ou linha de telefone, mas cujo/ as companheiro/as ativistas fornecem-lhe as informações necessárias, e um brasileiro que não tenha acesso de qualquer espécie a um computador. Fora da visão exclusivista de que só tem acesso quem possui integralmente à disposição um computador conectado, estes exemplos ilustram quatro possíveis graus de (falta de) acesso ao ciberespaço. Ilustram também que há inclusões e exclusões, não só em graus, mas igualmente em efeitos que podem ser bastante diferenciados e completamente desproporcionais quando não analisados à luz de uma relação de causa e efeito, a saber, o acesso a Internet para um grupo ativista, ainda que precário, pode assumir proporções e produzir muito mais intervenções do que o acesso pleno de um professor universitário.

Outro exemplo que dá conta de gradações e efeitos diferenciados de inclusões e exclusões é o dos homeless norte-americanos. Muitos deles têm celulares e computadores, quase todos têm endereços eletrônicos e alguns mantêm seu próprio blog. Kevin Barbieux, *homeless* de Las Vegas, mantém seu célebre blog *A homeless guy*² às custas da cidade na qual é possível estabelecer uma conexão wi-fi do lado de fora de praticamente todos os hotéis e cassinos³. Com a conexão à Internet e a utilização dos serviços de transferência de dinheiro oferecidos pelo *PayPal*⁴, Barbieux passou a angariar suas

1

Artigo 5 da Declaração.

2

<http://thehomelessguy.blogspot.com/>. Todos os sítios mencionados ao longo deste artigo foram visitados em junho de 2006.

3

<http://www.wired.com/news/technology/1.71153-0.html>

4

PayPal é um serviço comercial disponível na Internet (<http://www.paypal.com/>) que permite pagamentos e transferências de dinheiro através da web. Serve como uma alternativa eletrônica aos métodos tradicionais baseados em papel, como os cheques e as ordens de pagamento.

esmolas digitalmente, livrando-se do “corpo a corpo” pelas ruas. Se as dificuldades em ultrapassar o “hiato social” que separa os que têm uma casa para morar daqueles que não a têm são enormes, o “hiato digital” parece ter desaparecido de muitas das ruas e dos abrigos destinados aos sem teto norte-americanos. O exemplo mostra que inclusão digital não implica necessariamente inclusão social, ou seja, inclusão digital e exclusão social podem conviver de várias formas, como desta forma insólita em Las Vegas. Generalizando este exemplo, é possível deduzir que o chamado “empoderamento” propiciado pelo acesso à Internet às populações mais carentes, ainda que traga-lhes uma série de benefícios (nem um pouco desprezíveis), não necessariamente é determinante para superar sua condição social precária.

Conclui-se que a noção de uma divisão bipolar entre “incluídos” e “excluídos” é inexata e, portanto, pode inadvertidamente ajudar a concretizar a própria realidade que a noção quer negar. Essa divisão bipolar não dá conta de estimar os recursos, que vão necessariamente além do técnico, de que dispõem os diversos grupos sociais. Os recursos são melhor compreendidos e avaliados se considerados concomitantemente como técnicos e sociais, como sociotécnicos. O estereótipo de grupos minoritários desconectados pode servir para avançar a estratificação social, desencorajando, por exemplo, empregadores ou provedores de conteúdo de alcançar esses grupos. Se é verdade que a retórica da exclusão digital pode servir a iniciativas políticas adequadas, ela pode também ser marginalizadora e reiteradora da divisão originalmente questionada. Em síntese, a noção de “hiato digital” provê um direcionamento problemático à utilização de tecnologia destinada

à promoção do desenvolvimento social, justo por superestimar a importância da presença física de computadores em detrimento de outros recursos que permitam às pessoas usá-los eficazmente. A grande questão com o enquadramento propiciado pela idéia do “hiato digital” é que ele tende a conotar (e a superestimar!) “soluções digitais”, isto é, a mera disponibilidade de computadores e telecomunicações, sem comprometer um conjunto importante de recursos complementares e de intervenções complexas fundamentais ao apoio para a inclusão.

A linha básica do argumento é a de que não há nenhuma divisão digital binária, e nenhum fator único e determinante na constituição de tal divisão. As TICs não existem como uma variável externa a ser injetada de fora para dentro



com o propósito de provocar este ou aquele “impacto”. Pelo contrário, essas tecnologias são tecidas de maneira complexa, imbricadas a sistemas e processos sociais. Dito de outra forma, não é possível separar o digital do social, mesmo porque toda inclusão/exclusão digital é ao mesmo tempo uma inclusão/exclusão social. Cabe reconhecer o valor da noção de “hiato digital”, especialmente quando ajuda a chamar a atenção para uma questão importante, mas será preferível adotar terminologias e conceitos alternativos que retratem com mais precisão as questões em jogo e os desafios sociais à frente. O enquadramento alternativo, ainda que sem uma denominação que lhe sirva de chamariz, é o da concepção e utilização de artefatos para a promoção das inclusões necessárias, sem separar tecnologia de sociedade e, portanto, sem criar categorias distintas para o social e o digital. Inclusão “pura e simples” é um conceito que deveria se referir à extensão segundo a qual indivíduos, famílias e comunidades são capazes de participar plenamente da vida coletiva e de fazer escolhas sobre os seus destinos.

Inclusão não é somente uma questão de compartilhamento adequado de recursos, mas também de participação na determinação das oportunidades individuais e coletivas.

Outra evidência de que a inclusão digital é melhor entendida no plural do que no singular é oferecida pela existência de uma outra categoria de inclusão digital: a de mercado. Neste caso, o acesso às TICs é propiciado pela oferta no mercado de artefatos mais baratos, especialmente para as parcelas da população com “algum” poder aquisitivo (de uma forma geral, são aquelas que pertencem à classe C), o que efetivamente aumenta o contingente dos incluídos digitais. Ou seja, se vista pelo ângulo do mercado, a questão da inclusão digital definitivamente entrou na pauta das mega corporações. Com cerca de 2 bilhões de usuários de celulares no mundo, cuja penetração de mercado (fatia da população com telefone) é superior a 50% nos países desenvolvidos, a previsão é que, à medida que caem os preços de aparelhos e serviços, mais um bilhão de clientes poderão ingressar no mercado até 2010, vindo de lugares como China, Índia, Brasil e Rússia. As vendas dos modelos despojados da Nokia e da Motorola poderão crescer em 100% anualmente nos próximos cinco anos. As projeções indicam que metade do bilhão de celulares que serão vendidos em 2010 estará nos países em desenvolvimento. A maioria custará menos de US\$ 40 - fora das possibilidades da parte mais pobre da população mundial, mas que podem ser arcados pelas faixas intermediárias. A Nokia e a Motorola já estão conseguindo produzir aparelhos por apenas US\$ 25, permitindo margens brutas de 15% a 30% a preços atuais. Esses valores se comparam com margens globais de 33% em toda a linha de telefones da Nokia (os números da Motorola não são divulgados)⁵. A Nokia está produzindo tecnologias para cortar à metade o custo de construir e operar redes sem fio. A manutenção barata impulsiona o efeito de telefones mais baratos - e deverá ajudar as 4 bilhões de pessoas no mundo que jamais fizeram uma ligação telefônica. “Ficou claro que (...) seria preciso focar nos mercados emergentes, no consumidor de baixa renda. O próximo bilhão de clientes virá de países como o Brasil, China, e outros do Sudeste Asiático, além da Índia. Por isso seria preciso desenvolver um produto com custo de terminal especialmente para esse público”, disse o brasileiro Ricardo Tavares, vice-presidente global para as políticas públicas da GSM Association, em declaração ao jornal Valor Econômico (de 17/02/2005), fazendo ainda questão de enfatizar que o celular mais barato não vai ser do gênero “que se é para pobre não precisa ser bonito. Muito pelo contrário. Vai ser pequeno, leve, com transmissão de mensagens”. Por sinal, a GSM Association delega explicitamente ao mercado a capacidade de resolver a questão do “hiato digital”, conforme se pode ler em seu sítio ⁶: “a promoção de mercados abertos e competitivos é fundamental para estender a todos os benefícios da comunicação móvel, desde os mercados mais desenvolvidos da Europa ocidental até as regiões mais remotas dos países em desenvolvimento. A comunicação móvel tem um papel crucial a desempenhar na melhoria da saúde, da riqueza, da educação e da mobilidade social”.

Ocorre com o mercado de computadores a mesma tendência em direção à popularização (sempre lembrando que boa parte da população mundial continua sem qualquer perspectiva), daí resultando um movimento de inclusão digital via consumo de artefatos vendidos no mercado a preços baixos. O movimento de expansão desse mercado foi fortemente reforçado no atual governo, que elaborou o projeto “Computador para Todos”⁷. O projeto, aliado à isenção de PIS-COFINS da MP do Bem⁸ e ao dólar barato, fez o preço do PC cair até R\$ 1400,00, ocasionando uma forte expansão no varejo desses produtos. É possível comprar um PC em 24 prestações mensais de R\$ 70, de sorte que muitas pessoas da classe C (o “todos” do “Computador para Todos” não inclui as classes D e E) estão comprando seu primeiro computador, deixando assim de figurar nas estatísticas dos excluídos digitais. O varejo é um termômetro desse movimento inédito. Nas Casas Bahia, rede voltada ao consumo popular, as vendas de PCs cresceram 240% no primeiro quadrimestre de 2006 em número de peças. No Wal-Mart, as vendas de desktops também têm apresentado crescimento mensal de 200% em volume. O Carrefour e o grupo Pão de Açúcar registram aumentos mensais entre 30% e 40%. Para o varejo, é uma possibilidade de ganhar não só com o produto em si, mas até mesmo com o crediário, já que os juros cobrados nas prestações geram uma receita importante⁹.

Em termos de grandes protagonistas globais, um excelente indicador da inclusão digital de mercado é oferecido pela AMD, mega fabricante de processadores, que anunciou a Iniciativa 50x15 durante a Reunião Anual do Fórum

5

Informações publicadas no jornal Valor Econômico em 07/12/2005.

6

Bridging the Digital Divide, <http://www.gsmworld.com/digitaldivide/micropayments.shtml>.

7

Para se encaixar nessa categoria, o equipamento, de qualquer marca, deve utilizar obrigatoriamente software livre, como o Linux. Além disso, precisa contar com um processador de 1,5 GHz, disco rígido de 40 GB, memória RAM de 128 MB, monitor de 15 polegadas, unidade de disco flexível, unidade de CD-ROM, modem de 56 K, placas de vídeo, áudio e rede on-board, mouse, teclado e porta USB e 26 programas.

8

A MP do Bem reduziu a carga tributária em 9,25% para as máquinas de até R\$ 2,5 mil.

9

Publicado no jornal Valor Econômico de 06/06/2006.

Econômico Mundial em Davos, Suíça, em janeiro de 2004. Trata-se de uma proposta para desenvolver novas tecnologias e soluções que ajudem a viabilizar o acesso de baixo custo à Internet e aos recursos de computação para 50% da população mundial até o ano 2015 (estimada em 7,2 bilhões de pessoas). Em seu sítio¹⁰, a AMD deixa claro que “*como fornecedor global de tecnologia, a AMD compreende a fundo a exclusão digital que existe nas regiões emergentes do mundo (...) e acredita que, ao capacitar uma parcela maior da população mundial com acesso a dispositivos de computação e à Internet, ocorrerá crescimento econômico regional e surgirão novas oportunidades*”. O business da inclusão digital é explicitado de forma cristalina por Hector Ruiz, presidente e CEO da AMD:

“o setor de tecnologia atingiu uma encruzilhada que pode afetar sua própria capacidade de, efetivamente, capacitar a vida das pessoas em âmbito global. Nos últimos 30 anos o foco tem sido na criação de sistemas mais rápidos, potentes e eficientes. No entanto, em um mundo cada vez mais conectado, nossa capacidade de exercer mudanças positivas deixará de ser um mero resultado de novas tecnologias. Em vez disso, dependerá de nossa capacidade de depositar a tecnologia nas mãos de uma porcentagem muito maior de cidadãos do mundo. Nossa ‘Iniciativa 50x15’ é mais que meramente fazer o bem pelo mundo. Foi idealizada para exercer um efeito mais permanente — o de ajudar a viabilizar oportunidades econômicas e reinvestimentos em mercados com alto índice de crescimento —, principalmente na fabricação e distribuição locais. Esta abordagem foi elaborada com base em incentivos e estratégias que são, não só de boas intenções, mas também de bons negócios”¹¹

Como parte da Iniciativa 50x15, a AMD desenvolveu o *Personal Internet Communicator* (PIC), um “computador para pobre” simples e limitado, destinado a prover acesso à Internet. Projetado para custar US\$ 185 sem monitor e US\$250 com monitor, está sendo fabricado no Brasil, em Santa Rita do Sapucaí (MG), pela empresa FIC Brasil, e vendido sob a denominação de FIC Conectado¹² por R\$ 599,00 com mouse e teclado (ou R\$ 899,00 com monitor de 15” e pen drive de 32Mb) exclusivamente para o estado de São Paulo, com acesso gratuito à Internet já pré-configurado (mediante parceria com a Telefônica)¹³. Cabe ressaltar que não se está entrando no mérito dessa iniciativa, muito menos se esse computador atende às expectativas da ambicionada inclusão digital, uma vez que o objetivo aqui é tão somente enfatizar o esforço em criar um produto para “pobre”, evidência clara da busca de uma solução de mercado para enfrentar a questão da inclusão digital.

Outra iniciativa baseada no esforço dos países desenvolvidos para produzir um computador barato é a do laptop de baixo custo – “o laptop de US\$ 100” – proposta pela *One Laptop per Child Association*, uma associação sem fins lucrativos que faz questão de enfatizar sua opção não por um projeto de laptop, mas, sim, por um projeto educacional. Segundo seu sítio, trata-se de

“uma tecnologia que poderia revolucionar a maneira como educamos mundialmente as crianças. Nosso objetivo é prover às crianças de todo o mundo novas oportunidades de exploração, experimentação e auto-expressão. Por que as crianças de países em desenvolvimento precisam de laptops? Os laptops são ao mesmo tempo uma janela e um instrumento: uma janela para o mundo e um instrumento com o qual pensar. Oferecem às crianças um jeito extraordinário de aprender através da interação e exploração autônomas”.

Por ocasião de sua visita ao Brasil em junho de 2005, quando apresentou o projeto ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, o líder do projeto e professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Nicholas Negroponte, explicou que o preço do laptop pode chegar a US\$ 100¹⁴. Segundo ele,

10

<http://50x15.amd.com/pt-br/about.aspx>

11

http://50x15.amd.com/pt-br/about_message.aspx, grifos do autor.

12

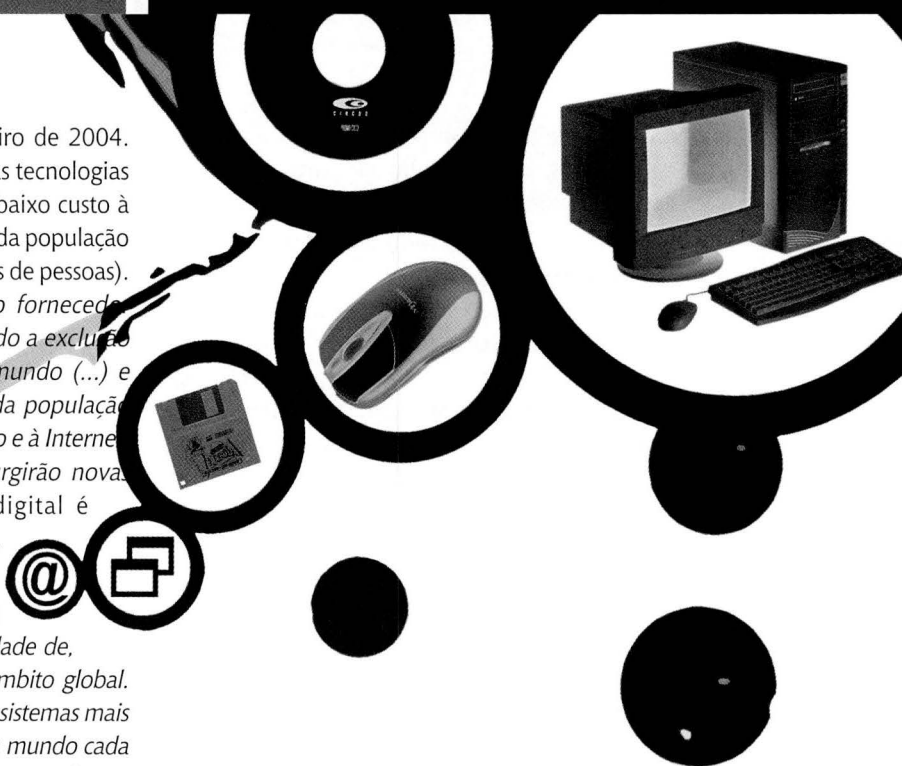
http://www.fic.com.br/fic_Conectado.asp

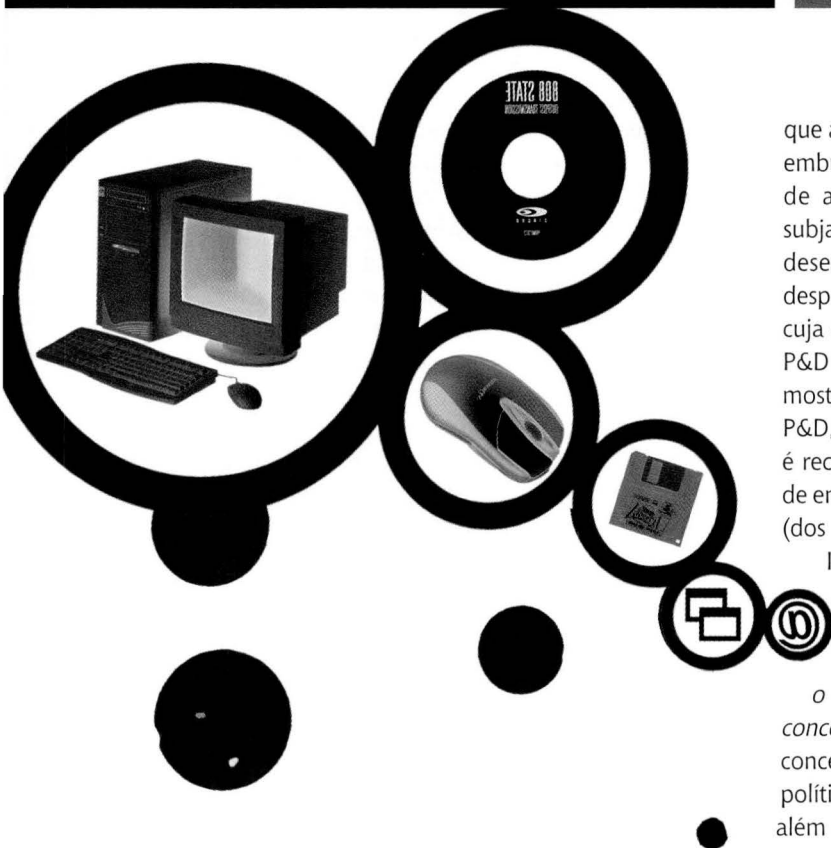
13

As informações foram obtidas no sítio da Submarino (www.submarino.com.br) que, ao que tudo indica, é um dos poucos (se não for o único) lugares onde é possível comprar o FIC Conectado.

14

A proposta foi apresentada em junho de 2005 ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, que imediatamente criou um grupo de trabalho para estudar a idéia. O equipamento seria distribuído inicialmente para um milhão de crianças do ensino básico da rede pública.





não precisamos de nada disso, já que os laptops serão distribuídos nas escolas”, ressaltou. Dos US\$ 400 restantes, metade é o custo da tela. “Desenvolvemos a tecnologia para baixar o preço da tela de US\$ 200 para US\$ 30.” Valendo-se do Linux, o laptop ficaria ainda US\$ 70 mais barato¹⁵. A conta do professor Negroponte chega ao piso de US\$ 160, diferente dos alardeados US\$ 100, os quais só serão alcançáveis à medida que o laptop for vendido em larga escala. Ao que parece, o governo brasileiro está disposto a investir 140 milhões de dólares no projeto, comprando um milhão de laptops para uso em escolas públicas, a um custo unitário ainda 40% mais caro que os prometidos US\$ 100. Segundo a declaração entusiasmada de César Alvarez, assessor especial da Presidência e coordenador do programa UCA – Um Computador por Aluno, “o projeto vai dar certo”¹⁶. Não se vai aqui esmiuçar o programa, mas é importante observar que, apesar do entusiasmo de seu coordenador, nem de longe estão afastadas algumas incertezas de peso, entre elas: até que ponto será possível baratear o preço da tela, a eficácia de uma manivela como fonte de energia do laptop; sua manutenção (serão todos importados); o risco de serem desviados para alguma forma de mercado negro; a falta de estudos preliminares, especialmente junto às populações que serão alvo da distribuição dos equipamentos (as crianças e suas famílias, as escolas e seus professores) e a credulidade um tanto ingênua no sucesso de um projeto caracterizado pelo seu forte viés universalista e tecnicista e, portanto, nada atento às realidades locais.

Orquestradas a partir do Primeiro Mundo, tais iniciativas podem resultar meritariamente em mais inclusão (sempre insistindo em lembrar do enorme contingente populacional

que ainda assim continuará à margem), mas, por outro lado, embutem um outro tipo de exclusão, a da concepção local de artefatos. Vamos encontrar a chave desta questão subjacente à própria declaração de Negroponte: afinal, quem desenvolve a tecnologia? A solução de mercado implica despejar no mercado brasileiro uma montanha de artefatos cuja concepção não é local, mas sim remonta aos centros de P&D dos países desenvolvidos. Não é aqui o caso de procurar mostrar a relação entre pobreza e baixo investimento em P&D, mas, ainda que tais artefatos sejam fabricados no Brasil, é reconhecidamente seu projeto que propicia aumento real de empregos e salários relativos a todos os postos de trabalho (dos menos aos mais qualificados). Conforme lembra bem Ivan da Costa Marques (2002, p. 62), “no circuito globalizado, a capacidade de adicionar valor econômico, aumentar a produtividade e adquirir competitividade desloca-se velozmente para onde está o trabalho de ‘informacionalização’, o trabalho de concepção e projeto de produtos e processos”. Enfim, o que conceber e produzir localmente diz respeito à formulação de políticas estratégicas para o país, uma discussão que vai muito além do escopo deste artigo, mas que pode ter como um de seus pontos de partida a problematização de um caso como este, o da popularização do PC e da telefonia móvel, para pensar a respeito do que se parece a uma entrada muito “fácil”, a do consumo das coisas que já nos chegam prontas, na chamada modernidade.

Se até aqui se procurou mostrar que inclusão é um termo plural, feito de graus e efeitos diversos, é chegado o momento de se deslocar do substantivo para o verbo, tratando da ação de incluir propriamente dita. A pergunta a ser feita é simples e direta: incluir o quê/quem no quê? Por quais meios? Se já virou lugar comum que caminhamos para a chamada sociedade da informação, caracterizada especialmente pela alta intermediação das TICs, é preciso, todavia, perguntar qual a sociedade da informação que se deseja. Porém, não é possível responder com clareza a esta pergunta quando se coloca de um lado a tecnologia e, de outro, a sociedade. Pois quando consideramos a tecnologia em si, em exclusiva conformidade com padrões de pura e simples “excelência técnica” e, portanto, de pura e simples “neutralidade”, exercendo seus “impactos” sobre a sociedade, obteremos somente as respostas que digam respeito à minimização ou maximização desse ou daquele “impacto”. As respostas ganham muito mais contorno

15

Declarações publicadas no jornal Valor Econômico de 29/06/2005.

16

Declaração publicada no jornal Valor Econômico de 7,8 e 9/07/2006.

e nitidez quando se rompe essa perspectiva e começa-se a imbricar tecnologia e sociedade em um mesmo movimento na construção dos artefatos, de forma que a sociedade que se queira, seja qual for a sua denominação (sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade digital, sociedade em rede, etc.), tem de igualmente estar concebida e escrita no código – o hardware e o software – que faz do ciberespaço o que ele é. Uma inspiração importante para este modo de ver as coisas encontra-se na afirmativa instigante de Lawrence Lessig (1999, p.59): “o código codifica valores mas, estranhamente, mesmo assim a maior parte das pessoas trata o código como se fosse uma mera questão de engenharia. Ou como se fosse melhor deixá-lo por conta do mercado. Ou melhor ainda se deixado intocado pelo governo”. Portanto, o que está em jogo não é mais a velha idéia segundo a qual o progresso tecnológico tem uma trajetória inexorável, ditada exclusivamente pela sua “natureza técnica”, ou seja, que o mundo digital não poderia ser de outra forma. Ao contrário, o que está em questão é o mundo que se pretende construir. As perguntas inquietantes de Lessig (1999, pp. x-xi) ajudam a pensar em alternativas:

Como protegermos a liberdade quando as arquiteturas de controle são gerenciadas tanto pelo governo quanto pelo setor privado? Como assegurarmos a privacidade quando o éter está permanentemente a espionar? Como garantirmos o livre pensamento quando o impulso é o de tornar proprietária toda e qualquer idéia? Como garantirmos a auto-determinação quando as arquiteturas de controle são permanentemente determinadas em algum outro lugar? Em outras palavras, como construirmos um mundo de liberdade (...)?

Retornamos ao ponto de partida, o dos direitos culturais e o das inclusões. Uma possível inclusão pode ser a de engolfar vastos contingentes populacionais no mercado de consumo. Mas outras inclusões, aquelas pelas quais pugnamos, reivindicam direitos culturais que não se reduzam a simples direitos de consumidor, mas sim que estejam direcionados à consolidação de uma cultura de paz e democracia. Quando é este o caso, torna-se fundamental compreender que o ciberespaço não possui uma “natureza” dada de antemão. Podemos – e devemos – escolher que tipo de ciberespaço queremos e quais as liberdades e direitos que desejamos assegurar. Todas essas escolhas dizem respeito à arquitetura, a que tipo de código deveria governar o ciberespaço. Neste sentido, o código constitui-se como a forma mais significativa de lei, e, portanto, cabe aos formuladores de leis e de políticas, e especialmente aos cidadãos, decidirem quais os valores a serem incorporados pelo código.

Referências Bibliográficas

WARSCHAUER, Mark, 2003, Technology and social inclusion: rethinking the digital divide. Massachusetts, The MIT Press.

MARQUES, Ivan da Costa, 2002, O Brasil e a abertura dos mercados: o trabalho em questão. Rio de Janeiro, Contraponto.

LESSIG, Lawrence, 1999, Code and other laws of cyberspace. New York, Basic Books.

Publicações



Episódios de História Afro-brasileira

Ricardo Salles e Mariza de Carvalho Soares

A proposta do livro é ressaltar a temática da escravidão e da população afro-descendente.

FASE, Rio de Janeiro 2005.

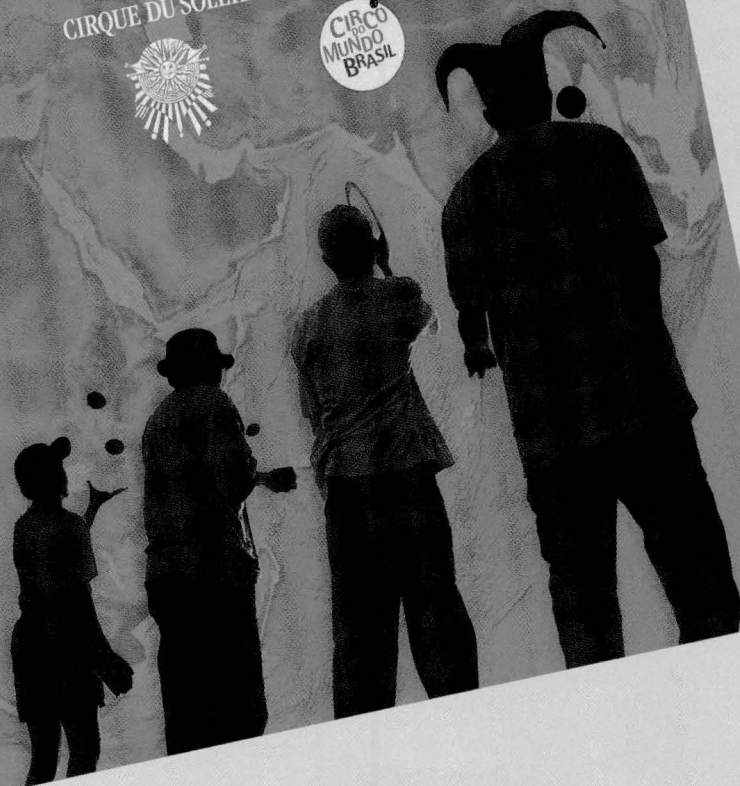
R\$ 15,00

Cirque du Soleil e Rede Circo do Mundo Brasil

CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR COM OS JOVENS DAS CLASSES POPULARES

☎ - (21) 2536-7385
www.circodomundo.org.br

CIRQUE DU SOLEIL



Nossos Passos Vêm de Longe*

Lucia Xavier e Luciané Rocha**



* O título "Nossos Passos Vêm de Longe" foi extraído do texto de Fernanda Carneiro de O Livro da saúde da mulher negra: nossos passos vêm de longe, organização Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C. Withe. Rio de Janeiro. Pallas/Criola, 2002, página 22.

** Lúcia Xavier é assistente social, coordenadora geral de CRIOLA e Luciane O. Rocha é cientista social e coordenadora de projetos de CRIOLA

Raízes

Pode até dizer que é loucura
diga o que quiser.

É essa vida dentro de nós
que não nos deixa morrer.

Mesmo nos braços da morte
levantamos as mãos

Essas mãos que são verdes e
nos fazem crescer,

Que sussurram e cantam.

Pode então dizer que somos selvagens,
as perdidas do campo
de flores, nos tornamos
um campo de flores.

Pode dizer que é loucura,
somos selvagens
que são essas nossas raízes,
é essa luz dentro de nós,
é essa nossa luz,
é a luz, pode dizer
tudo que quiser,
diga o que quiser.

Lucille Clifton¹

África: berço da humanidade

'O mundo começa na África' disseram os cientistas ao encontrar o primeiro fóssil humano, EVA. Com base em estudos da linhagem paterna do DNA de mil pessoas de 22 regiões, cientistas sugerem que os ancestrais da humanidade vieram da África Oriental há 59 mil anos. EVA marca a existência do continente africano como o continente de origem do mundo. Berço de numerosos povos e civilizações, a história da África foi mascarada, escondida e desfigurada. Da mesma forma que suas culturas foram deturpadas e seus filhos e filhas tratados como objetos, vistos como mercadorias, escravizados, empurrados para a miséria em qualquer parte do mundo.

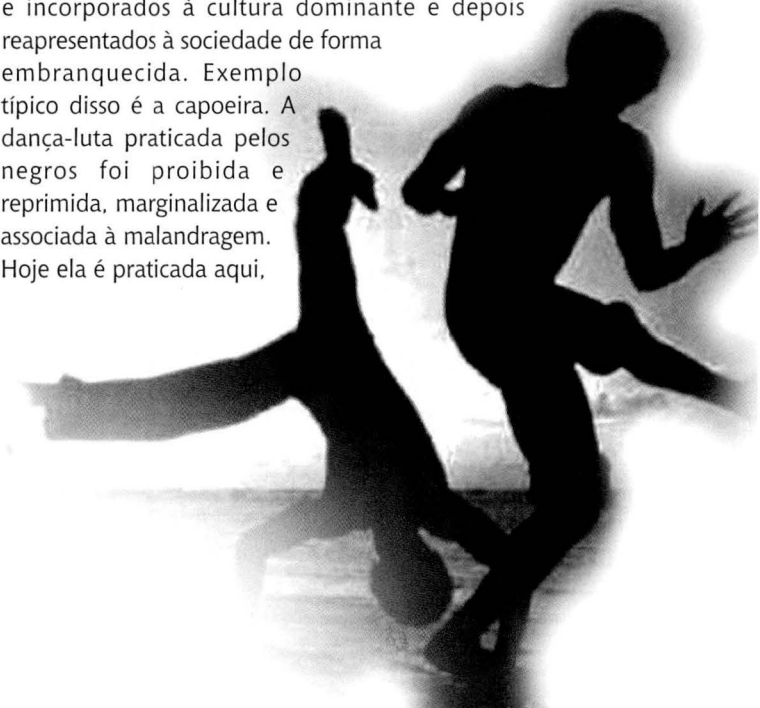
A idéia de que a África é um continente perdido, primitivo, sem história, sem cultura, não civilizado, permitiu a criação de leis, institutos, pensamentos e práticas que justificaram a escravidão de africanos por quase quatrocentos anos. E isto é tão presente em nossas vidas como brasileiros que precisamos afirmar todo o tempo a sua contribuição, a despeito do esforço de apagar a presença africana e afro-brasileira dentre nós.

Trazidos para as Américas na condição de escravos, africanos e africanas trouxeram importante legado histórico e cultural de diferentes regiões da África. Organização social e política, línguas, filosofias, costumes, estéticas, valores, religiosidades, músicas, entre outras manifestações culturais. Informaram e ainda informam o modo de viver, de resistir e de combater o racismo pela população negra no Brasil. Esta experiência resultou no importante patrimônio cultural ao longo da existência deste país e também tem contribuído para a melhoria da nação brasileira em todos os aspectos.

Cultura e negritude

Compreendemos cultura como a expressão das diferentes formas de ser, estar, dizer e interpretar a si e ao mundo. A cultura age como uma lente permanente através da qual as pessoas vêem e interagem com o mundo. Portanto, ela define a atuação das pessoas em sociedade.

Para que a elite branca pudesse se afirmar, a forma de ver o mundo através das lentes trazidas da África pelos negros e negras precisava ser destruída. Para isso a repressão, o recalcamento da cultura negra e o uso da força foram e ainda são utilizados. A tradição e outros símbolos de africanidade foram perseguidos, violentamente reprimidos ou expropriados e incorporados à cultura dominante e depois reapresentados à sociedade de forma embranquecida. Exemplo típico disso é a capoeira. A dança-luta praticada pelos negros foi proibida e reprimida, marginalizada e associada à malandragem. Hoje ela é praticada aqui,



¹ Clifton Lucille. *Raízes*. In: O Livro da saúde da mulher negra: nossos passos vêm de longe, organização Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C. Withe. Rio de Janeiro. Pallas/Criola, 2002. Tradução Maisa Mendonça.

e também exportada, sem a herança cultural negra. Os traços que a identificavam como 'coisa de preto' foram retirados.

Camisetas com retrato de Bob Marley nos corpos; saias coloridas e rodadas no tambor de crioula e no jongo; baianas armadas nos candomblés, dread locks loiros, jovens subindo as favelas para dançar o funk, brancas à frente das baterias das escolas de samba; elementos da cultura negra que seguem sendo consumidos e absorvidos sem gerar solidariedade e compromisso com a luta contra o racismo. Ao contrário, a idéia de que esta cultura é brasileira tem colaborado para que a população negra conviva por mais uma geração com esta hedionda prática.

As dificuldades em reconhecermos que vivemos numa sociedade multirracial e pluricultural, impedem que vejamos que, ao longo de nossa história, o racismo tem permeado todas as relações sociais e, dessa forma, tem servido para excluir e oprimir milhares de negros e negras em nosso país se traduzindo em possibilidades diferenciadas de exercício de poder.

A longa vivência na escravidão e as questões decorrentes da exclusão social marcam profundamente o *ser negro* em nossa sociedade, evidenciando um tipo de representação social calcada na associação do *ser negro* à condição de escravo. Esta associação traz do passado o estereótipo racista de inferioridade, incapacidade intelectual e servidão. Representação que também serviu de base para as práticas e políticas de dominação dos trabalhadores depois da abolição da escravatura. Bem como, para a cristalização de papéis e lugares destinados aos negros na sociedade brasileira. A imputação de uma representação estereotipada do passado se cristalizou ao mesmo tempo em que gerou outras formas concretas de representação dos próprios negros - homens e mulheres.

Diante disso, os Movimentos Negro e de Mulheres Negras vêm atuando para afirmar a cultura africana como cultura geradora de outras culturas, inclusive da cultura brasileira, alterando valores que lhes são socialmente atribuídos. Descristalizando papéis e lugares destinados aos negros e negras na sociedade brasileira, e ressaltando a importância do legado africano para toda a humanidade.

Foi assim que os Movimentos Negro e de Mulheres Negras conquistaram, em 1995, o reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional, símbolo da resistência negra contra a escravidão. Outra conquista foi o nascimento da Lei 10.639, que visa incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Esta lei tem como principal objetivo o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

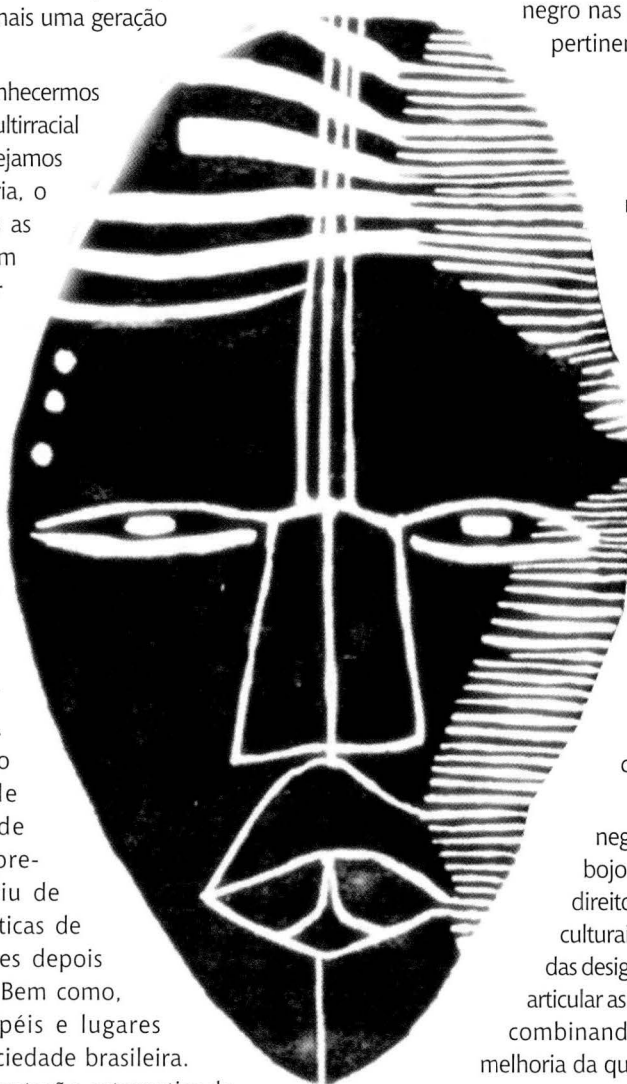
Mulheres Negras

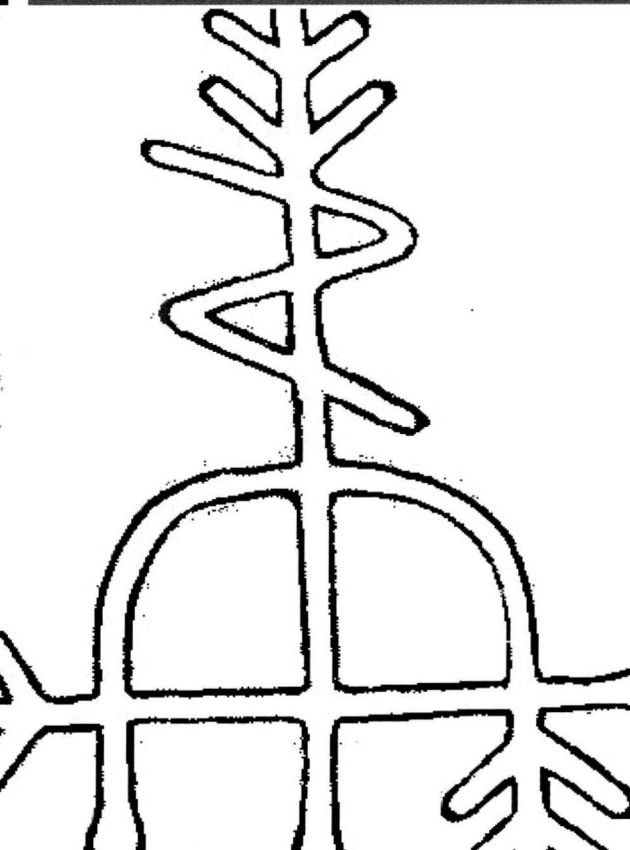
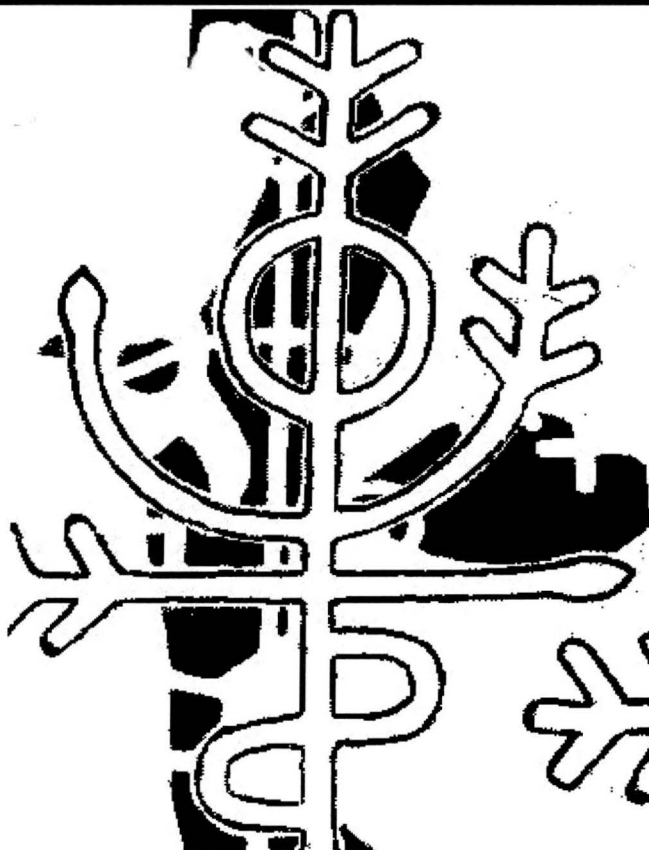
As culturas negras conferem à mulher negra um lugar de liderança e sapiência que muitas vezes se choca com os determinantes racistas e sexistas em vigor na sociedade brasileira, através da representação negativa da mulher negra, vista como mucama e mulata.

A luta contra o racismo e as outras formas de opressão à população negra têm sido enfrentadas pelas mulheres negras, principalmente através das religiões de matriz africana, das manifestações culturais como o samba, a arte, o hip hop; de sua atuação política; na literatura e no campo do conhecimento científico.

A experiência das mulheres negras na luta por direitos já traz em seu bojo a perspectiva da indivisibilidade dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Pois para a superação das desigualdades raciais e de gênero é preciso articular as dimensões do exercício da cidadania, combinando a participação política com a melhoria da qualidade de vida.

Lembremos que as mulheres negras estão à frente da criação do candomblé e do samba, das agremiações de carnaval, da música, de tantas outras manifestações culturais; bem como dos movimentos voltados para a ampliação da democracia e dos direitos, a exemplo da luta por creches, escolas, legislação de amparo ao trabalho, entre outros, e por melhores condições de vida. Reelaborando diferentes modalidades de organização, formas de representação e ação política. São atuantes na reelaboração da medicina tradicional africana, ainda hoje utilizada pela população como um todo, estão na garantia de sobrevivência cotidiana da comunidade. Esta experiência





resultou no importante patrimônio cultural da população negra ao longo da existência deste país.

O inconformismo e a responsabilidade de produzir mudanças são aspectos importantes na identidade das mulheres negras, aliados à afirmação do poder da fala dessas mulheres que tomam para si a responsabilidade de produzir novas realidades. Dandara, Mariana Crioula, Tia Ciata, Laudelina Campos Melo, Clementina de Jesus, Dona Ivone Lara, Benedita da Silva, Leci Brandão, Obassy (falecida em maio de 2006), Sueli Carneiro, Mãe Biata de Yemanjá, Elza Soares, Selma do Coco, Lélia Gonzáles, Jurema Batista, Anazir de Oliveira, Mãe Meninazinha da Oxum, Mãe Estela d'Oxossi, entre tantas outras, através de suas vozes combateram e seguem combatendo o racismo, o sexismo e a opressão de classe que sustentam um sistema excludente, explorador e expropriador.

O papel central que as mulheres negras têm na cultura negra pode ser melhor entendido através do conceito de *amefricanidade* produzido por Lélia Gonzalez e tão bem traduzido por Luiza Bairos.² Lélia fala da *preponderância de elementos ameríndios e africanos* na formação da sociedade brasileira e da América. *A amefricanidade tem como núcleo a cultura negra, que informando a cultura brasileira, se expressa na cotidianidade de nossos falares, gestos, movimentos e modos de ser que atuam de tal maneira que deles nem temos consciência.*³

Amefricanidade é conceituada por ela como um *processo histórico de intensa dinâmica cultural* (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de uma identidade étnica. Essa categoria resgata uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo.

Pensar a África como berço da humanidade é reconhecer toda a sua contribuição na formação das sociedades, especialmente a brasileira. EVA, parece nos dizer: "*É essa nossa luz, é essa nossa luz!*" Assim como nos versos de Lucille Clifton. É da África que ela vem, e é de lá também que vem a semente da cultura das Américas.

Referências Bibliográficas

Lopes, Helena Theodoro. Negro e Cultura no Brasil. Helena Theodoro Lopes, José Jorge Siqueira, Maria Beatriz Nascimento. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

_____. Mito e Espiritualidade: mulheres negras. Rio de Janeiro: Pallas, 1996

Werneck, Jurema. O Livro da saúde da mulher negra: nossos passos vêm de longe, organização Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C. Withe. Rio de Janeiro. Pallas/Criola, 2002.

Sodré, Muniz. O Terreiro e a Cidade. A forma social negro-brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

2 Bairos, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: O Livro da saúde da mulher negra: nossos passos vêm de longe, organização Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C. Withe. Rio de Janeiro. Pallas/Criola, 2002, pág. 50 a 52.

3 Idem.

Endereços



FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 2536-7350
Fax: (021) 2536-7379

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 2536-7371
Fax: (021) 2536-7379

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel: (027) 3322-6330
Fax: (027) 3223-7436

FASE-RECIFE

Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax: (081) 3221-5478

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel: (091) 4005-3773
Fax: (091) 4005-3750

Projeto Gurupá

Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel: (091) 4005-3773
Fax: (091) 4005-3750

FASE-CÁCERES

Rua 06 Qd.03, casa 18
Monte Verde,
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel: (065) 223-4615

FASE-ITABUNA

Rua Rio Branco, 93
Califórnia,
45600-000 Itabuna - BA
Tel: (073) 3613-9129
Fax: (073) 3613-9076

PROPOSTA

Proposta nº 109 - Jun/Ago de 2006

Revista Trimestral de Debate da Fase



Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro
Grazia de Grazia
Heroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luís César de Queiroz Ribeiro
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando Alves dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes
Regina Leite Garcia

Diretor Responsável

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Organização do Nº 109

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva e
Sílvia Helena Brandão

Editores Assistente

Sílvia Helena Brandão

Entrevista concedida a:

Fausto Oliveira

Projeto gráfico

Casa da Comunicação -
Maurílio Guimarães e Gabriel Ponã

Diagramação

Pedro Veiga

Ilustrações

Maurílio Guimarães e Gabriel Ponã

Capa

Maurílio Guimarães e Gabriel Ponã

Fotos

Acervo FASE

Informações e Vendas

Núcleo de Comunicação
Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, Rio de Janeiro, RJ - 22270-070
Tel.: (021) 2536-7360
Fax: (021) 2536-7379
E-mail: comunicacao@fase.org.br
www.fase.org.br/loja

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

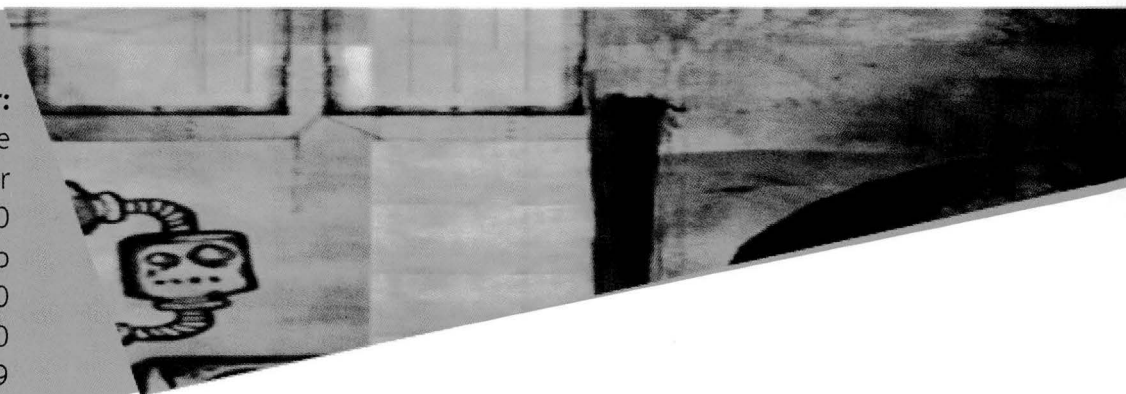
Assine esta

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

Onde Adquirir:

Na loja virtual do site
www.fase.org.br
ou Rua das Palmeiras, 90
Botafogo - Rio de Janeiro
CEP 22270-070
Tel: (021) 2536-7360
Fax: (021) 2536-7379



Publicada há quase 30 anos pela Fase, a Proposta é um instrumento de nossa luta contra a desigualdade e por direitos humanos fundamentais negados à maioria dos brasileiros. A Proposta traz coisas novas, não-convencionais, é um esforço no sentido de levantar problemas brasileiros e propostas de solução.

Últimos números:

Proposta 103/104 - A Cidadania das Mulheres (2005)

Proposta 105 - Guerra e Paz (2005)

Proposta 106 - Água, Territórios e Conflitos (2005)

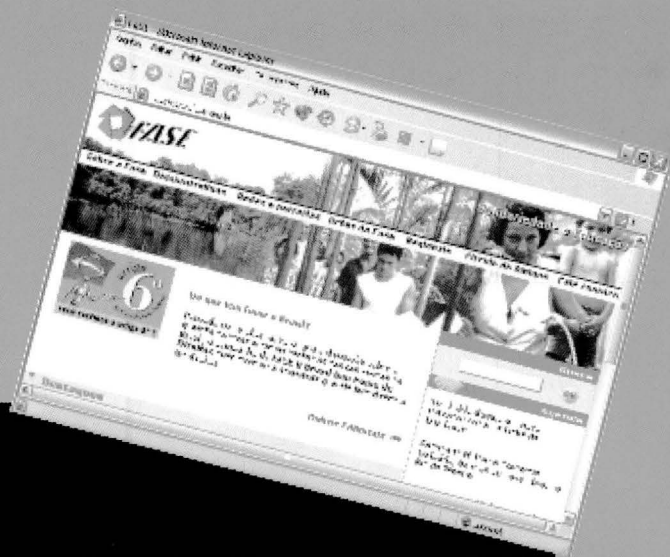
Proposta 107/108 - Terra: reforma agrária e direitos territoriais (2006)

Acesse o site da FASE

No site da FASE você encontra:

- Os Programas Nacionais da FASE
- Os Programas Regionais
- Projetos Especiais
- A Campanha o Brasil tem Fome de Direitos
- As Publicações e Produtos da FASE na loja virtual

www.fase.org.br



PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

Em Proposta, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas, a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa democrática e sustentável.

 Assine Proposta

Valor da Assinatura Anual
R\$38,00 (trinta e oito reais)

Como fazer sua assinatura de Proposta
Depósito Bancário à FASE
no banco bradesco, conta 95475-6,
Agência 0227-5 Botafogo.

Envie o comprovante de depósito com
seu nome e endereço para
o fax (021) 2536 7379.

Através do site www.fase.org.br
Cheque nominal à FASE
no valor de R\$38,00.

Envie juntamente com seus dados,
para o endereço:

Rua das Palmeiras, 90
Cep - 22270-070, Botafogo, RJ.

Para maiores informações:
(021) 2536 7360 ou comunicacao@fase.org.br

